

Formulário para Solicitação de Autorização de Dispensa de Licitação

Unidade:

DADM - COORDENAÇÃO DE TRANSPORTES

Objeto:

Prestação de serviços de seguro ramo automóvel/responsabilidade civil facultativa de veículo.

Enquadramento do Objeto:

Prestação de Serviços

Indicação da Necessidade para a Contratação:

Assegurar a cobertura do seguro ramo automóvel para 06 veículos adquiridos para a frota do Ministério Público do Estado da Bahia com a finalidade de proteger o bem.

Fundamentação Legal - Lei Nº 9.433/05, art. 59, inciso

I-Para obras e serviços de engenharia de valor não excedente a 10% (dez por cento) do limite previsto para modalidade de convite, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mes:

Não

II - Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto para compras e serviços que não sejam de engenharia, na modalidade de convite, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;:

Sim

Outros (especificar):

-

PROPOSTAS APRESENTADAS

Proposta 1:

1-Item:

Prestação de serviços de seguro ramo automóvel/responsabilidade civil facultativa de veículo.

1-Fornecedor (Nome / Razão Social):

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

1-Valor Total (R\$):

12.450,12

Proposta 2:

2-Item:

Prestação de serviços de seguro ramo automóvel/responsabilidade civil facultativa de veículo.

2-Fornecedor (Nome / Razão Social):

GENTE SEGURADORA S/A

2-Valor Total (R\$):

22.357,38

Proposta 3:

3-Item:

-

3-Fornecedor (Nome / Razão Social):

-

3-Valor Total (R\$):

-

FORNECEDOR(es) SELECIONADO(s)

1-Fornecedor (Nome / Razão Social):

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

1-Endereço:

Avenida Rio Branco e Rua Guaianases, nº 1489 e 1238, Campos Elísios, São Paulo

1-CPF/CNPJ:

611981640001-60

1-Valor (R\$):

12.450,12

2-Fornecedor (Nome / Razão Social):

-

2-Endereço:

-

2-CPF/CNPJ:

-

2-Valor (R\$):

-

3-Fornecedor (Nome / Razão Social):

-

3-Endereço:

-

3-CPF/CNPJ:

-

3-Valor (R\$):

-



Documento assinado eletronicamente por **Ana Gabriela Reis Nogueira Gonçalves** em 06/03/2023, às 09:35, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0599149** e o código CRC **781E74E0**.



1. OBJETO

1.1 DEFINIÇÃO DO
OBJETO

Especificação do Objeto

Prestação de serviços de seguro ramo automóvel/responsabilidade civil facultativa de veículo – RCF-V, com cobertura adicional para vidros, retrovisores e assistência técnica 24 (vinte e quatro) horas, para 05 veículos do tipo caminhonete e 01 veículo do tipo van pertencentes a frota do Ministério Público do Estado da Bahia.

Observação: Detalhamento dos itens que compõem o objeto constam na tabela 1 do ANEXO I (indicado ao final do documento).

1.2 FORMA DE
CONTRATAÇÃO

ESCOLHER UMA
DAS TRÊS OPÇÕES

(Marcar com X):

(x)

A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA (PONTUAL/POR ESCOPO)

()

B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA

()

C) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB DEMANDA

Observação:

()

D) OUTROS:

1.3
JUSTIFICATIVA:

NECESSIDADE DA
CONTRATAÇÃO

A contratação visa assegurar a cobertura do seguro ramo automóvel para 06 veículos que compõem a frota do Ministério Público do Estado da Bahia, com a finalidade de proteger o bem, garantindo, em caso de acidente ou furto, o conserto ou indenização integral dos veículos, tendo em vista que a apólice vigente vence em 31/03/2023.

1.4

JUSTIFICATIVA:

QUANTITATIVO(S)
DEFINIDO(S)

A contratação de seguro para 06 veículos se dá em razão da impossibilidade de inclusão deste no seguro geral da frota, por não haver margem para novas inclusões.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DOCUMENTO DE OFIC

LIZAÇÃO DA DEMANDA – SERVIÇOS - DISPENSA

() SIM

(x) NÃO

1.5 INDICAÇÃO DE MODELO E/OU MARCA OBRIGATÓRIOS

1.5.1 INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) E DO MODELO/MARCA - Em caso positivo:

ESCOLHER UMA
OPÇÃO (*Marcar*
com X):

1.5.2 JUSTIFICATIVA PARA CADA ITEM - Em caso positivo:

2. FUNDAMENTO LEGAL

2.1 INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL EM QUE SE ENQUADRA A HIPÓTESE DE CONTRATAÇÃO ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

()

A) Artigo 59, I da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para obras e serviços de engenharia de valor não excedente a 10% (dez por cento) do limite previsto para modalidade de convite, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

(x)

B) Artigo 59, II da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto para compras e serviços que não sejam de engenharia, na modalidade de convite, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

()

C) OUTROS

3. REGRAS DE CONTRATAÇÃO

3.1 REGRAS DE FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL

3.1.1 HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

() A SIM

(x) B NÃO (FORMALIZAÇÃO SE DARÁ APENAS COM A EMISSÃO DE EMPENHO)

3.2 REGRAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

3.2.1 REGIME DE EXECUÇÃO:

(x) Empreitada por preço unitário

() Empreitada por preço global

() Outro:

3.2.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO:

➤ 03 dias (x) Úteis () Corridos.

➤ Contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail.



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA
– SERVIÇOS - DISPENSA

3.2.3 PRAZOS DE EXECUÇÃO

- 03 dias ☒ Úteis ☐ Corridos
- O prazo será contado da data do recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, acompanhada da autorização de fornecimento e, se for o caso, do instrumento contratual.

3.2.4 ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

☒ (x)

A) NÃO

☐ ()

B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.

- Por até _____ dias ☐ Úteis ☐ Corridos

3.2.5 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

A cobertura dos veículos se dará em qualquer lugar onde estes estiverem estacionados ou transitando.

3.2 REGRAS DE
EXECUÇÃO
CONTRATUAL

3.2.6 REGRAS ESPECIAIS PARA EXECUÇÃO:

- Execução deve ser agendada - ESCOLHER UMA OPÇÃO **(Marcar com X)**:
☒ A) NÃO ☐ B) SIM
- Unidade responsável: Coordenação de Transportes
- Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento: (71) 3103-0180 e LD-coordenacao.transportes@mpba.mp.br
- Dias para realização da entrega dos serviços: Diariamente
- Horários para execução: 24 horas por dia
- Condições especiais adicionais:

3.2.6.1 O Regime de Execução da presente contratação é de Execução Indireta na modalidade Empreitada por Preço Unitário;

3.2.6.2 Os serviços deverão ser executados por profissionais treinados e capacitados, aptos a executar todos os tipos de serviços inerentes à contratação, obedecendo às seguintes condições:

3.2.6.2.1 O Serviço de Seguro Ramo Automóvel compreende:



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – SERVIÇOS - DISPENSA

3.2.6.2.1.1 Cobertura de Casco (Compreensiva): os veículos deverão ser segurados pelo valor de mercado, observando o percentual de 100% (cem por cento) sobre o valor da tabela FIPE em vigor no período da ocorrência do sinistro;

3.2.6.2.1.2 Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V):

a) LMI – Danos Materiais por veículo segurado: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

b) LMI – Danos Corporais por veículo segurado: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

c) LMI – Danos Morais: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

3.2.6.2.1.3 Franquias:

a) Cobertura de Casco - Obrigatória Normal;

b) Franquias para Vidros e Retrovisores – Normal;

3.2.6.2.1.4 Assistência 24 (vinte e quatro) horas Básica;

3.2.6.2.1.5 Bônus, conforme os percentuais indicados no **ANEXO I** deste instrumento;

3.2.6.2.2 A cobertura do seguro deverá garantir, no mínimo, os riscos derivados da circulação dos veículos segurados, as despesas indispensáveis ao salvamento dos ocupantes e transporte dos veículos até oficina(s) autorizada(s) pela **CONTRATADA** em todo o território nacional e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme se segue:

3.2.6.2.2.1 Colisão e Roubo, bem como os danos causados a vidros e retrovisores;

3.2.6.2.2.2 Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;

3.2.6.2.2.3 Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

3.2.6.2.2.4 Danos causados por inundação.

3.2.6.2.3 Para a prestação dos serviços, a **CONTRATADA** deverá adotar apólice coletiva de Automóvel/RCF-V;

3.2.6.2.4 As condições gerais relativas à Seguro Ramo Automóvel previstas na legislação em vigor aplicam-se à presente contratação, no que couber;

3.2.6.2.5 A **CONTRATADA** deverá fornecer ao **CONTRATANTE** apólice, contendo todas as informações relativas ao funcionamento do seguro contratado, documento este que deverá respeitar todas as condições previstas nesta contratação;

3.2.6.2.6 O **CONTRATANTE** realizará solicitações de inclusão e/ou exclusão de veículos ao longo da



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – SERVIÇOS - DISPENSA

vigência da contratação, mediante comunicação a endereço eletrônico informado pela **CONTRATADA**;

3.2.6.2.6.1 As alterações deverão ser formalizadas mediante celebração de termo(s) aditivo(s) para tal fim;

3.2.6.2.6.2 A **CONTRATADA** deverá assegurar que todos os pedidos de inclusão e/ou exclusão sejam devidamente processados, de modo a garantir a cobertura desde a data indicada na respectiva solicitação;

3.2.6.2.6.7 Os prazos máximos para a tramitação de documentos são aqueles descritos a seguir:

3.2.6.2.6.7.1 Para apresentação da apólice: até o 30º (trigésimo) dia após o recebimento da nota de empenho;

3.2.6.2.6.7.2 Para apresentação de informações para subsidiar aditivos contratuais (endossos) visando alterar, substituir, incluir ou excluir veículos no contrato/apólice: até 10 (dez) dias, contados da data do pedido pelo **CONTRATANTE**;

3.2.6.2.6.7.3 Para assinatura e devolução de aditivos contratuais: até 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento do documento pela **CONTRATADA**;

3.2.6.2.6.7.4 Os prazos máximos concedidos neste item se referem tão-somente à finalização do trâmite burocrático-administrativo necessário à formalização dos instrumentos/documentos acima indicados, de modo a não possuir correlação ou influência sobre a contagem do prazo de vigência da contratação e/ou das coberturas contratadas/solicitadas;

3.2.6.2.6.8 No caso de ocorrência de sinistro que enseje encaminhamento do veículo para conserto/reparação, o prazo máximo para autorização e plena execução de todos os serviços necessários será de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da entrega do dossiê completo do sinistro à **CONTRATADA**;

3.2.6.2.6.8.1 Em tais hipóteses, o valor referente à franquia será pago pelo **CONTRATANTE** diretamente à oficina autorizada pela **CONTRATADA** para execução dos serviços que se fizerem necessários ao pleno restabelecimento do funcionamento do veículo;

3.2.6.2.6.8.2 Pedidos de prorrogação de prazos de execução dos serviços somente serão admissíveis antes do termo final do prazo de execução consignado, mediante justificativa (e respectiva comprovação) de fato superveniente, ou de comprovada intercorrência/atraso no envio de peça(s) pelo Fabricante do automóvel, desde que a **CONTRATADA** não tenha dado causa ao atraso;

3.2.6.2.6.8.2.1 A **CONTRATADA** deverá informar imediatamente ao **CONTRATANTE**, por escrito, os casos fortuitos ou motivos de força maior, para que possam ser considerados;

3.2.6.2.6.8.2.2 O **CONTRATANTE**, após análise de cada caso apresentado, informará a **CONTRATADA** se aceita ou recusa os motivos alegados, aplicando, a seu exclusivo critério, no caso de recusa, as penalidades previstas nesta contratação, após o competente processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

3.2.6.2.6.9 Para as hipóteses de perda total do bem, o pagamento da indenização ao **CONTRATANTE** deverá ocorrer, impreterivelmente, em até 30 (trinta) dias após a entrega do dossiê completo do sinistro à **CONTRATADA**, para todos os tipos de cobertura previstos neste instrumento;



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – SERVIÇOS - DISPENSA

3.2.6.3 As condições gerais, cláusulas-padrão, cláusulas especiais e particulares relativas a Seguro Ramo Automóvel previstas na legislação em vigor são aplicáveis à presente contratação, no que couber;

3.2.6.4 A atuação dos profissionais envolvidos na execução contratual deverá satisfazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhe forem delegadas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**;

3.2.6.5 Não haverá empregado(s) da **CONTRATADA** à disposição do **CONTRATANTE**, em tempo integral, nas suas instalações;

3.2.6.6 O recebimento dos serviços ficará sob a responsabilidade do(a) fiscal do contrato (responsável pela habilitação para pagamentos) em conjunto com um representante da Diretoria Administrativa do **CONTRATANTE**, caso estes não sejam a mesma pessoa;

3.2.6.6.1 O recebimento definitivo do objeto desta contratação será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

3.2.6.7 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas nesta contratação, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades e prerrogativas previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

| | (x) | A) SEM EXIGÊNCIA DE GARANTIA |
|---|-------|---|
| 3.3 GARANTIA DO OBJETO ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): | () | B) COM EXIGÊNCIA DE GARANTIA - Regras: ➤ EXECUTOR DA GARANTIA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): () A) CONTRATADA (Regra geral) () B) FABRICANTE (Exceção) ➤ Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo): ➤ DURAÇÃO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): () A) 01 ANO () B) 90 DIAS (GARANTIA LEGAL) () C) OUTRO. Especificar: ➤ PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): () A) _____ HORAS () Úteis () Corridas () B) _____ DIAS () Úteis () Corridos ➤ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Mar- |



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – SERVIÇOS - DISPENSA

car com X):

() A) SIM

() B) NÃO

➤ **FORMA DE EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA** (Se resposta positiva acima) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

() A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador

() B) Assistência sediada em local a critério do fornecedor (regra geral)(

) C) *On site*, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (exceção). Regras:

- Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de _____(_____) horas, contadas da notificação pelo MPBA;
- O Fornecedor ou Fabricante (conforme regra de “Executor” acima indicada) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles estiverem, bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;

() D) Outra. Especificar:

➤ **DEMAIS REGRAMENTOS:**

3.4 CONDIÇÕES E RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO

3.4.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: 05 dias (x) Úteis () Corridos

3.4.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: 05 dias (x) Úteis () Corridos

3.4.3 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO: Coordenação de Transportes

3.4.4 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU REFAZIMENTO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

() A) NÃO SE APLICA

(x) B) PRAZO: () _____HORAS () Úteis () Corridas

(x) 03 DIAS (x) Úteis () Corridos

DEMAIS REGRAMENTOS:

3.4.5 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas na apólice de seguro e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – SERVIÇOS - DISPENSA

3.4.6 O recebimento dado pelo Ministério Público do Estado da Bahia em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço do fornecedor não será considerado para fins de recebimento provisório/definitivo;

3.4.7 O recebimento definitivo do objeto desta contratação só será concretizado depois de adotados, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

3.4.8 O aceite ou aprovação do objeto pelo Ministério Público do Estado da Bahia não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas nesta contratação e no processo de Dispensa Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Ministério Público do Estado da Bahia, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

()

A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO

B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS.

3.5.1 A CONTRATADA somente poderá subcontratar os serviços acessórios inerentes à execução contratual, tais como serviço de corretagem e reguladora de sinistro, que serão responsáveis pelo intercâmbio entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, para fins de envio de documentação em geral, inspeção e emissão de relatórios em caso de sinistro, etc;

3.5.1.1 Nas hipóteses de subcontratação parcial dos serviços, a CONTRATADA realizará a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, respondendo perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais originalmente pactuadas;

3.5.1.2 Em todas as hipóteses, a CONTRATADA figurará, perante o CONTRATANTE, como única responsável pelos serviços ora contratados, obrigação esta que não poderá ser transferida a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da CONTRATADA, desde que não impeçam os compromissos pactuados neste instrumento contratual.

(x)

3.5
POSSIBILIDADE
OU NÃO DE
SUBCONTRATAÇÃO

ESCOLHER UMA
OPÇÃO
(Marcar com X):

3.6.1 PERIODICIDADE DE PAGAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

()

A) PAGAMENTO INTEGRAL, AO FINAL DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

3.6 CONDIÇÕES
DE PAGAMENTO



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – SERVIÇOS - DISPENSA

()

B) CADA PEDIDO (E CONSEQUENTE EMPENHO EMITIDO) SERÁ PAGO INTEGRALMENTE, EM PARCELA ÚNICA

()

C) PAGAMENTO PARCELADO:

- Quantidade de parcelas:
- Definição dos montantes das parcelas (Por quantidades ou percentuais, conforme regime de execução e regramentos eventualmente definidos no anexo mencionado no item 1.2.):

()

C) PAGAMENTO MENSAL

(x)

D) OUTRA: PAGAMENTO INTEGRAL, APÓS RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E EMISSÃO DA APÓLICE DE SEGURO

3.6.2 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

()

A) NÃO SE APLICA

(x)

B) CONDIÇÕES ESPECIAIS. Especificar: EMISSÃO DA APÓLICE DE SEGURO

3.6.3 DEMAIS REGRAS:

3.6.3.1 O pagamento será processado mediante apresentação, pela contratada, de nota fiscal e certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo Ministério Público do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

3.6.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

3.6.3.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;

3.6.3.4 O Ministério Público do Estado da Bahia realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente;



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – SERVIÇOS - DISPENSA

3.6.3.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.6.3.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto no item 3.6.3.2.

| | | |
|---|---|--|
| 3.7 POSSIBILIDADE OU NÃO DE REAJUSTAMENTO, COM INDICAÇÃO DE ÍNDICE OFICIAL ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): | (x) | A) PREÇOS IRREAJUSTÁVEIS |
| | () | B) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. Regras: <ul style="list-style-type: none">➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): () A) INPC/IBGE () B) OUTRO. Indicar:➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo Fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário.➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta; |
| 3.8 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS | 3.8.1 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): | |
| | () | A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO <ul style="list-style-type: none">➤ ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): () Opção 1: _____ meses , contados do recebimento do empenho pelo fornecedor () Opção 2: _____ dias, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor |



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – SERVIÇOS - DISPENSA

B) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO

➤ ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

(X) Opção 1: 12 meses, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

(X) A) Data certa: 31 de março de 2023

() B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

(X)

() Opção 2: _____ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

() A) Data certa: ____ de ____ de ____

() B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

➤ Justificar vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso):

3.8.2 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

(x)

A) NÃO

()

B) SIM. Justificativa:

3.9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

OBRIGAÇÕES GERAIS

3.9.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

3.9.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decurso do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;

3.9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);

3.9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – SERVIÇOS - DISPENSA

não impeçam os compromissos assumidos para com o MPBA, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

3.9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contra;

3.9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

3.9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo MPBA não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

3.9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

3.9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao MPBA e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao MPBA todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

3.9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do MPBA;

3.9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo MPBA, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o MPBA;

3.9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.9.13 Comunicar formalmente ao MPBA qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

3.9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

3.9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo MPBA.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

() A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais de



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – SERVIÇOS - DISPENSA

nidos no subitem anterior.

(x)

B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:

3.9.14 Realizar os serviços objeto desta contratação através de pessoal técnico especializado, promovendo a sua execução de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no instrumento convocatório e no presente contrato, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

3.9.15 Entregar ao **CONTRATANTE**, em até 30 (trinta) dias após do recebimento da nota de empenho, a apólice correspondente ao seguro contratado, com prazo de vigência idêntica a deste instrumento, e contendo discriminação dos veículos segurados, valores de cobertura e de prêmios, além das demais coberturas e estipulações aplicáveis;

3.9.16 Encaminhar ao **CONTRATANTE**, nos prazos descritos neste instrumento, os documentos relativos aos endossos motivados por alterações, substituições, inclusões e exclusões ocorridas durante o período de vigência da apólice;

3.9.17 Providenciar, nos prazos consignados pelo **CONTRATANTE**, as correções de eventuais cobranças indevidas de prêmio;

3.9.18 Em caso de ocorrência de sinistro:

3.9.18.1 Prestar atendimento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento do aviso do sinistro;

3.9.18.2 Nos casos de avarias que não importem em comprometimento integral do veículo (perda total), garantir o conserto do bem e o retorno deste à plena condição de uso, nos estritos prazos indicados neste instrumento;

3.9.18.3 Em caso de configuração de perda total do veículo, efetuar o pagamento das indenizações previstas neste instrumento e na apólice de seguro, conforme legislação vigente;

3.9.18.3.1 O pagamento de indenizações deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a entrega, pelo **CONTRATANTE**, do dossiê do sinistro à **CONTRATADA**, para todos os tipos de cobertura previstos neste instrumento;

3.9.19 A **CONTRATADA** deverá fornecer contato telefônico para atendimento direto, o qual deverá possuir DDD 71 (não podendo ser linha móvel) ou ser um 0800/4004 (ou semelhante), e que não deverá mudar ao longo da execução contratual;

3.9.19.1 Esta obrigação deverá se estender a todas eventuais empresas subcontratadas pela **CONTRATADA**, obedecidas as disposições deste instrumento, em especial a **Cláusula Décima Primeira**;

3.9.20 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra designada para execução completa e eficiente dos serviços objeto desta contratação;

3.9.21 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.9.22 Designar por escrito, quando da assinatura deste instrumento, preposto que detenha poderes para



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – SERVIÇOS - DISPENSA

resolução de possíveis ocorrências durante a execução contratual, responsabilizando-se pelo bom andamento desta, inclusive para atendimento de emergência;

3.9.23 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução contratual;

3.9.23.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

3.9.24 Emitir faturas/boletos de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

3.9.25 Responder perante o **CONTRATANTE** no que concerne à conduta e pontualidade dos empregados designados para atividades relacionadas com a execução da presente contratação;

3.9.26 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

3.9.27 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução contratual;

3.9.28 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**;

3.9.29 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições desta contratação ou do Edital constante no processo licitatório que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

3.9.30 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência desta contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.9.30.1 A **CONTRATADA** se obriga a permitir que a auditoria interna do **CONTRATANTE** e/ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito à execução contratual;

3.9.31 Garantir que todos os seus sócios, gestores, administradores e/ou funcionários mantenham sigilo absoluto sobre quaisquer informações, dados, documentos e assuntos que tomarem conhecimento em razão da execução do objeto contratual, sob pena de responsabilização civil, administrativa e/ou penal, nos termos da legislação vigente;

3.9.32 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução contratual.

3.10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

OBRIGAÇÕES GERAIS



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA
– SERVIÇOS - DISPENSA

TE

3.10.1 Fornecer, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação, as informações necessárias para que a empresa contratada possa executar plenamente o objeto contratado;

3.10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução dos serviços contratados, nos termos e condições previstos neste documento;

3.10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do MPBA, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

3.10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições da contratação, notificando a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.10.5 Fornecer à empresa contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas em edital e seus anexos.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

() A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

(x) B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:
3.10.6 Comunicar cada sinistro à **CONTRATADA** dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da ocorrência;

3.11 INDICAÇÃO
SOBRE A NECESSI-
DADE DE GARAN-
TIA CONTRATUAL,
COM PERCENTU-
AL

ESCOLHER UMA
OPÇÃO
(Marcar com X):

()

A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)

(x)

B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL

()

C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras:

➤ Percentual exigido:

() 5% (cinco por cento) OU () Outro. Indicar: _____ %
(_____ por cento)

➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato.



ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

| ITEM | PLACA | TIPO | MARCA | MODELO | ANO/MODELO | CHASSI | COMBUSTÍVEL | BÔNUS | PRÊMIO DE SEGURO (R\$) |
|------------------------|----------|-------------|---------|---------------------------------------|------------|-------------------|-------------|-------|------------------------|
| 1 | RPI-2H84 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R1PJ294134 | DIESEL | 0 | 2.039,93 |
| 2 | RPI-1D10 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R6PJ294162 | DIESEL | 0 | 2.039,93 |
| 3 | RPI-4E97 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R8PJ294146 | DIESEL | 0 | 2.039,93 |
| 4 | RPI-6B70 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R6PJ294159 | DIESEL | 0 | 2.039,93 |
| 5 | RPI-3F07 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R7PJ294140 | DIESEL | 0 | 2.039,93 |
| 6 | RPI-1F52 | VAN | RENAULT | MASTER L3H2 MSU FGT, 2.3 (16 lugares) | 2022/2023 | 93YF62002PJ338024 | DIESEL | 0 | 2.250,47 |
| PRÊMIO DE SEGURO TOTAL | | | | | | | | | 12.450,12 |



1. OBJETO

1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

Especificação do Objeto

Prestação de serviços de seguro ramo automóvel/responsabilidade civil facultativa de veículo - RCF-V, com cobertura adicional para vidros, retrovisores e assistência técnica 24 (vinte e quatro) horas, para 05 veículos do tipo caminhonete e 01 veículo do tipo van pertencentes a frota do Ministério Público do Estado da Bahia.

Observação: Detalhamento dos itens que compõem o objeto constam na tabela 1 do ANEXO I (indicado ao final do documento).

1.2 FORMA DE CONTRATAÇÃO

ESCOLHER
UMA DAS
TRÊS
OPÇÕES

(Marcar
com X):

(
x
)

A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA (PONTUAL/POR ESCOPO)

(
)

B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA

(
)

C) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB DEMANDA

Observação:

(
)

D) OUTROS:

1.3 JUSTIFICATIVA:

NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação visa assegurar a cobertura do seguro ramo automóvel para 06 veículos que compõem a frota do Ministério Público do Estado da Bahia, com a finalidade de proteger o bem, garantindo, em caso de acidente ou furto, o conserto ou indenização integral dos veículos, tendo em vista que a apólice vigente vence em 31/03/2023.

1.4

A contratação de seguro para 06 veículos se dá em razão da impossibilidade de inclusão deste no seguro geral da frota, por não haver margem para novas

| | |
|---|------------|
| JUSTIFICAT IVA: <u>QUANTITAT IVO(S) DEFINIDO(S)</u> | inclusões. |
|---|------------|



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DOCUMENTO DE
OFICIAL

LIZAÇÃO DA
DEMANDA
- SERVIÇOS -
DISPENSA

()
SIM

(x) NÃO

1.5
INDICAÇÃO DE
MODELO
E/OU
MARC
A
OBRIGATÓRIOS

1.5.1 INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) E DO MODELO/MARCA - Em caso positivo:

1.5.2 JUSTIFICATIVA PARA CADA ITEM - Em caso positivo:

ESCOLHER
UMA
OPÇÃO
(Marcar
com X):

2. FUNDAMENTO LEGAL

2.1
INDICAÇÃO DO
DISPOSITIVO LEGAL
EM QUE SE
ENQUADRA A
HIPÓTESE DE
CONTRATAÇÃO

ESCOLHER
UMA
OPÇÃO
(Marcar
com X):

()

A) Artigo 59, I da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para obras e serviços de engenharia de valor não excedente a 10% (dez por cento) do limite previsto para modalidade de convite, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

(x)

B) Artigo 59, II da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto para compras e serviços que não sejam de engenharia, na modalidade de convite, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

()

C) OUTROS

3. REGRAS DE CONTRATAÇÃO

3.1
REGRAS DE
FORMALIZAÇÃO
CONTRATUAL

3.1.1 HAVERÁ CELEBRAÇÃO

DE CONTRATO () A SIM

(x) B NÃO (FORMALIZAÇÃO SE DARÁ APENAS COM A EMISSÃO DE EMPENHO)

3.2.1 REGIME DE EXECUÇÃO:

(x) Empreitada por
preço unitário ()

**3.2
REGRAS
DE
EXECUÇ
ÃO
CONTRA
TUAL**

**Empreitada por preço
global**

() Outro:

3.2.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO:

- 03 dias **(x)** Úteis **()** Corridos.
- Contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e- mail.



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – SERVIÇOS - DISPENSA

3.2.3 PRAZOS DE EXECUÇÃO

- 03 dias (**x**) Úteis () Corridos
- O prazo será contado da data do recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, acompanhada da autorização de fornecimento e, se for o caso, do instrumento contratual.

3.2.4 ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

(
x
)

A) NÃO

(
)

B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.

- Por até _____ dias () Úteis () Corridos

3.2.5 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

A cobertura dos veículos se dará em qualquer lugar onde estes estiverem estacionados ou transitando.

3.2.6 REGRAS ESPECIAIS PARA EXECUÇÃO:

- Execução deve ser agendada - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
(**x**) A) NÃO () B) SIM
- Unidade responsável: Coordenação de Transportes
- Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento: (71) 3103-0180 e LD-coordenacao.trans- portes@mpba.mp.br
- Dias para realização da entrega dos serviços: Diariamente
- Horários para execução: 24 horas por dia
- Condições especiais adicionais:

3.2.6.1 O Regime de Execução da presente contratação é de Execução Indireta na modalidade Em- preitada por Preço Unitário;

3.2.6.2 Os serviços deverão ser executados por profissionais treinados e capacitados, aptos a executar todos os tipos de serviços inerentes à contratação, obedecendo às seguintes condições:

3.2
REGRAS
DE
EXECU
ÇÃO
CONTRA
TUAL

| | |
|--|--|
| | 3.2.6.2.1 O Serviço de Seguro Ramo Automóvel compreende: |
|--|--|



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – SERVIÇOS – DISPENSA

3.2.6.2.1.1 Cobertura de Casco (Compreensiva): os veículos deverão ser segurados pelo valor de mercado, observando o percentual de 100% (cem por cento) sobre o valor da tabela FIPE em vigor no período da ocorrência do sinistro;

3.2.6.2.1.2 Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V):

- a) LMI – Danos Materiais por veículo segurado: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- b) LMI – Danos Corporais por veículo segurado: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- c) LMI – Danos Morais: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

3.2.6.2.1.3 Franquias:

- a) Cobertura de Casco - Obrigatória Normal;
- b) Franquias para Vidros e Retrovisores – Normal;

3.2.6.2.1.4 Assistência 24 (vinte e quatro) horas Básica;

3.2.6.2.1.5 Bônus, conforme os percentuais indicados no **ANEXO I** deste instrumento;

3.2.6.2.2 A cobertura do seguro deverá garantir, no mínimo, os riscos derivados da circulação dos veículos segurados, as despesas indispensáveis ao salvamento dos ocupantes e transporte dos veículos até oficina(s) autorizada(s) pela **CONTRATADA** em todo o território nacional e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme se segue:

3.2.6.2.2.1 Colisão e Roubo, bem como os danos causados a vidros e retrovisores;

3.2.6.2.2.2 Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;

3.2.6.2.2.3 Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

3.2.6.2.2.4 Danos causados por inundação.

3.2.6.2.3 Para a prestação dos serviços, a **CONTRATADA** deverá adotar apólice coletiva de Automóvel/RCF-V;

3.2.6.2.4 As condições gerais relativas à Seguro Ramo Automóvel previstas na legislação em vigor aplicam-se à presente contratação, no que couber;

3.2.6.2.5 A **CONTRATADA** deverá fornecer ao **CONTRATANTE** apólice, contendo todas as informações relativas ao funcionamento do seguro contratado, documento este que deverá respeitar todas as condições previstas nesta contratação;

3.2.6.2.6 O **CONTRATANTE** realizará solicitações de inclusão e/ou exclusão de veículos ao longo da



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – SERVIÇOS – DISPENSA

vigência da contratação, mediante comunicação a endereço eletrônico informado pela **CONTRATADA**;

3.2.6.2.6.1 As alterações deverão ser formalizadas mediante celebração de termo(s) aditivo(s) para tal fim;

3.2.6.2.6.2 A **CONTRATADA** deverá assegurar que todos os pedidos de inclusão e/ou exclusão sejam devidamente processados, de modo a garantir a cobertura desde a data indicada na respectiva solicitação;

3.2.6.2.6.7 Os prazos máximos para a tramitação de documentos são aqueles descritos a seguir:

3.2.6.2.6.7.1 Para apresentação da apólice: até o 30º (trigésimo) dia após o recebimento da nota de empenho;

3.2.6.2.6.7.2 Para apresentação de informações para subsidiar aditivos contratuais (endossos) visando alterar, substituir, incluir ou excluir veículos no contrato/apólice: até 10 (dez) dias, contados da data do pedido pelo **CONTRATANTE**;

3.2.6.2.6.7.3 Para assinatura e devolução de aditivos contratuais: até 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento do documento pela **CONTRATADA**;

3.2.6.2.6.7.4 Os prazos máximos concedidos neste item se referem tão-somente à finalização do trâmite burocrático-administrativo necessário à formalização dos instrumentos/documentos acima indicados, de modo a não possuir correlação ou influência sobre a contagem do prazo de vigência da contratação e/ou das coberturas contratadas/solicitadas;

3.2.6.2.6.8 No caso de ocorrência de sinistro que enseje encaminhamento do veículo para conserto/reparação, o prazo máximo para autorização e plena execução de todos os serviços necessários será de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da entrega do dossiê completo do sinistro à **CONTRATADA**;

3.2.6.2.6.8.1 Em tais hipóteses, o valor referente à franquia será pago pelo **CONTRATANTE** diretamente à oficina autorizada pela **CONTRATADA** para execução dos serviços que se fizerem necessários ao pleno restabelecimento do funcionamento do veículo;

3.2.6.2.6.8.2 Pedidos de prorrogação de prazos de execução dos serviços somente serão admissíveis antes do termo final do prazo de execução consignado, mediante justificativa (e respectiva comprovação) de fato superveniente, ou de comprovada intercorrência/atraso no envio de peça(s) pelo Fabricante do automóvel, desde que a **CONTRATADA** não tenha dado causa ao atraso;

3.2.6.2.6.8.2.1 A **CONTRATADA** deverá informar imediatamente ao **CONTRATANTE**, por escrito, os casos fortuitos ou motivos de força maior, para que possam ser considerados;

3.2.6.2.6.8.2.2 O **CONTRATANTE**, após análise de cada caso apresentado, informará a **CONTRATADA** se aceita ou recusa os motivos alegados, aplicando, a seu exclusivo critério, no caso de recusa, as penalidades

previstas nesta contratação, após o competente processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

3.2.6.2.6.9 Para as hipóteses de perda total do bem, o pagamento da indenização ao **CONTRATANTE** deverá ocorrer, impreterivelmente, em até 30 (trinta) dias após a entrega do dossiê completo do sinistro à **CONTRATADA**, para todos os tipos de cobertura previstos neste instrumento;



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – SERVIÇOS – DISPENSA

3.2.6.3 As condições gerais, cláusulas-padrão, cláusulas especiais e particulares relativas a Seguro Ramo Automóvel previstas na legislação em vigor são aplicáveis à presente contratação, no que couber;

3.2.6.4 A atuação dos profissionais envolvidos na execução contratual deverá satisfazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhe forem delegadas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**;

3.2.6.5 Não haverá empregado(s) da **CONTRATADA** à disposição do **CONTRATANTE**, em tempo integral, nas suas instalações;

3.2.6.6 O recebimento dos serviços ficará sob a responsabilidade do(a) fiscal do contrato (responsável pela habilitação para pagamentos) em conjunto com um representante da Diretoria Administrativa do **CONTRATANTE**, caso estes não sejam a mesma pessoa;

3.2.6.6.1 O recebimento definitivo do objeto desta contratação será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

3.2.6.7 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas nesta contratação, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades e prerrogativas previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

3.3 GARAN TIA DO OBJETO ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

(
x
)

A) SEM EXIGÊNCIA DE GARANTIA

(
)

B) COM EXIGÊNCIA DE GARANTIA - Regras:

➤ **EXECUTOR DA GARANTIA** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

() A) CONTRATADA (Regra geral)

() B) FABRICANTE (Exceção)

➤ Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo):

➤ **DURAÇÃO** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

() A) 01 ANO

() B) 90 DIAS (GARANTIA LEGAL)

() C) OUTRO. Especificar:

➤ **PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

() A) _____ HORAS () Úteis () Corridas

() B)____DIAS () Úteis () Corridos

➤ **NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA -**
ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Mar-**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA
DEMANDA
– SERVIÇOS - DISPENSA

car com X):

() A) SIM

() B) NÃO

➤ **FORMA DE EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

(Se resposta positiva acima) - ESCOLHER UMA OPÇÃO

(Marcar com X):

() A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador () B) Assistência sediada

em local a critério do fornecedor (regra geral) () C)

On site, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (exceção). Regras:

- Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de _____() horas, contadas da notificação pelo MPBA;
- O Fornecedor ou Fabricante (conforme regra de "Executor" acima indicada) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles estiverem, bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;

() D) Outra. Especificar:

➤ **DEMAIS REGRAMENTOS:**

3.4.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: 05 dias (x) Úteis () Corridos

3.4.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: 05 dias (x) Úteis () Corridos

3.4.3 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO: Coordenação de Transportes

3.4.4 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU REFAZIMENTO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

() A) NÃO SE APLICA

(x) B) PRAZO: () HORAS () Úteis () Corridas

(x) 03 DIAS (x) Úteis () Corridos

DEMAIS REGRAMENTOS:

**3.4
CONDIÇÕES E
RESPONSÁVEIS
PELO
RECEBIMENTO**

| | |
|--|--|
| | 3.4.5 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas na apólice de seguro e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho. |
|--|--|



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – SERVIÇOS - DISPENSA

3.4.6O recebimento dado pelo Ministério Público do Estado da Bahia em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço do fornecedor não será considerado para fins de recebimento provisório/definitivo;

3.4.7O recebimento definitivo do objeto desta contratação só será concretizado depois de adotados, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

3.4.8O aceite ou aprovação do objeto pelo Ministério Público do Estado da Bahia não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas nesta contratação e no processo de Dispensa Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Ministério Público do Estado da Bahia, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

(
)

A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO

B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS.

3.5.1 A **CONTRATADA** somente poderá subcontratar os serviços acessórios inerentes à execução contratual, tais como serviço de corretagem e reguladora de sinistro, que serão responsáveis pelo intercâmbio entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, para fins de envio de documentação em geral, inspeção e emissão de relatórios em caso de sinistro, etc;

3.5.1.1 Nas hipóteses de subcontratação parcial dos serviços, a **CONTRATADA** realizará a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, respondendo perante o **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais originalmente pactuadas;

3.5.1.2 Em todas as hipóteses, a **CONTRATADA** figurará, perante o **CONTRATANTE**, como única responsável pelos serviços ora contratados, obrigação esta que não poderá ser transferida a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da **CONTRATADA**, desde que

3.5 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

ESCOLHER
UMA OPÇÃO
(*Marcar
com X*):

(
x
)

| | | |
|---|---|---|
| | | não impeçam os compromissos pautados neste instrumento contratual. |
| 3.6 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO | 3.6.1 PERIODICIDADE DE PAGAMENTO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): () | A) PAGAMENTO INTEGRAL, AO FINAL DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS |



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA
DEMANDA
– SERVIÇOS - DISPENSA

(
)

**B) CADA PEDIDO (E CONSEQUENTE EMPENHO
EMITIDO) SERÁ PAGO INTE- GRALMENTE, EM
PARCELA ÚNICA**

(
)

C) PAGAMENTO PARCELADO:

- Quantidade de parcelas:
- Definição dos montantes das parcelas (Por quantidades ou percentuais, conforme regime de execução e regramentos eventualmente definidos no anexo mencionado no item 1.2.):

(
)

C) PAGAMENTO MENSAL

(
x
)

**D) OUTRA: PAGAMENTO INTEGRAL, APÓS
RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E EMISSÃO DA
APÓLICE DE SEGURO**

**3.6.2 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO -
ESCOLHER UMA OPÇÃO
(*Marcar com X*):**

(
)

A) NÃO SE APLICA

(
x
)

**B) CONDIÇÕES ESPECIAIS. Especificar: EMISSÃO DA
APÓLICE DE SEGURO**

3.6.3 DEMAIS REGRAS:

3.6.3.1 O pagamento será processado mediante apresentação, pela contratada, de nota fiscal e certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo Ministério Público do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

3.6.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

3.6.3.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;

3.6.3.4 O Ministério Público do Estado da Bahia realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente;



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – SERVIÇOS – DISPENSA

3.6.3.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.6.3.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto no item 3.6.3.2.

(
x
)

A) PREÇOS IRREAJUSTÁVEIS

3.7 POSSIBILIDADE- DE OU NÃO DE REAJUSTAMENTO, COM INDICAÇÃO DE ÍNDICE OFICIAL

ESCOLHER
UMA OPÇÃO
(*Marcar com X*):

(
)

B) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. Regras:

- Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

() A) INPC/IBGE
() B) OUTRO. Indicar:
- A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo Fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;
- Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário.
- Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta;

3.8 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS

3.8.1 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

()

A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO

- ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

() **Opção 1:** _____ meses, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

| | | |
|--|--|--|
| | | () Opção 2: _____ dias, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor |
|--|--|--|



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA
DEMANDA
– SERVIÇOS - DISPENSA

B) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO

➤ ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

(X) Opção 1: 12 meses, contados a partir de(a) -

ESCOLHER UMA OP- ÇÃO (**Marcar com X**):

(X) A) Data certa: 31 de março de 2023

() B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Jus- tiça Eletrônico

(X)

() Opção 2: ____ dias, contados a partir de(a) -

ESCOLHER UMA OP- ÇÃO (**Marcar com X**):

() A) Data certa: __ de ____ de ____

() B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Jus- tiça Eletrônico

➤ Justificar vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso):

3.8.2 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Mar- car com X**):**

(x)

A) NÃO

()

B) SIM. Justificativa:

**3.9
OBRIGAÇÕES DA
CONTRATA DA**

OBRIGAÇÕES GERAIS

3.9.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

3.9.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decurso do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;

3.9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);

3.9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte,

| | |
|--|---|
| | ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que |
|--|---|



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – SERVIÇOS – DISPENSA

não impeçam os compromissos assumidos para com o **MPBA**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

3.9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;

3.9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

3.9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo **MPBA** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

3.9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total,

3.9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **MPBA** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **MPBA** todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

3.9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **MPBA**;

3.9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo **MPBA**, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **MPBA**;

3.9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.9.13 Comunicar formalmente ao **MPBA** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

3.9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente

da contratação;

3.9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **MPBA**.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

() A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais defi



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – SERVIÇOS – DISPENSA

nidos no subitem anterior.

(x)

B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:

3.9.14 Realizar os serviços objeto desta contratação através de pessoal técnico especializado, pro movendo a sua execução de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no ins trumento convocatório e no presente contrato, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

3.9.15 Entregar ao **CONTRATANTE**, em até 30 (trinta) dias após do recebimento da nota de empenho, a apólice correspondente ao seguro contratado, com prazo de vigência idêntica a deste instrumento, e contendo discriminação dos veículos segurados, valores de cobertura e de prêmios, além das demais coberturas e estipulações aplicáveis;

3.9.16 Encaminhar ao **CONTRATANTE**, nos prazos descritos neste instrumento, os documentos relativos aos endossos motivados por alterações, substituições, inclusões e exclusões ocorridas durante o período de vigência da apólice;

3.9.17 Providenciar, nos prazos consignados pelo **CONTRATANTE**, as correções de eventuais cobranças indevidas de prêmio;

~~3.9.18 Em caso de ocorrência de sinistro:~~

3.9.18.1 Prestar atendimento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento do aviso do sinistro;

3.9.18.2 Nos casos de avarias que não importem em comprometimento integral do veículo (perda total), garantir o conserto do bem e o retorno deste à plena condição de uso, nos estritos prazos indicados nes te instrumento;

3.9.18.3 Em caso de configuração de perda total do veículo, efetuar o pagamento das indenizações previstas neste instrumento e na apólice de seguro, conforme legislação vigente;

3.9.18.3.1 O pagamento de indenizações deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a entrega, pelo **CONTRATANTE**, do dossiê do sinistro à **CONTRATADA**, para todos os tipos de cobertura previstos neste instrumento;

3.9.19 A **CONTRATADA** deverá fornecer contato telefônico para atendimento direto, o qual deverá possuir DDD 71 (não podendo ser linha móvel) ou ser um 0800/4004 (ou semelhante), e que não deverá mudar ao longo da execução contratual;

3.9.19.1 Esta obrigação deverá se estender a todas eventuais empresas subcontratadas pela **CONTRA TADA**, obedecidas as disposições deste instrumento, em especial a **Cláusula Décima Primeira**;

3.9.20 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra designada para execução completa e eficiente dos serviços objeto desta contratação;

3.9.21 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, to das as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.9.22 Designar por escrito, quando da assinatura deste instrumento, preposto que detenha poderes para

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – SERVIÇOS - DISPENSA

resolução de possíveis ocorrências durante a execução contratual, responsabilizando-se pelo bom andamento desta, inclusive para atendimento de emergência;

3.9.23 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução contratual;

3.9.23.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

3.9.24 Emitir faturas/boletos de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

3.9.25 Responder perante o **CONTRATANTE** no que concerne à conduta e pontualidade dos empregados designados para atividades relacionadas com a execução da presente contratação;

3.9.26 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

3.9.27 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução contratual;

3.9.28 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**;

3.9.29 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições desta contratação ou do Edital constante no processo licitatório que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

3.9.30 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência desta contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.9.30.1 A **CONTRATADA** se obriga a permitir que a auditoria interna do **CONTRATANTE** e/ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito à execução contratual;

3.9.31 Garantir que todos os seus sócios, gestores, administradores e/ou funcionários mantenham sigilo absoluto sobre quaisquer informações, dados, documentos e assuntos que tomarem conhecimento em razão da execução do objeto contratual, sob pena de responsabilização civil, administrativa e/ou penal, nos termos da legislação vigente;

3.9.32 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução contratual.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE MATO GROSSO

OBRIGAÇÕES
S DO
CONTRATANT

-

OBRIGAÇÕES GERAIS



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - SERVIÇOS - DISPENSA

TE

3.10.1 Fornecer, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação, as informações necessárias para que a empresa contratada possa executar plenamente o objeto contratado;

3.10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução dos serviços contratados, nos termos e condições previstos neste documento;

3.10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **MPBA**, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

3.10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições da contratação, notificando a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.10.5 Fornecer à empresa contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas em edital e seus anexos.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

() **A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

(x) **B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS.** Indicar:
3.10.6 Comunicar cada sinistro à **CONTRATADA** dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da ocorrência;

3.11
INDICAÇÃO
SOBRE A
NECESSI-
DADE DE
GARAN-
TIA
CONTRATU
AL, COM
PERCENTU-

(
)

A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)

(
x
)

B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL

(
)

C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras:

➤ Percentual exigido:

() 5% (cinco por cento)

OU

() Outro. Indicar:

**ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS****1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:****1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS**

| IT E M | PLAC A | TIPO | MARC A | MODELO | ANO/ MODELO | CHASSI | COMBUSTÍV EL | BÔN US | PRÊMIO DE SEGUR O (R\$) |
|-----------------------------------|--------------|-----------------|-------------|--|----------------|-----------------------|-----------------|-----------|-------------------------------------|
| 1 | RPI- 2H84 | CAMINHON ETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R1PJ294 134 | DIESEL | 0 | 2.039,93 |
| 2 | RPI- 1D10 | CAMINHON ETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R6PJ294 162 | DIESEL | 0 | 2.039,93 |
| 3 | RPI- 4E97 | CAMINHON ETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R8PJ294 146 | DIESEL | 0 | 2.039,93 |
| 4 | RPI- 6B70 | CAMINHON ETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R6PJ294 159 | DIESEL | 0 | 2.039,93 |
| 5 | RPI- 3F07 | CAMINHON ETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R7PJ294 140 | DIESEL | 0 | 2.039,93 |
| 6 | RPI- 1F52 | VAN | RENAU LT | MASTER L3H2 MSU FGT, 2.3 (16 lugares) | 2022/2023 | 93YF62002PJ338 024 | DIESEL | 0 | 2.250,47 |
| PRÊMIO DE SEGURO TOTAL | | | | | | | | | 12.450,12 |

Comunicação Interna nº 19 / DADM - APOIO TÊC E ADM - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Em 03 de março de 2023.

De: COORDENAÇÃO DE TRANSPORTES

Para: DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Assunto: SEGURO AUTOMOTIVO PARA 06 VEÍCULOS

Senhora Diretora,

Tendo em vista que este Ministério Público adquiriu mais 06 (seis) veículos para compor a frota institucional, solicitamos autorização para contratar a prestação de serviços de seguro ramo automóvel/responsabilidade civil facultativa de veículo RCF-V, com cobertura adicional para vidros, retrovisores e assistência técnica 24 (vinte e quatro) horas, para 05 veículos do tipo caminhonete e 01 veículo do tipo van, mediante dispensa de licitação.

A contratação por dispensa visa garantir a cobertura por seguro aos veículos da frota, tendo em vista que o Contrato nº 031/2019-SGA não possui margem para inclusão por aditamento contratual, já que houve acréscimo de 23,93% decorrente de inclusões de veículos ao longo da vigência contratual, restando apenas de margem de 1,07% para novas inclusões.

Foram realizadas cotações com empresas do ramo, tendo como proposta vencedora a da PORTO SEGURO, no valor total de R\$ 12.450,12 (doze mil quatrocentos e cinquenta reais e doze centavos), com vigência do seguro no período de 24 hrs do dia 31/03/2023 a 24 hrs do dia 31/03/2024.

Informamos que houve envio somente de 02 (duas) propostas, pois algumas corretoras consultadas informaram que as seguradoras parceiras não trabalham com órgãos públicos ou com seguro veicular. Outras dessas empresas consultadas não se manifestaram. (0599159)

Ademais, a fim de constatar a vantajosidade da proposta vencedora, foi realizada consulta a preços de outros órgãos públicos através do Banco de Preços (0599158), obtendo-se o resultado a seguir:

| ITEM | ÓRGÃO | SEGURADORA | MARCA | MODELO | ANO/MODELO | PRÊMIO DE SEGURO (R\$) |
|------------------------|----------------------------------|----------------|---------|---------------------------------------|------------|------------------------|
| 1 | SAAE DO MUNICÍPIO DE MANTENA/MG | MAPFRE SEGUROS | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 3.374,44 |
| 2 | SAAE DO MUNICÍPIO DE MANTENA/MG | MAPFRE SEGUROS | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 3.374,44 |
| 3 | SAAE DO MUNICÍPIO DE MANTENA/MG | MAPFRE SEGUROS | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 3.374,44 |
| 4 | SAAE DO MUNICÍPIO DE MANTENA/MG | MAPFRE SEGUROS | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 3.374,44 |
| 5 | SAAE DO MUNICÍPIO DE MANTENA/MG | MAPFRE SEGUROS | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 3.374,44 |
| 6 | PREFEITURA DE CRUZEIRO DO SUL/PR | PORTO SEGURO | RENAULT | MASTER L3H2 MSU FGT, 2.3 (16 lugares) | 2022/2023 | 2.550,00 |
| PRÊMIO DE SEGURO TOTAL | | | | | | 19.422,20 |

Atenciosamente,

Ana Gabriela Reis Nogueira Gonçalves
Gerente



Documento assinado eletronicamente por **Ana Gabriela Reis Nogueira Gonçalves** em 06/03/2023, às 09:33, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0599151** e o código CRC **52544BE9**.

| | | |
|--|----------------|-----------------------------------|
| Orçamento: 614675496 | | |
| Sucursal/Apólice Anterior: 4/11982409 | | Operação de Negócio: Convencional |
| Tipo de Emissão: Renovação | | Tarifa: Janeiro/2023 |
| Início da Vigência: 31/03/2023 | | Data do Orçamento: 30/01/2023 |
| Término da Vigência: 30/03/2024 | | Versão do cálculo: 4 |
| Quantidade de Itens: 6 | | Última Liberação: 15/02/2023 |
| Dados do corretor | | |
| Nome | Telefone | Código SUSEP |
| AXO CONSULTORIA & CORRETAGEM DE SEGUROS | (77) 988051142 | LIRCAJ |
| Dados do cliente | | |
| Razão Social: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA | | |
| CNPJ: 04.142.491/0001-66 | | Tipo Pessoa: Jurídica |
| Atividade: ADMINISTRACAO PUBLICA EM GERAL | | |
| Prêmio por Coberturas / Cláusulas / Acessórios | | |
| Descrição | Prêmio | |
| CASCO | R\$ 8.714,74 | |
| DANOS MATERIAIS - 1º RISCO | R\$ 954,78 | |
| DANOS CORPORAIS - 1º RISCO | R\$ 397,44 | |
| DANOS MORAIS - 1º RISCO | R\$ 20,46 | |
| 076 - Danos aos Vidros, Retrovisores, Lanternas e Faróis - Rede Referenciada | R\$ 526,97 | |
| 26I - Carro Extra Porte Médio, Automático ou Pick-up 30 Dias (R\$3780 limitado R\$126/dia)- Referenciada | R\$ 369,36 | |
| 45V - Assistência 24h Completa - Rede Referenciada | R\$ 1.466,37 | |
| ACESSÓRIO CARROCERIA | R\$ 0,00 | |
| ACESSÓRIO EQUIPAMENTOS | R\$ 0,00 | |
| ACESSÓRIO SOM | R\$ 0,00 | |
| ACESSÓRIO KIT GÁS | R\$ 0,00 | |
| Os veículos são de propriedade | | |
| Empresa (PJ): 6 | | |
| Prêmio do Seguro | | |

| | | | |
|--|-------|---|---------------|
| Prêmio Líquido do Seguro: R\$ 12.450,12 | | | |
| IOF: 0,00% | | Prêmio à vista do seguro: R\$ 12.450,12 | |
| ESTE ORÇAMENTO NÃO IMPLICA NA ACEITAÇÃO DO SEGURO. | | | |
| O SEGURO SERÁ VÁLIDO COM O RECEBIMENTO OU TRANSMISSÃO DA PROPOSTA ELETRONICA. QUANDO NECESSÁRIO, PODERÃO SER SOLICITADOS PARA EMISSÃO DA APÓLICE, VISTORIA PRÉVIA, NOTA FISCAL DO VEÍCULOS OU EQUIPAMENTOS OU DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES COMO POR EXEMPLO DOCUMENTO DE BLINDAGEM DO VEÍCULO. | | | |
| A SEGURADORA TERÁ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS APÓS O PROTOCOLO OU TRANSMISSÃO DA PROPOSTA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CONCRETIZAÇÃO OU NÃO DO SEGURO. NO CASO DE NÃO ACEITAÇÃO DO SEGURO, O EVENTUAL PREMIO PAGO PELO PROPONENTE SERÁ DEVOLVIDO ATUALIZADO PELO IPCA/IBGE. | | | |
| *A CONTRATAÇÃO DA IMPORTÂNCIA SEGURADA NA MODALIDADE VALOR DETERMINADO ESTÁ SUJEITA A ANALISE E COTAÇÃO DA SEGURADORA NO MOMENTO DA EMISSÃO DO SEGURO. | | | |
| Os valores deste orçamento são válidos até 01/03/2023 | | | |
| OPÇÕES DE PAGAMENTO | | | |
| PAGAMENTO: À Vista - Boleto | | | |
| Parcela | Juros | Parcela (R\$) | Total (R\$) |
| 1 | 0,00% | R\$ 12.450,12 | R\$ 12.450,12 |
| PAGAMENTO: Camê a 30 d.d. | | | |
| Parcela | Juros | Parcela (R\$) | Total (R\$) |
| 1 | 0,00% | R\$ 12.450,12 | R\$ 12.450,12 |
| PAGAMENTO: Melhor Data Todas Débito C.Corrente | | | |
| Parcela | Juros | Parcela (R\$) | Total (R\$) |
| 1 | 0,00% | R\$ 12.450,12 | R\$ 12.450,12 |
| 2 | 0,00% | R\$ 6.225,06 | R\$ 12.450,12 |
| 3 | 0,00% | R\$ 4.150,04 | R\$ 12.450,12 |
| 4 | 0,00% | R\$ 3.112,53 | R\$ 12.450,12 |
| 5 | 0,00% | R\$ 2.490,02 | R\$ 12.450,10 |
| 6 | 0,00% | R\$ 2.075,02 | R\$ 12.450,12 |
| 7 | 0,00% | R\$ 1.778,59 | R\$ 12.450,13 |
| 8 | 0,00% | R\$ 1.556,26 | R\$ 12.450,08 |
| 9 | 0,00% | R\$ 1.383,35 | R\$ 12.450,15 |
| 10 | 0,00% | R\$ 1.245,01 | R\$ 12.450,10 |
| PAGAMENTO: Frac. 1ª Parcela Camê | | | |
| Parcela | Juros | Parcela (R\$) | Total (R\$) |
| 2 | 0,00% | R\$ 6.225,06 | R\$ 12.450,12 |
| 3 | 0,00% | R\$ 4.150,04 | R\$ 12.450,12 |
| 4 | 0,00% | R\$ 3.112,53 | R\$ 12.450,12 |
| 5 | 0,00% | R\$ 2.490,02 | R\$ 12.450,10 |
| 6 | 0,00% | R\$ 2.075,02 | R\$ 12.450,12 |

| Parcela | Juros | Parcela (R\$) | Total (R\$) |
|--|-------|---------------|---------------|
| 7 | 0,00% | R\$ 1.778,59 | R\$ 12.450,13 |
| 8 | 0,00% | R\$ 1.556,26 | R\$ 12.450,08 |
| 9 | 0,00% | R\$ 1.383,35 | R\$ 12.450,15 |
| 10 | 0,00% | R\$ 1.245,01 | R\$ 12.450,10 |
| PAGAMENTO: Todas Débito C. Corrente | | | |
| Parcela | Juros | Parcela (R\$) | Total (R\$) |
| 1 | 0,00% | R\$ 12.450,12 | R\$ 12.450,12 |
| 2 | 0,00% | R\$ 6.225,06 | R\$ 12.450,12 |
| 3 | 0,00% | R\$ 4.150,04 | R\$ 12.450,12 |
| 4 | 0,00% | R\$ 3.112,53 | R\$ 12.450,12 |
| 5 | 0,00% | R\$ 2.490,02 | R\$ 12.450,10 |
| 6 | 0,00% | R\$ 2.075,02 | R\$ 12.450,12 |
| 7 | 0,00% | R\$ 1.778,59 | R\$ 12.450,13 |
| 8 | 0,00% | R\$ 1.556,26 | R\$ 12.450,08 |
| 9 | 0,00% | R\$ 1.383,35 | R\$ 12.450,15 |
| 10 | 0,00% | R\$ 1.245,01 | R\$ 12.450,10 |
| PAGAMENTO: Todas Cartão de Crédito - Demais Bandeiras | | | |
| Parcela | Juros | Parcela (R\$) | Total (R\$) |
| 1 | 0,00% | R\$ 12.450,12 | R\$ 12.450,12 |
| 2 | 0,00% | R\$ 6.225,06 | R\$ 12.450,12 |
| 3 | 0,00% | R\$ 4.150,04 | R\$ 12.450,12 |
| 4 | 0,00% | R\$ 3.112,53 | R\$ 12.450,12 |
| 5 | 0,00% | R\$ 2.490,02 | R\$ 12.450,10 |
| 6 | 0,00% | R\$ 2.075,02 | R\$ 12.450,12 |
| 7 | 0,00% | R\$ 1.778,59 | R\$ 12.450,13 |
| 8 | 0,00% | R\$ 1.556,26 | R\$ 12.450,08 |
| 9 | 0,00% | R\$ 1.383,35 | R\$ 12.450,15 |
| 10 | 0,00% | R\$ 1.245,01 | R\$ 12.450,10 |
| PAGAMENTO: 1ª Boletto / Demais Carnê | | | |
| Parcela | Juros | Parcela (R\$) | Total (R\$) |
| 2 | 0,00% | R\$ 6.225,06 | R\$ 12.450,12 |
| 3 | 0,00% | R\$ 4.150,04 | R\$ 12.450,12 |
| 4 | 0,00% | R\$ 3.112,53 | R\$ 12.450,12 |
| 5 | 0,00% | R\$ 2.490,02 | R\$ 12.450,10 |
| 6 | 0,00% | R\$ 2.075,02 | R\$ 12.450,12 |

| Parcela | Juros | Parcela (R\$) | Total (R\$) |
|---------|-------|---------------|---------------|
| 7 | 0,00% | R\$ 1.778,59 | R\$ 12.450,13 |
| 8 | 0,00% | R\$ 1.556,26 | R\$ 12.450,08 |
| 9 | 0,00% | R\$ 1.383,35 | R\$ 12.450,15 |
| 10 | 0,00% | R\$ 1.245,01 | R\$ 12.450,10 |

PAGAMENTO: Todas Cartão de Crédito Porto Seguro

| Parcela | Juros | Parcela (R\$) | Total (R\$) |
|---------|-------|---------------|---------------|
| 1 | 0,00% | R\$ 12.450,12 | R\$ 12.450,12 |
| 2 | 0,00% | R\$ 6.225,06 | R\$ 12.450,12 |
| 3 | 0,00% | R\$ 4.150,04 | R\$ 12.450,12 |
| 4 | 0,00% | R\$ 3.112,53 | R\$ 12.450,12 |
| 5 | 0,00% | R\$ 2.490,02 | R\$ 12.450,10 |
| 6 | 0,00% | R\$ 2.075,02 | R\$ 12.450,12 |
| 7 | 0,00% | R\$ 1.778,59 | R\$ 12.450,13 |
| 8 | 0,00% | R\$ 1.556,26 | R\$ 12.450,08 |
| 9 | 0,00% | R\$ 1.383,35 | R\$ 12.450,15 |
| 10 | 0,00% | R\$ 1.245,01 | R\$ 12.450,10 |

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais - CNPJ 61.198.164/0001-60 - Código Susep (05886)

Al. Barão de Piracicaba, 618-634 / Torre B - 2ª andar - CEP 01216-012 - São Paulo - SP

Processo SUSEP 15414.900837/2017-12 - Valor de Mercado Referenciado e Valor Determinado Ramos: Casco (0531), RCF- A (553), APP (520), Assistência (542)

Orçamento no. : 614675496

Dados do Cliente:

| | | | |
|----------------------|---------------------------------------|----------------------|------------|
| Razão Social: | MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA | | |
| CNPJ: | 04.142.491/0001-66 | Tipo de Pessoa: | Jurídica |
| Atividade: | ADMINISTRACAO PUBLICA EM GERAL | | |
| Data: | 30/01/2023 | Validade: | 01/03/2023 |
| Tarifa: | Janeiro/2023 | Última Liberação: | 15/02/2023 |
| Vigência: | 31/03/2023 - 30/03/2024 | Quantidade de Itens: | 6 |
| Operação de Negócio: | Convencional | Data da impressão: | 15/02/2023 |

| Item | Veículo | Dados do Risco | Coberturas, Cláusulas e Acessórios | Valor Prêmio |
|------|--|---|---|---|
| 2 | VEÍCULO: FORD - NOVA RANGER CAB DUPLA XLS 2.2 4X4 AUT. ANO/MODELO: 2022/2023 CÓDIGO FIPE: 34215 OKm: Não PLACA: RPI2H84 CHASSI: 8AFAR23R1PJ294134 COMBUSTÍVEL: Diesel | TIPO EMISSÃO: RENOVACÃO REGIÃO DE RISCO: SALVADOR - BA UTILIZAÇÃO: SERVIÇOS PROPRIEDADE: Empresa (PJ) NOME: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA CNPJ: 04.142.491/0001-66 SUCURSAL: 4 APÓLICE: 11982409 CLASSE BÔNUS:0 | Vidro Traseiro: R\$ 492,00 Laterais: R\$ 188,00 Lantermas: R\$ 344,00 Faróis XENON: R\$ 2.545,00 Retrovisores: R\$ 381,00 Lantermas LED: R\$ 971,00 TOTAL | R\$ 2.039,93 |
| 3 | VEÍCULO: FORD - NOVA RANGER CAB DUPLA XLS 2.2 4X4 AUT. ANO/MODELO: 2022/2023 CÓDIGO FIPE: 34215 OKm: Não PLACA: RPI3F07 CHASSI: 8AFAR23R7PJ294140 COMBUSTÍVEL: Diesel | TIPO EMISSÃO: RENOVACÃO REGIÃO DE RISCO: SALVADOR - BA UTILIZAÇÃO: SERVIÇOS PROPRIEDADE: Empresa (PJ) NOME: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA CNPJ: 04.142.491/0001-66 SUCURSAL: 4 APÓLICE: 11982409 CLASSE BÔNUS:0 | MODALIDADE: VALOR DE MERCADO COBERTURAS: COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO E FURTOS CASCO - FIPE 100,00% / FRANQUIA: R\$ 3.937,20 DMT 1R - IS R\$ 50.000,00 DCT 1R - IS R\$ 100.000,00 DMO 1R - IS R\$ 20.000,00 Cls. 45V Cls. 26l Vidros 076 / IS: R\$ 25.000,00 / FRANQUIAS: Parabrisa: R\$ 509,00 Vidro Traseiro: R\$ 492,00 Faróis: R\$ 379,00 Faróis LED: R\$ 2.545,00 Faróis XENON: R\$ 2.545,00 Lantermas: R\$ 344,00 Lantermas LED: R\$ 971,00 Retrovisores: R\$ 381,00 Laterais: R\$ 188,00 TOTAL | R\$ 1.435,44 R\$ 159,13 R\$ 66,24 R\$ 3,41 R\$ 226,27 R\$ 61,56 R\$ 87,88 R\$ 2.039,93 |
| 4 | VEÍCULO: FORD - NOVA RANGER CAB DUPLA XLS 2.2 4X4 AUT. ANO/MODELO: 2022/2023 | TIPO EMISSÃO: RENOVACÃO REGIÃO DE RISCO: SALVADOR - BA UTILIZAÇÃO: SERVICOS | MODALIDADE: VALOR DE MERCADO COBERTURAS: COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO E FURTOS | |

[illegible]

| Item | Veículo | Dados do Risco | Coberturas, Cláusulas e Acessórios | Valor Prêmio |
|------|---|---|--|--------------|
| 6 | VEÍCULO: RENAULT - MASTER FURGAO VITRE EXTRA 2.3 16V DCI ANO/MODELO: 2022/2023 CÓDIGO FIPE: 252018 0Km: Não PLACA: RPI1F52 CHASSI: 93YF62002PJ338024 COMBUSTÍVEL: Diesel | TIPO EMISSÃO: RENOVAÇÃO REGIÃO DE RISCO: SALVADOR - BA UTILIZAÇÃO: SERVIÇOS PROPRIEDADE: Empresa (PJ) NOME: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA CNPJ: 04.142.491/0001-66 SUCURSAL: 4 APÓLICE: 11982409 CLASSE BÔNUS:0 | Retrovisores: R\$ 602,00 Faróis LED: R\$ 2.323,00 Faróis XENON: R\$ 2.840,00 Vidro Traseiro: R\$ 375,00 Faróis: R\$ 446,00 Parabrisa: R\$ 389,00 TOTAL | R\$ 2.250,47 |

Índice de Cobertura:

| | |
|--------------|---|
| DMT 1R | DANOS MATERIAIS A TERCEIROS 1º RISCO |
| DMT 2R | DANOS MATERIAIS A TERCEIROS 2º RISCO |
| DMT DESAT 1R | DANOS MATERIAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 1º RISCO |
| DMT DESAT 2R | DANOS MATERIAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 2º RISCO |
| DCT 1R | DANOS CORPORAIS A TERCEIROS 1º RISCO |
| DCT 2R | DANOS CORPORAIS A TERCEIROS 2º RISCO |
| DCT DESAT 1R | DANOS CORPORAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 1º RISCO |
| DCT DESAT 2R | DANOS CORPORAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 2º RISCO |
| GU 1R | GARANTIA ÚNICA 1º RISCO |
| GU 2R | GARANTIA ÚNICA 2º RISCO |
| GU DESAT 1R | GARANTIA ÚNICA REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 1º RISCO |
| GU DESAT 2R | GARANTIA ÚNICA REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 2º RISCO |
| APP C/ DMH | ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO COM DESPESAS MÉDICO HOSPITALARES |
| DMO 1R | DANOS MORAIS 1º RISCO |
| DMO 2R | DANOS MORAIS 2º RISCO |

Carro Reserva:

| | |
|-----|---|
| 26C | CARRO RESERVA BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS |
| 26E | CARRO RESERVA BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS |
| 26A | CARRO RESERVA BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS |
| 26F | CARRO RESERVA BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS |
| 26B | CARRO RESERVA BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS |
| 26G | CARRO RESERVA BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS |
| 26J | CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS |
| 26K | CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS |
| 26H | CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS |
| 26L | CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS |
| 26I | CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS |
| 26M | CARRO RESERVA PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS |
| 26N | CARRO RESERVA PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS |
| 26O | CARRO RESERVA PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS |
| 26P | CARRO RESERVA PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS |
| 26Q | CARRO RESERVA PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS |
| 26T | CARRO RESERVA PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS |
| 26S | CARRO RESERVA PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS |

Proteção a Vidros:

| | |
|-----|--|
| 78S | 78S - DANOS A VIDROS - REDE REFERENCIADA |
| 76R | 76R - DANOS AOS VIDROS, RETROVISORES, LANTERNAS E FARÓIS - LIVRE ESCOLHA |
| 78R | 78R - DANOS A VIDROS - LIVRE ESCOLHA |
| 76 | 076 - DANOS AOS VIDROS, RETROVISORES, LANTERNAS E FARÓIS - REDE REFERENCIADA |

Assistência 24h:

| | |
|-----|--|
| 45V | COMPLETA: SIN 2000KM / PANE 2000KM - REFERENCIADA |
| 45Y | COMPLETA: SIN 2000KM / PANE 2000KM - LIVRE ESCOLHA |
| 045 | BÁSICA: SIN 2000KM / PANE 200KM - REFERENCIADA |
| 45X | BÁSICA: SIN 2000KM / PANE 200KM - LIVRE ESCOLHA |

Índice de Cláusulas:

| | |
|----------|--|
| CLS. 104 | 104 - EXTENSÃO DE PERÍMETRO |
| CLS. 115 | 115 - EXTENSÃO DE COBERTURA DE RCF - DMT |
| CLS. 112 | 112 - EXTENSÃO DA COBERTURA DA APÓLICE |
| CLS. 20N | 20N - DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS |
| CLS. 997 | 997 - CLÁUSULA BENEFICIÁRIA |
| CLS. 111 | 111 - EXTENSÃO PARA VEÍCULOS REBOCADOS |

Acessórios:

| | |
|---------|--------------|
| CARROC. | CARROCERIA |
| EQUIP. | EQUIPAMENTOS |
| SOM | SOM |
| KIT G | KIT - GÁS |

Arquivo: C:\Programa\SEI\SEI\DOCUMENTO\PORT-SECURITY\0599152)

Extrato de Fornecedor

Dados Básicos + Documentação

Razão Social: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Fantasia : PORTO SEGURO
CNPJ / CPF: 61.198.164/0001-60
CRC/CRS: 0001703-5 Vencimento: 24/02/2024 Situação RFB:
Situação:Ativo Categoria: NO - Normal
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO Número 1489
Complemento RUA GUAIANAZES 1238 Bairro: CAMPOS ELISEOS
Cidade: São Paulo UF: SP CEP: 1.205.001
E - mail:edital.licitacoes@portoseguro.com.br
Telefone: (11) 3366-3258 Fax:(11) 3366-3258 Telefax: 11033663258
Cadastramento: 03/06/1993 Renovação: 28/01/2021
Pessoa p/ contato: Neide Oliveira Souza Desempenho (%): 100
Representante Cadastrado no SEI
Processo SEI nº.: 00984982019000873153

| Documento | Número | Vencimento | Vencidos | Situação Certidão |
|--|-----------------------|------------|----------|---------------------------------|
| CNPJ/CPF | 61.198.164/0001-60 | | | Sem Situação |
| CADASTRO DE CONTRIBUINTE ESTADUAL | 108377122112 | | | Sem Situação |
| CADASTRO DE CONTRIBUINTE MUNICIPAL | 12044679 | 01/03/2023 | X | Sem Situação |
| REGULARIDADE FAZENDA FEDERAL E A DIVIDA ATIVA E INSS | 9804.4D30.A7F7.55CE | 24/04/2023 | | Positiva com efeito de Negativa |
| REGULARIDADE COM A FAZENDA ESTADUAL | 61198164 | 19/04/2023 | | |
| REGULARIDADE COM A FAZENDA MUNICIPAL | 0847080 - 2022 | 21/03/2023 | | Negativa |
| BALANCO PATRIMONIAL | 31/12/2021 | 31/05/2023 | | |
| CONCORDATA E FALENCIA | 2860175 | 11/04/2023 | | Sem Situação |
| CERTIDAO DE REGULARIDADE SUSEP | SN | 25/03/2023 | | |
| DECLARACAO DO EMPREGADOR | | | | |
| DECLARACAO DE SUPERVENIENCIA | | | | |
| REGULARIDADE FAZ. ESTADUAL (LICITAÇÃO) * | 20231273887 | 30/04/2023 | | |
| REGULARIDADE COM O FGTS - CEF | 202302190032448920083 | 20/03/2023 | | Sem Situação |
| CERTIDAO DE ADMINISTRADORES SUSEP | SN | 25/03/2023 | | |
| CARTA PATENTE SUSEP | 324 | | | |
| CERTIDAO DE DEBITOS TRABALHISTAS | 46159769/2022 | 19/06/2023 | | Negativa |
| PROCURAÇÃO | | | | |
| ESTATUTO SOCIAL | | | | |

* Conforme disposto no Art. 65, § 3º, XII da Lei 9.433/05, documento obrigatório somente para as contratações oriundas de dispensa e inexigibilidade.

Extrato de Fornecedor

Dados Básicos + Documentação

Razão Social: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Fantasia : PORTO SEGURO
CNPJ / CPF: 61.198.164/0001-60
CRC/CRS: 0001703-5 Vencimento: 24/02/2024 Situação RFB:
Situação:Ativo Categoria: NO - Normal
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO Número 1489
:
Complemento RUA GUAIANAZES 1238 Bairro: CAMPOS ELISEOS
:
Cidade: São Paulo UF: SP CEP: 1.205.001
E - mail: edital.licitacoes@portoseguro.com.br
Telefone: (11) 3366-3258 Fax: (11) 3366-3258 Telefax: 11033663258
Cadastramento: 03/06/1993 Renovação: 28/01/2021
Pessoa p/ contato: Neide Oliveira Souza Desempenho (%): 100
Representante Cadastrado no SEI
Processo SEI nº.: 00984982019000873153

| Documento | Número | Vencimento | Vencidos | Situação Certidão |
|-----------------|------------|------------|----------|----------------------|
| ATA | | | | |
| CONTRATO SOCIAL | 22/06/2018 | | | |

* Conforme disposto no Art. 65, § 3º, XII da Lei 9.433/05, documento obrigatório somente para as contratações oriundas de dispensa e inexigibilidade.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0847080 - 2022

CPF/CNPJ Raiz: 61.198.164/

Contribuinte: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Liberação: 22/09/2022

Validade: 21/03/2023

Tributos Abrangidos: Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 1.204.467-9- Início atv :21/12/1945 (AV RIO BRANCO, 1489 - CEP: 01205-001)
CCM 8.258.319-6- Início atv :14/03/1974 (R PIRACUNUNGA, 01024 - CEP: 03187-010 - Cancelado em: 27/04/1994)
CCM 6.951.415-1- Início atv :25/05/2021 (AL NOTHMANN, 316 - CEP: 01216-000)
CCM 2.006.668-6- Início atv :15/10/1991 (R ANTONIO GIL, 00050 - CEP: 04655-000 - Cancelado em: 15/05/2018)
CCM 2.426.705-8- Início atv :02/10/1995 (AV IBIRAPUERA, 00730 - CEP: 04028-000 - Cancelado em: 31/10/2001)
CCM 9.660.535-9- Início atv :16/08/1989 (AV DOMINGOS DE SOUZA MARQUES, 00500 - CEP: 05106-010 - Cancelado em: 24/03/1994)
CCM 3.414.141-3- Início atv :27/04/2005 (AV CORIFEU DE AZEVEDO MARQUES, 05090 - CEP: 05340-002)
CCM 2.240.455-4- Início atv :29/04/1993 (R VERENA, 99999 - CEP: 03614-010)
CCM 9.713.239-0- Início atv :31/01/1990 (R AZEVEDO SOARES, 01043 - CEP: 03322-001)
CCM 9.566.847-0- Início atv :11/10/1988 (R ESTADO DE ISRAEL, 00289 - CEP: 04022-001 - Cancelado em: 31/10/2001)
CCM 9.566.850-0- Início atv :18/07/1988 (AV RIO BRANCO, 01457 - CEP: 01205-001 - Cancelado em: 02/12/1992)
CCM 2.103.343-9- Início atv :10/09/1992 (AL GABRIEL M.DA SILVA, 00075 - CEP: 01441-000 - Cancelado em: 01/06/2010)
CCM 9.713.176-8- Início atv :31/01/1990 (AV REBOUCAS, 01669 - CEP: 05401-250 - Cancelado em: 12/06/2015)
CCM 9.713.175-0- Início atv :31/01/1990 (AV PACAEMBU, 00035 - CEP: 01155-000)
CCM 3.722.285-6- Início atv :16/01/2008 (AL BR DE PIRACICABA, 00618 - CEP: 01216-010)
CCM 9.772.192-1- Início atv :11/07/1990 (AL BR DE PIRACICABA, 00618 - CEP: 01216-010)
CCM 9.796.356-9- Início atv :17/09/1990 (R GAVEA, 00616 - CEP: 02121-020 - Cancelado em: 11/05/2021)
CCM 9.324.577-7- Início atv :14/07/1986 (R BOM PASTOR, 00975 - CEP: 04203-051)
CCM 9.324.581-5- Início atv :14/07/1986 (R BRIGADEIRO GAVIAO PEIXOTO, 00387 - CEP: 05078-000 - Cancelado em: 27/07/2018)
CCM 2.424.702-2- Início atv :22/12/1995 (R NESTOR PESTANA, 00101 - CEP: 01303-010)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 11:36:34 horas do dia 29/09/2022 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: FA78A083

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 9.412.797-2- Início atv :16/02/1987 (R GUAIANASES, 01446 - CEP: 01204-001)
CCM 2.196.364-9- Início atv :27/08/1993 (R VIEIRA DE MORAIS, 00410 - CEP: 04617-000 - Cancelado em: 10/07/2001)
CCM 2.196.358-4- Início atv :02/09/1993 (R CARLOS STEINEN, 00059 - CEP: 04004-010 - Cancelado em: 24/09/1999)
CCM 9.403.257-2- Início atv :16/02/1987 (R CONSELHEIRO NEBIAS, 01264 - CEP: 01203-002 - Cancelado em: 02/12/1992)
CCM 9.507.503-8- Início atv :14/04/1988 (R DA MOOCA, 01291 - CEP: 03103-001)
CCM 9.511.680-0- Início atv :11/04/1988 (AV NOVE DE JULHO, 04443 - CEP: 01407-100)
CCM 2.024.555-6- Início atv :21/11/1991 (AV SAO MIGUEL, 06259 - CEP: 08070-002 - Cancelado em: 03/11/2015)
CCM 2.031.982-7- Início atv :22/01/1992 (LG DA MISERICORDIA, 00024 - CEP: 01012-020 - Cancelado em: 11/05/2021)
CCM 2.420.487-0- Início atv :22/11/1995 (AV NOVA CANTAREIRA, 00746 - CEP: 02330-001)
CCM 9.545.153-6- Início atv :08/08/1988 (R IBITINGA, 00549 - CEP: 03186-020 - Cancelado em: 27/04/1994)
CCM 9.550.197-5- Início atv :18/08/1988 (R GUAIANASES, 01041 - CEP: 01204-001 - Cancelado em: 19/09/2002)
CCM 9.550.192-4- Início atv :18/08/1988 (R CONSELHEIRO NEBIAS, 01144 - CEP: 01203-002 - Cancelado em: 02/12/1992)
CCM 2.243.010-5- Início atv :30/03/1994 (R DO BOSQUE, 00964 - CEP: 01136-000 - Cancelado em: 21/11/1997)
CCM 2.437.324-9- Início atv :02/10/1995 (AV DOS BANDEIRANTES, 01851 - CEP: 04553-011 - Cancelado em: 31/01/2017)
CCM 2.499.542-8- Início atv :01/07/1996 (R BARAO DE ITAPETININGA, 00215 - CEP: 01042-001 - Cancelado em: 13/05/1998)
CCM 2.532.515-9- Início atv :15/11/1996 (R BRIGADEIRO GAVIAO PEIXOTO, 00383 - CEP: 05078-000)
CCM 2.531.864-0- Início atv :15/11/1996 (AL NOTHMANN, 00563 - CEP: 01216-000)
CCM 2.531.867-5- Início atv :15/11/1996 (R GUAIANASES, 01087 - CEP: 01204-001)
CCM 2.531.869-1- Início atv :15/11/1996 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00275 - CEP: 01217-011)
CCM 2.597.485-8- Início atv :30/04/1997 (AV BRASIL, 1640 - CEP: 01430-001)
CCM 2.681.522-2- Início atv :05/03/1998 (AV DOMINGOS DE SOUZA MARQUES, 00164 - CEP: 05106-010)
CCM 2.705.146-3- Início atv :16/04/1998 (VIA RAPOSO TAVARES, 99999 - CEP: 05576-000 - Cancelado em: 30/12/1998)
CCM 2.692.501-0- Início atv :16/04/1998 (AV DAS NACOES UNIDAS, 04406 - CEP: 05477-000 - Cancelado em: 30/12/1998)
CCM 2.711.762-6- Início atv :25/06/1998 (R CONSELHEIRO CRISPINIANO, 00105 - CEP: 01037-001)
CCM 2.850.825-4- Início atv :09/09/1999 (AV PROF LUIZ IGNACIO ANHAIA MELLO, 02655 - CEP: 03155-100 - Cancelado em: 22/10/2015)
CCM 2.851.979-5- Início atv :29/09/1999 (AV GIOVANNI GRONCHI, 05420 - CEP: 05724-002)
CCM 2.878.007-8- Início atv :29/11/1999 (AV RIO DAS PEDRAS, 03597 - CEP: 03930-310)
CCM 2.911.318-0- Início atv :09/05/2000 (AL BARAO DE PIRACICABA, 00618 - CEP: 01216-012)
CCM 2.924.848-5- Início atv :09/05/2000 (R TIBURCIO DE SOUSA, 01407 - CEP: 08140-000 - Cancelado em: 10/07/2001)
CCM 2.942.029-6- Início atv :21/07/2000 (AV RIO BRANCO, 01489 - CEP: 01205-001)
CCM 2.942.053-9- Início atv :21/07/2000 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00275 - CEP: 01217-010)
CCM 3.005.872-4- Início atv :28/03/2001 (AV INDIANOPOLIS, 01267 - CEP: 04063-002 - Cancelado em: 02/08/2019)
CCM 3.057.201-0- Início atv :06/08/2001 (AV ATLANTICA, 00646 - CEP: 04768-000 - Cancelado em: 23/08/2019)
CCM 3.065.489-0- Início atv :01/10/2001 (AV GENERAL EDGAR FACO, 00777 - CEP: 02924-000 - Cancelado em: 22/07/2015)
CCM 3.097.288-4- Início atv :15/01/2002 (AV LIDER, 03263 - CEP: 08285-000)
CCM 3.140.905-9- Início atv :04/06/2002 (AV SAPOPEMBA, 21743 - CEP: 03989-010 - Cancelado em: 13/11/2003)
CCM 3.149.170-7- Início atv :21/06/2002 (AV RIO BRANCO, 01448 - CEP: 01206-001)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 11:36:34 horas do dia 29/09/2022 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: FA78A083

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 3.466.062-3- Início atv :25/08/2005 (R CARLOS SAMPAIO, 00053 - CEP: 01333-021)
CCM 3.671.260-4- Início atv :03/07/2007 (AV JABAQUARA, 00798 - CEP: 04046-100)
CCM 3.737.075-8- Início atv :08/02/2008 (AL DINO BUENO, 00266 - CEP: 01217-000)
CCM 3.782.376-0- Início atv :12/06/2008 (R GUAIANASES, 01239 - CEP: 01204-001)
CCM 3.793.695-6- Início atv :27/06/2008 (AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 00493 - CEP: 05426-100 - Cancelado em: 26/09/2013)
CCM 3.798.860-3- Início atv :05/08/2008 (AV NORDESTINA, 00910 - CEP: 08021-000 - Cancelado em: 24/09/2012)
CCM 3.846.507-8- Início atv :10/11/2008 (R GAL NESTOR PASSOS, 00226 - CEP: 02417-140)
CCM 3.856.884-5- Início atv :06/01/2009 (R BARRA FUNDA, 00301 - CEP: 01152-000)
CCM 3.886.857-1- Início atv :12/02/2009 (R ESTADOS UNIDOS, 00367 - CEP: 05212-060 - Cancelado em: 04/07/2012)
CCM 3.910.998-4- Início atv :04/03/2009 (AL BARAO DE LIMEIRA, 01175 - CEP: 01202-003)
CCM 3.967.729-0- Início atv :11/05/2009 (AV IPIRANGA, 00324 - CEP: 01046-010 - Cancelado em: 22/10/2021)
CCM 3.970.662-1- Início atv :16/09/2009 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00717 - CEP: 01217-010)
CCM 3.992.228-6- Início atv :21/10/2009 (AV INDIANOPOLIS, 01307 - CEP: 04063-002)
CCM 3.992.225-1- Início atv :21/10/2009 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00777 - CEP: 01217-010)
CCM 3.992.218-9- Início atv :21/10/2009 (R DAS CAMELIAS, 00644 - CEP: 04048-061)
CCM 3.992.220-0- Início atv :21/10/2009 (R BANDIM, 00031 - CEP: 05470-040 - Cancelado em: 03/07/2013)
CCM 3.992.223-5- Início atv :21/10/2009 (AV ENGENHEIRO CAETANO ALVARES, 05411 - CEP: 02413-100)
CCM 3.992.219-7- Início atv :21/10/2009 (R CONDE DE PORTO ALEGRE, 01884 - CEP: 04608-003)
CCM 3.994.203-1- Início atv :21/10/2009 (AV DOUTOR CAMPOS MOURA, 00290 - CEP: 03568-010)
CCM 4.043.008-1- Início atv :16/03/2010 (AL BARAO DE PIRACICABA, 00874 - CEP: 01216-012)
CCM 4.043.011-1- Início atv :16/03/2010 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)
CCM 4.101.634-3- Início atv :01/06/2010 (R TURIASSU, 00770 - CEP: 05005-000)
CCM 4.101.631-9- Início atv :01/06/2010 (R ALVARENGA, 01653 - CEP: 05509-003 - Cancelado em: 12/12/2012)
CCM 4.105.384-2- Início atv :01/06/2010 (AV REPUBLICA DO LIBANO, 02200 - CEP: 04502-200)
CCM 4.237.676-9- Início atv :21/01/2011 (R ALFREDO PUJOL, 00369 - CEP: 02017-010 - Cancelado em: 15/05/2018)
CCM 4.237.670-0- Início atv :21/01/2011 (R TIJUCO PRETO, 01248 - CEP: 03316-000)
CCM 4.294.695-6- Início atv :19/05/2011 (AL BR DE LIMEIRA, 00621 - CEP: 01202-001)
CCM 4.332.047-3- Início atv :08/07/2011 (R TAGIPURU, 00906 - CEP: 01156-000 - Cancelado em: 01/08/2018)
CCM 4.464.247-4- Início atv :18/01/2012 (R DR ALFREDO DE CASTRO, 00299 - CEP: 01155-060)
CCM 4.577.624-5- Início atv :04/07/2012 (AL NOTHMANN, 00380 - CEP: 01216-000 - Cancelado em: 28/08/2018)
CCM 4.577.625-3- Início atv :04/07/2012 (AV S JOAO, 00313 - CEP: 01035-000)
CCM 4.578.935-5- Início atv :13/07/2012 (R DR ALFREDO DE CASTRO, 00299 - CEP: 01155-060)
CCM 4.599.172-3- Início atv :06/08/2012 (R BOM PASTOR, 01029 - CEP: 04203-051)
CCM 4.599.169-3- Início atv :06/08/2012 (R GUAIANASES, 01227 - CEP: 01204-001)
CCM 4.660.688-2- Início atv :03/12/2012 (R SANTANA DO PARAISO, 00062 - CEP: 01504-030)
CCM 4.685.191-7- Início atv :16/01/2013 (R GUAIANASES, 01446 - CEP: 01204-002)
CCM 4.719.551-7- Início atv :08/03/2013 (R ALVARES PENTEADO, 00231 - CEP: 01012-001)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 11:36:34 horas do dia 29/09/2022 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: FA78A083

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 6.443.965-8- Início atv :17/10/2014 (AV RIO BRANCO, 01457 - CEP: 01205-001)
CCM 5.686.992-4- Início atv :22/12/2014 (R ALVARENGA, 01653 - CEP: 05509-003)
CCM 5.686.986-0- Início atv :22/01/2016 (R NESTOR PESTANA, 00101 - CEP: 01303-010)
CCM 5.252.452-3- Início atv :08/05/2015 (R GUAIANASES, 01238 - CEP: 01204-002)
CCM 5.774.569-2- Início atv :14/12/2015 (PC RAMOS DE AZEVEDO, 00206 - CEP: 01037-010)
CCM 5.483.272-1- Início atv :09/03/2016 (R GUAIANASES, 1238 - CEP: 01204-001)
CCM 5.610.121-0- Início atv :02/01/2017 (AL BARAO DE PIRACICABA, 00653 - CEP: 01216-012)
CCM 6.437.282-0- Início atv :07/02/2019 (AL BR DE PIRACICABA, 00740 - CEP: 01216-012)
CCM 6.530.316-4- Início atv :20/08/2019 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00115 - CEP: 01217-011)
CCM 6.438.562-0- Início atv :05/09/2019 (AV BRASIL, 1640 - CEP: 01430-001)
CCM 6.438.561-2- Início atv :05/09/2019 (AV IBIRAPUERA 2033, 2033 - CEP: 04029-901)
CCM 6.573.036-4- Início atv :02/10/2019 (AV SAO MIGUEL, 6257 - CEP: 08070-002)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 11:36:34 horas do dia 29/09/2022 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: FA78A083

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

9º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO
PAULO ROBERTO FERNANDES

Livro:11254
Página:023

= LIVRO Nº 11.254 - PÁG. Nº 023 - C.L - PRIMEIRO TRASLADO =

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZEM: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS e outras.

3264289

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, aos **onze (11)** dias do mês de **junho** do ano de dois mil e vinte e um (**2021**), nesta Cidade e Comarca da Capital, do Estado de São Paulo, por meio de vídeo conferência, no ambiente digital do e-notariado, nos termos do provimento 100/2020 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, perante mim escrevente autorizada do 9º Tabelião de Notas, apresentaram-se como **OUTORGANTES: 1) PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, sociedade com sede na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.198.164/0001-60, com seu Estatuto Social consolidado registrado na JUCESP sob o nº 194.106/20-2, aos 03/06/2020, em Assembleia Geral Extraordinária celebrada em 21/01/2020, que fica arquivado neste Tabelião na **pasta 41/2021**, juntamente com a Ficha Cadastral Simplificada emitida aos 07/01/2021, autenticidade 145219533, neste ato representada de acordo com o artigo 9º, § 4º do referido Estatuto Social por seus Diretores, Srs. **LENE ARAÚJO DE LIMA**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº [REDACTED] SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e **ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº [REDACTED] SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº [REDACTED] ambos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B – 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, eleitos conforme deliberação em AGE acima mencionada, arquivada nestas notas na pasta anteriormente mencionada, os quais declaram sob responsabilidade civil e criminal não ter ocorrido mudança na representação; **2) ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.816.067/0001-00, com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 – Torre B – 2º andar, Campos Elíseos, nesta Capital, com seu Estatuto Social consolidado registrado na JUCESP sob o nº 283.076/20-3, aos 31/07/2020, em Assembleia Geral Extraordinária celebrada em 21/01/2020, que fica arquivado neste Tabelião na **pasta 41/2021**, juntamente com a Ficha Cadastral Simplificada emitida aos 07/01/2021, autenticidade 145220995, neste ato representada de acordo com o artigo 9º, § 4º do referido Estatuto Social por seus Diretores, Srs. **LENE ARAÚJO DE LIMA** e **ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES**, acima qualificados, eleitos conforme deliberação em AGE acima mencionada, arquivada nestas notas na pasta anteriormente mencionada, os quais declaram sob responsabilidade civil e criminal não ter ocorrido mudança na



10202602055909.001453544-8

R Marconi 124 Andar 1 Ao 6 Republica - São Paulo - SP
Fax: 11-2174-6858 Fone: 11-2174-6872

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por LADY DIANA REGIS DE OLIVEIRA, em quarta-feira, 16 de junho de 2021 13:22:29 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/102271606212164141228>

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102271606212164141228-1
Data: 16/06/2021 12:53:41
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Sel. Digital Tipo Normal C: ALC36197-8GP3;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Valer Azevêdo de M. Cavalcanti
TJPB





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo



representação; **3) PORTO SEGURO PROTEÇÃO E MONITORAMENTO LTDA**, sociedade com sede nesta Capital, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, torre B, 2º andar, lado B, Campos Elíseos, inscrita no CNPJ sob nº 02.340.041/0001-52, com seu contrato social consolidado em 01/02/2020, registrado na JUCESP sob nº 173.497/21-4 aos 20/04/2021, cuja cópia autenticada fica arquivado neste Tabelião na **pasta 41/2021**, juntamente com a Ficha Cadastral Simplificada, emitida aos 09/06/2021, autenticidade 153403298, neste ato neste ato representada de acordo com a Cláusula 10ª, § 6º do referido contrato social por seus Diretores, **ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES** e **LENE ARAÚJO DE LIMA**, acima qualificados, eleitos por prazo indeterminado conforme § 1º da referida cláusula; **4) PORTO SEGURO LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA**, sociedade com sede nesta Capital, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, torre A, 5º andar, Campos Elíseos, inscrita no CNPJ sob nº 19.091.996/0001-16, com seu contrato social consolidado em 26/02/2020, registrado na JUCESP sob nº 202.823/21-0 aos 05/05/2021, cuja cópia autenticada fica arquivado neste Tabelião na **pasta 41/2021**, juntamente com a Ficha Cadastral Simplificada emitida aos 25/05/2021, autenticidade 152567363, neste ato neste ato representada de acordo com a Cláusula 10ª, § 6º, do referido Estatuto Social por seus Diretores, os Srs. **ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES** e **LENE ARAÚJO DE LIMA**, acima qualificados, eleitos por prazo indeterminado conforme § 1º da referida cláusula; **5) PORTO SEGURO – SEGURO SAÚDE S.A.**, sociedade com sede nesta Capital, na Rua Guaianases, nº 1238, 8º andar, Campos Elíseos, inscrita no CNPJ sob nº 04.540.010/0001-70, com seu Estatuto Social consolidado, através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08/04/2021, registrado na JUCESP sob nº 244.660/21-9 aos 26/05/2021, cuja cópia autenticada fica arquivado neste Tabelião na **pasta 41/2021**, juntamente com a Ficha Cadastral Simplificada, emitida aos 09/06/2021, autenticidade 153403755, neste ato neste ato representada de acordo com artigo 6º, § 4º do referido Estatuto Social por seus Diretores, os Srs. **LENE ARAÚJO DE LIMA** e **ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES**, acima qualificados, eleitos conforme deliberação em AGE acima mencionada, arquivada nestas notas na pasta anteriormente mencionada, os quais declaram sob responsabilidade civil e criminal não ter ocorrido mudança na representação, e **6) PORTO SEGURO – SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA**, sociedade com sede nesta Capital, na Avenida Rio Branco, nº 1489, 9º andar, Campos Elíseos, inscrita no CNPJ sob nº 00.568.696/0001-57, com seu contrato social consolidado em 01/02/2021, registrado na JUCESP sob nº 211.808/21-0 aos 07/05/2021, cuja cópia autenticada fica arquivado neste Tabelião na **pasta 41/2021**, juntamente com a Ficha Cadastral Simplificada, emitida aos 09/06/2021, autenticidade 153403962, neste ato neste ato representada de acordo com a Cláusula 10ª, § 6º do referido contrato social por seus Diretores, **ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES** e **LENE ARAÚJO DE LIMA**, anteriormente qualificados, eleitos por prazo indeterminado conforme § 1º da referida cláusula, anteriormente citada, que fica arquivada nestas notas na pasta anteriormente mencionada, os quais declaram sob responsabilidade civil e criminal não ter ocorrido mudança na representação. Os presentes capazes, e face a documentação apresentada, foram identificados como os próprios por mim Escrevente, do que dou fé. E perante mim, pelas **OUTORGANTES**, na forma representadas, me foi dito que, por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeiam e constituem seus bastantes procuradores os Srs. **EMERSON PINHEIRO VALENTIM**, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de



9º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO
PAULO ROBERTO FERNANDES



Identidade RG nº [REDACTED] e inscrito no CPF sob nº [REDACTED] **NEIDE OLIVEIRA SOUZA**, brasileira, solteira, securitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº [REDACTED] e inscrita no CPF sob nº [REDACTED] **ROQUE ANTÔNIO TRONDI JUNIOR**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº [REDACTED] SSP/SP e inscrito no CPF sob nº [REDACTED]; **ROBERTO DE SOUZA DIAS**, brasileiro, divorciado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº [REDACTED] e inscrito no CPF sob nº [REDACTED], estes com domicílio profissional nesta Capital, na Alameda Ribeiro da Silva, nº 740, torre A, 2º andar, Campos Elíseos; **EDUARDO WEBER NETO**, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº [REDACTED] e inscrito no CPF sob nº [REDACTED]; **ANGELO AUGUSTO DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº [REDACTED] e inscrito no CPF sob nº [REDACTED]; **RENATO HENRIQUE PINTO NASCIMENTO**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº [REDACTED] e inscrito no CPF sob nº [REDACTED]; **ANDREZA CRISTINA DE OLIVEIRA VALDES**, brasileira, casada, securitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº [REDACTED] e inscrita no CPF sob nº [REDACTED]; **VICTOR HUGO ROMIO**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº [REDACTED] e inscrito no CPF sob nº [REDACTED]; e, **LUANA OLIVEIRA CERRI**, brasileira, divorciada, securitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº [REDACTED] e inscrita no CPF sob nº [REDACTED], estes com domicílio profissional nesta Capital, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, 8º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP nº 01216-012, aos quais conferem poderes especiais e específicos para, **SEMPRE EM CONJUNTO COM UM DIRETOR DA OUTORGANTE OU COM OUTRO PROCURADOR INVESTIDO DE IGUAIS E EXPRESSOS PODERES**, representá-las perante quaisquer empresas estatais e privadas, Órgãos e Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias e Sociedades de Economia Mista, bem como quaisquer outros Órgãos da Administração Pública em geral, requerendo, promovendo e assinando tudo o que for de interesse das Outorgantes para participação e formalização de processos licitatórios, podendo para tanto formular ofertas e lances de preços, realizar credenciamentos, bem como praticar todos os atos pertinentes ao certame, inclusive negociar e firmar contratos relativos aos processos licitatórios; apresentar defesas, recursos e impugnações nos respectivos processos licitatório; emissão de cartas propostas e declarações, bem como quaisquer outros documentos que se fizerem necessários ao bom e fiel desempenho dos poderes aqui outorgados. Pelas outorgantes, por seus representantes, foi-me dito mais que: a) aceitam e concordam com a presente tal qual está redigido e lavrado, e que o fazem sem reservas e sem incorrer em erro, dolo, coação, fraude, má-fé ou outro vício do consentimento; b) leram e que foi lido o conteúdo deste ato; c) compreenderam inteiramente o teor do ato que representa fielmente a sua vontade; d) não têm dúvidas sobre os efeitos do ato e suas consequências, em relação às quais anuem integralmente. **O PRESENTE MANDATO PODERÁ SER SUBSTABELECIDO, NO TODO OU EM PARTE, DESDE QUE COM RESERVA DE IGUAIS PODERES PARA SI, E TERÁ VALIDADE POR 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DESTA DATA.** O Outorgado ora constituído fica ciente de que ao se desligar do Conglomerado Porto Seguro do qual faz parte, não mais poderá exercer quaisquer poderes constantes neste instrumento, ficando sem efeito os atos praticados após sua saída, sendo inclusive responsável por perdas e danos causados pelo uso



10202602055909.001453545-6

R Marconi 124 Andar 1 Ao 6 Republica - São Paulo - SP
Fax: 11-2174-6858 Fone: 11-2174-6872

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/102271606212164141228>

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102271606212164141228-3
Data: 16/06/2021 12:53:42
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selos Digital Tipo Normal C: ALC36199-RY61



Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Valores Azevedo de M. Cavalcanti
TJ/PB





4

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

indevido dos poderes revogados. De como assim o disse, dou fé. Pediram-me e eu lhe lavrei este instrumento o qual foi feito, lhes li em voz alta, aceita, outorga e assinam eletronicamente, conforme manifesto de assinatura, nos termos do Provimento CNJ nº 100/2020 - **LENE ARAÚJO DE LIMA e ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES**, cuja manifestação de vontade foi confirmada através de videoconferências realizadas por (a) **TAMIRIS APARECIDA LOPES RIBEIRO**, do que dou fé. Eu, (a) **RENATO HODLICH FIGUEIREDO**, Tabelião Substituto, a subscrevo e assino. (a.) **//// RENATO HODLICH FIGUEIREDO** Nada mais: Traslada em 15 de junho de 2021, dou fé. Eu, **(Donaldo Fogaroli)** Tabelião Substituto, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

EM TEST.º _____ DA VERDADE

| |
|---|
| 9º TABELIÃO DE NOTAS |
| Bel. PAULO ROBERTO FERNANDES TABELIÃO |
| Bel. JOSÉ SOLON NETO TABELIÃO SUBSTITUTO |
| Bel. AIRTON FERNANDO POLETTI TABELIÃO SUBSTITUTO |
| Bel. DONALDO FOGAROLI TABELIÃO SUBSTITUTO |
| RENATO HODLICH FIGUEIREDO TABELIÃO SUBSTITUTO |
| Rua Marconi, 124 - S. Paulo |

9º CARTÓRIO DE NOTAS DA CAPITAL/SP
DONALDO FOGAROLI
Tabelião Substituto

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validade> e informe o código
FWJZY98ZX7-ZG4YV-KTL62

| | |
|---|---|
|  | Confira a procedência deste documento, efetue a leitura do QR-Code impresso ou acesse o endereço eletrônico: https://selodigital.tjsp.jus.br |
| | Recibo: 201626 Selo Digital: 1137871PR000000008060721D |

Emolumentos R\$ 221,95. Estado R\$ 63,07. Sefaz R\$ 43,16. Reg. Civil R\$ 11,69. TJSP R\$ 15,23. Santa Casa R\$ 2,22. ISS R\$ 4,74. MP R\$ 10,66. Total R\$ 372,72.

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjsp.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/102271606212164141228>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102271606212164141228-4
Data: 16/06/2021 12:53:42
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALC36200-FTMG;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Valer Azevêdo de M. Cavalcanti
TJ/PB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por LADY DIANA REGIS DE OLIVEIRA, em quarta-feira, 16 de junho de 2021 13:22:29 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **16/06/2021 17:36:49 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 102271606212164141228-1 a 102271606212164141228-4

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

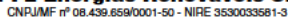
CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b895e7b7772ffeb75faea04be77b6cd47c1da2adaf52c60e79f93ae1937c32ad3d55b865815a4dcf4a02db46874043fd1c0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.





Ata da 16ª Reunião do Conselho de Administração Realizada em 18 de Dezembro de 2020

Ata realizada em 16 de Dezembro de 2020

No 1º dia de 2021, 1º de Janeiro de 2021, conforme se segue, **(a.iii)** Subcritério "A", no valor de até R\$ 221.938.000,00 (duzentos e vinte e um milhões, noventa e três e três mil reais), em 14% (cento e quarenta e nove) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vencendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de julho de 2024; **(b)** aprovação para contratação do banco administrador que será responsável pela manutenção de garantia dos recebíveis, com a necessidade de abertura de até 3 (três) contos reais, correto, bem como autorização para o pagamento das despesas necessárias para viabilizar a contratação dos relatórios de administração; **(c)** aprovação para a emissão de até 3 (três) milhões reais, com o objetivo de cobrir as obrigações contratuais e das reservas (garantias); **(d)** aprovação da constituição de Garantias Reais Fidejussórias, por meio de vinculação de recebíveis e apresentação de conta reserva, pela CPFL Renováveis na sua subsidiária SPE Chorobim, tais como: **(d.i)** penhor das ações de emissão da SPE Chorobim de titularidade da CPFL Renováveis; **(d.ii)** penhor de máquinas e equipamentos adquiridos no projeto; **(d.iii)** cessão fiduciária, outorgada pela SPE Chorobim em favor do BNDES, dos seguintes direitos, conforme regulado no Contrato de Cessão Fiduciária e Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças a ser celebrado entre BNDES, SPE Chorobim e Banco Administrador a ser escolhido pela CPFL Renováveis ("Contrato de Cessão"); **(d.iii.a)** as receitas da SPE Chorobim, **(d.iii.b)** as receitas da CPFL Renováveis, na forma de "Conta Corrente de Cessão de Reservas", definidas e reguladas no Contrato de Cessão; e **(d.iii.v)** garantia fidejussória outorgada pela CPFL Energia, em favor do BNDES, na forma de fiança, conforme aprovado acima. **(e)** autorização para que os representantes da CPFL Renováveis negociem todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis ao Contrato de Financiamento e às Garantias Reais e Fidejussórias e a todos os documentos necessários à formalização da transação, de acordo com as condições aqui estabelecidas. **(f)** a celebração, pela CPFL Renováveis, dentro do limite das obrigações assumidas no Contrato de Financiamento, e com os outros instrumentos de garantia, de todos os documentos e adiantamentos necessários ao Contrato de Financiamento e dos instrumentos das Garantias Reais e Fidejussórias, relativos a obrigações constantes dos relatórios documentos e/ou que venham, eventualmente, a ser necessários para sua completa efetivação. **(g)** os adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital ("AFAC") abaixo listadas, mediante a celebração de contratos de AFACs, nos montantes máximos conforme abaixo, a serem realizados até 31 de Dezembro de 2021, em uma ou diversas parcelas, conforme necessidades de caixa da receptora e disponibilidade de caixa da sociedade que fará o aporte, e também para a realização da capitalização/integralização dos AFACs, em uma ou mais Assembleias Gerais Extraordinárias de Convocação Especial da Companhia, para o fim de aprovar a realização do Contrato Social da sociedade receptora, realizados até o momento da convocação da próxima Assembleia Geral de Acionistas/Reunido de Quotistas da sociedade receptora, mediante a subscrição e integralização de novas ações/quotas, no limite do valor do AFAC, realizado até o momento da convocação, considerando-se, no aumento de capital de sociedade por ações/quotas, o valor patrimonial da ação/quota na data da capitalização, sendo tais AFACs celebrados conforme a seguir: **(a)** R\$ 36.790.000,00 (trinta e seis milhões, setecentos e noventa mil reais) a serem aportados CPFL Renováveis na sua subsidiária SPE Chorobim; **(b)** R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) a serem aportados CPFL Renováveis na sua subsidiária SPE Navegantes Energia S.A.; **(c)** R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) a serem aportados pela CPFL Renováveis na sua subsidiária SPE Cajuero Energia S.A.; **(d)** R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a serem aportados pela CPFL Renováveis na sua controlada SPE Navegantes Energia S.A. e, **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encorreu-se a reunião, da qual se lavrou a presente ata que foi lida, aprovada e assinada por todos os membros presentes e pelo Secretário. Sr. Ruy Wuen; Sr. Gustavo Mattos Cruz; Eduardo dos Santos Soares; Sr. Futuo Huang; Sr. Yun Wei Liu; Sr. Karin Regina Lopes; Sr. José Roberto Mattos Cruz e Sr. Valter Matta (Secretário). Para efeitos legais, as atas desta reunião serão publicadas no site da CPFL Renováveis e no site da CPFL Energia, no dia 16 de dezembro de 2020. **Bo Wer**. Presidente, **Valter Matta**, Secretário. JUCESP nº 25.961/21-3 em 13/01/2021.

Silvia Simiera Caschin - Presidente Geral.

CNPJME nº 61.198.164/0001-60 - NIRE 35.3.0004108-9

Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 01 de Outubro

da Porto Seguro Companhia de Seguros | divorciada, analista de sistemas, portadora

Seres ("Companhia"), localizada na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guinães, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Sr. Adriana Pereira Carvalho Simões - Presidente; Sr. Aline Sales da Silva Duarte - Secretária. **4. Ordem do dia:** A Assembleia tem por objeto a aprovação da modificação da composição da Diretoria da Companhia, refletindo a criação de um novo cargo de Diretor de Marketing para fazer com a modificação da composição da Diretoria da Companhia refletindo: **5.1.** A criação do cargo de Diretor de Marketing; **b)** Eleição do Sr. Luiz Augusto de Medeiros Arruda, para ocupar o cargo de Diretor de Marketing da Companhia; **c)** Ratificação da atual composição da Diretoria; e **d)** Ratificação das funções específicas atribuídas a determinados Diretores perante a Superintendência de Seguros Privados. **Resumo das Deliberações:** **5.1.1.** A Assembleia aprovou a criação do cargo de Diretor de Marketing, com o objetivo de fortalecer a atuação da Companhia para fazer com a modificação da composição da Diretoria da Companhia refletindo: **5.1.1.** A criação do cargo de Diretor de Marketing, aumentando o número máximo de Diretores de 21 (vinte e um) para 22 (vinte e dois) membros. **5.1.2.** Em decorrência do disposto acima, a redação do artigo 6º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 6º -** A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 22 (vinte e dois) membros, sendo obrigatoriamente constituída por: **5.1.3.** A Assembleia aprovou a modificação da composição da Diretoria da Companhia, refletindo a seguinte composição: **5.1.3.1.** A Diretoria da Companhia será composta por: **5.1.3.1.1.** Diretor Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços, 01 (um) Diretor de Produto - Automotivo, 01 (um) Diretor de Produto - Seguros de Pessoas, 01 (um) Diretor de Sinistros, 01 (um) Diretor Jurídico, 01 (um) Diretor de Produção, 01 (um) Diretor Financeiro, 01 (um) Diretor de Relações Institucionais, 01 (um) Diretor de Informação, 01 (um) Diretor de Marketing, 01 (um) Diretor de Clientes e Digital, 01 (um) Diretor Jurídico, 01 (um) Diretor de Recursos Humanos, 01 (um) Diretor de Produto Ramos Elementares, 01 (um) Diretor de Controladoria e Riscos, 01 (um) Diretor de Marketing e 01 (um) Diretor de Produto não denominação especial, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 03 (três) anos, economia, a reeleição". **5.1.3.2.** Aproveu a eleição do Sr. Luiz Augusto de Medeiros Arruda, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº 04.81.284.587-91, para ocupar o cargo de Diretor de Marketing, com mandato até a Assembleia Geral que aprovar as contas do exercício social de 2021. **5.1.4.** Conseguiu que o diretor ora eleito preenche as condições exigidas para o cargo de Diretor de Marketing, conforme disposto no artigo 1.015, inciso I, do Código de Comércio. **5.1.5.** A Assembleia aprovou a modificação da composição da Diretoria da Companhia, com mandato se estenderá até a Assembleia Geral que aprovar as contas do exercício social de 2021, a saber: **Diretor Presidente:** Roberto de Souza Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.380.778-0 SPS/PII, inscrito no CPF/MF sob o nº 04.81.284.587-91; **Diretor Vice-Presidente - Seguros:** Marcelo Barreto Picanço, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.380.778-0 SPS/PII, inscrito no CPF/MF sob o nº 04.81.284.587-91; **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos:** Daniel Damasceno, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SPS/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.395.318-03; **Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional:** Lene Araújo de Lima, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SPS/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 04.81.284.587-91; **Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing:** Roberto de Souza Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SPS/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 047.332.458-07; **Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços:** Marcos Roberto Lougo, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.101.916-7 SPS/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 057.239.918-49; **Diretor de Produto - Automotivo:** Jafma Soares Barreto, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SPS/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 152.498.498-96; **Diretor de Produto - Seguros de Pessoas:** Fernando Haydes Passourcel, brasileiro,

CPFME sob o nº 162.734.24-20; **Diretor Técnico:** Fabio Ocha Morita, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.793.433-8 SSP/SP, inscrito no CPFME sob o nº 128.680.328-42; **Diretora de Produção:** Eva Vazquez Montenegro Miguel, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.077.674-7 SSP/SP, inscrita no CPFME sob o nº 066.872.138-30; **Diretora Financeira:** Jiaqui Vilas, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 158.845.88-4 SSP/SP, inscrita no CPFME sob o nº 116.528-97; **Diretor de Tecnologia da Informação:** Marcos Rogério Strelli, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.938.427-7 SSP/SP, inscrito no CPFME sob o nº 249.818.618-04; **Diretor de Serviços:** Marcelo Sebastião da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.113.610-7 SSP/SP, inscrito no CPFME sob o nº 112.681.510-3; **Diretores de Contas e Divulgação:** João Carlos Guimarães, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 06.743.114-1 SSP/SP, inscrito no CPFME sob o nº 574.675.877-34; **Diretor Jurídico:** Adriana Pereira Carvalho Simões, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.872.526-5 SSP/SP, inscrita no CPFME sob o nº 174.320.896-76; **Diretora de Recursos Humanos:** Carolina Helena Zwart, brasileira, solteira, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27.843.686-5 SSP/SP, inscrita no CPFME sob o nº 292.135.836-77; **Diretor de Produto - Ramos Elementares:** Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.991.220-9 SSP/SP, inscrito no CPFME sob o nº 246.784.718-71; **Diretor de Controladoria e Risco:** Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.997.726-5 SSP/SP, inscrito no CPFME sob o nº 200.478.918-16; **Diretor de Marketing:** Luiz Augusto Medeiros Amador, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPFME sob o nº 246.784.718-71; **Diretor de Logística:** José Roberto de Almeida, brasileiro, casado, escrivão, portador da Cédula de Identidade RG nº 702.331.395-6 SSP/SP, inscrito no CPFME sob o nº 412.391.840-68, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Praiacaba, nº 616/63A, Torre B, 10º andar, Campos Eliseos, São Paulo/SP, permanecendo vagos os cargos de Diretor de Sinistros e Diretor de Atendimento; 5.3. Ratificou as funções de caráter de fiscalização ou controle e ratificar as funções de caráter executivo ou operacional, atribuídas a determinados diretores estatutários perante a Superintendência de Seguros Econômica; A Diretor responsável pelas relações com o SUSEP - Jaime Soares Batista; B) Diretor responsável técnico (Circular SUSEP 234 e Resolução CNSP 321) - Fabio Ocha Morita; C) Diretor responsável administrativo-financeiro - Celso Damadi; D) Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - Celso Damadi; e E) Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Superintendência de Seguros Econômica perante o Conselho Nacional de Seguros Privados; 5.4. Ratificou as seguintes tarefas de seguros e pelos serviços por eles prestados - José Rivaldo Leite da Silva, II, 9.613, de funções de caráter de fiscalização ou controle; a) Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 6.404/76, de 1996 (Circulares SUSPEP 234 e 445) - Rafael Veneziani Kozma; b) Diretor responsável pelos controles internos - Rafael Veneziani Kozma; c) Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes - Rafael Veneziani Kozma; d) Documentos arquivados na Companhia: proclamações, termo de posse e declaração de desempenho em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76, São Paulo, 01 de outubro de 2020, (assinaturas) Presidente: Sra. Adriana Pereira Carvalho Simões; Secretária: Sra. Aline Salente da Silveira Bueno; Assistentes: Porto Seguro S/A, por seu diretor, Sr. Lene Araújo de Lima e por sua bastante Procuradora, Sra. Adriana Pereira Carvalho Simões; Porto Seguro Uniao Participações S/A, por sua bastante procuradora, Sra. Adriana Pereira Carvalho Simões; e) Documentos arquivados na Superintendência de Seguros Econômica: Sra. Silveira Bueno, Secretaria JUCESP nº 25.643.321-8 em 13/01/2021, Gisela Simoes Garcia, Secretária GR

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 10.841.050/0001-55 - NIRE 35.300.368.657

Ata de Reunião do Conselho de Administração
ATA, História e Local: Em 18/12/2020, às 09h00, na sede social da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - "Ecopistas" ("Companhia"), na Rua Ayrton Senna, km 10, Fielisópolis - MG, 38.920-000, ocorreu a 12ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia, com a presença dos seguintes membros do Conselho: Presidente: Nicoló Gatti; Secretário: Marcelo Luan. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a autorização para celebração do Contrato de Prestação de Serviços Inerentes ao Centro de Serviços Compartilhados ECS - "CS" (o "CS"), de acordo com o Edital nº 001/2020, emitido pelo Serviço S.A. ("SCS"), cujo objeto é a prestação de serviços nas áreas de (i) contábeis; (ii) arrecadação; (iii) facilities; (iv) financeiros estratégicos; (v) fiscais; (vi) gestão de pessoas; (vii) jurídicos; (viii) pagamentos; (ix) recebimentos; (x) riscos e controles internos; e (xi) suprimentos ("Contrato"). **Deliberações:** Nos termos do artigo 11, inciso VII do Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho de Administração, os conselheiros aprovaram a celebração do Contrato bem como seus eventuais aditivos, desde que não importem em variação de valor superior a 20% em relação ao inicialmente contratado. O Conselho de Administração autorizou a diretoria da Companhia a realizar todos os atos necessários para formalizar a deliberação acima, bem como publicar o presente no site da Companhia e no site do Portal da Transparência, a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelos conselheiros. Itaquequevise, 18/12/2020. Presidente: Nicoló Gatti; e Secretário: Marcelo Luan. Conselheiros: Marcello Guidotti, Marcelo Luan, Nicoló Gatti e Rui Jazarek Klein. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em 18/12/2020. Mesa: Marcelo Luan - Secretário da Mesa. Ata lavrada em 22/02/2021 em 29/12/2020. Gisela Simioni - Escriturária Secretária Geral.*

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 04.149.454/0001-80 - NIRE 353.001.819.48

Ato de Realização do Conselho de Administração
Data, Hora e Local: Em 17/12/2020, às 15h00, na sede social
da Ecodorvies - Infraestrutura Logística S.A., localizada na
Rua São Francisco, nº 689, bairro Santa Cruz, CEP 31320-000, em
SP.
Presença: Participação da totalidade dos conselheiros efetivos,
por meio de conferência telefônica. **Mesa:** Presidente: Marco Antônio
Cassou; e Secretário: Marcelo Lourenço. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre
a autorização para celebração do Terceiro Termo de Adjuízo ao
Contrato nº 0001/2021, celebrado entre a Companhia e a Ecodorvies
EIL - CTR - CT 000011-18 celebrado entre a Companhia e a Ecodorvies
Concessões e Serviços S.A., a fim de: (i) prorrogar o prazo de vigência
do contrato até a data 31/12/2021; bem como (ii) incluir cláusula específica
para regulamentar condições gerais aplicáveis à Lei Geral do Proteção
de Dados Pessoais. **Deliberação:** O Conselho de Administração em
12 de dezembro de 2020, por unanimidade de votos e sem quaisquer
reservas, o Conselho de Administração aprovou a celebração do 3º
Aditivo, bem como posteriores novos adjuízos ao contrato, desde
que não impliquem em variação de valor superior a 20% em relação
ao valor atualizado das obrigações assumidas pela Companhia. Os
poderes à diretoria para tomar todas as providências necessárias para a
formalização do acima deliberado. **Encerramento:** Nada mais havendo
a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelos conselheiros.
São Paulo, 17/12/2020. Conselheiros: Presidente: Marco Antônio Cassou;
Vice-Presidente: Roberto Carlos de Almeida; Diretor: Cesar
Beltrão de Almeida, João Alberto Gomes Bernacchio, Beniamino Gaud,
Alberto Rubens, Juan Angoitia Grijaña, Soris Juiá Subzcek Villabazo,
Jorge Alberto Fergie Corcos e Ricardo Sordani de Oliveira Lima. *Certifico
que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* Marcelo Lourenço
Secretário. CPF nº 031.551.582-0 em 30/12/2020. Gisela Simioni
Escritório: Secretária Geral.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 10.841.050/0001-55 - NIRE 35.300.368.65

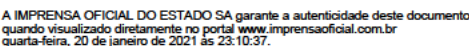
Ata de Reunião do Conselho de Administração
Data, Horário e Local: Em 15/12/2020, às 15h00, na sede social da Concessionária das Rodovias Aryvoire Senna e Carvalho Pinto S/A - Ecopistas ("Companhia"), na Rodovia Aryvoire Senna, Km 32, Pista de Acesso, Cidade de Itaquaquecetuba/SP. **Presença:** Participação de todos os membros do Conselho de Administração, conforme lista anexa.

Presidência: Presidente: Nicoló Caffo; Secretário: Marcelo Lucion.

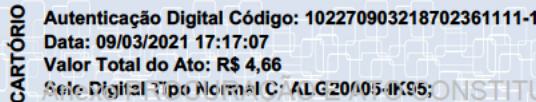
Ordem do Dia: Deliberar sobre a autorização para celebração, na qualidade de contratante, do Contrato de Fornecimento de Materiais EOP-ENG-CT 00040/20, que tem por objeto o fornecimento e transporte, pelas Concessionárias, dos seguintes materiais: Capa Convencional 50/70 e Capa Convencional asfáltica RR-1C, com aplicação com bombrada - 60 e 65 com polímero de 50/85, EOP-ENG-CT 00040/20.

Deliberações: O Conselho deliberou por unanimidade, em favor da celebração do Contrato, com o seguinte teor: "O Conselho de Administração autoriza a celebração do Contrato de Fornecimento de Materiais EOP-ENG-CT 00040/20, formalizar a deliberação acima, bem como publicar a presente ata em forma de extrato. **Ferramentagem:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelos conselheiros, Itaquaquecetuba, 15/12/2020. Presidente: Nicoló Caffo; e Secretário: Marcelo Lucion.

Conselheiros: Marcelo Guidotti, Marcelo Lucion, Nicoló Caffo e Rui Piuzeiro. **Assinatura e Assinatura:** Os membros do Conselho de Administração assinaram a presente ata, em 15/12/2020, na forma da Ata. **Assinatura:** Marcelo Lucion, Secretário da Mesa. **JUCESP nº 551.70020-2/20** 2012/2020. **Gisela Simões Caschiri - Secretária Geral.**



Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tipb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/10227090321870236111>



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 9 de março de 2021 17:21:52 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **10/03/2021 09:41:41 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 102270903218702361111-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b89fdb099183b32ee684e35d2e53b433cf576ff7196ab1627e308f91c5f3417a0e64baee760f239697cf73bb7bc8fd53bc0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **08/01/2021 12:48:13 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Autenticação Digital*.

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 102270801219496345461-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05be0dc84c668ee26ed76c793d6e9c2815b1679b1a73acc7f053ec74f7a5d0ee70e1b180da75eb48cc5e9676196e8356837
c0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 21 de Janeiro de 2020

A Companhia tem por objeto exploração de operações de Seguros de Danos e de Paz e com qualquer das suas modalidades ou formas conforme definido na Legislação vigente. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social - Artigo 5º** - O capital social é de R\$ 2.272.441.354,91 (dois bilhões, duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e um mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e nove mil, quinhentas e oitenta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - As ações poderão pertencer a pessoas físicas e jurídicas. **Parágrafo 2º** - No caso de aumento de capital, os acionistas terão preferência para subscrição na proporção das ações que possuírem. **Artigo 6º - Diretoria - Artigo 6º** - A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 21 (vinte) Diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços, 01 (um) Diretor de Produto - Automóvel, 01 (um) Diretor de Produto - Seguros de Pessoas, 01 (um) Diretor de Sinistros, 01 (um) Diretor Técnico, 01 (um) Diretor de Produção, 01 (um) Diretor Financeiro, 01 (um) Diretor de Atendimento, 01 (um) Diretor de Tecnologia, 01 (um) Diretor de Relações Institucionais, 01 (um) Diretor de Recursos Humanos, 01 (um) Diretor de Produto - Ramos Elementares, 01 (um) Diretor de Controladoria e Riscos e 01 (um) Diretor sem denominação especial, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Artigo 7º** - A investidura dos membros da Diretoria nos respectivos cargos far-se-á mediante a prestação de juramento no livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Findo o mandato, os Diretores poderão ser reeleitos para o mesmo cargo e expostos pelo voto. **Parágrafo 1º** - A representação da Companhia perante a Geral Ordinária fixará, anualmente, a remuneração global mensal dos administradores, a ser distribuída conforme deliberação da Diretoria. Além dos honorários, a Diretoria fará jus a uma participação anual nos lucros da Companhia, até 1% (um por cento) do lucro líquido e observado o disposto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 8º** - Compete à Diretoria: (a) praticar todos os atos e observados o disposto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76; **Artigo 9º** - Compete à Diretoria: (a) promover a administração da Companhia; (b) resolver e aprovar os negócios sociais, transacionar e administrar os negócios, contratos, obrigações, adquire, vende, outorga e aliena, observadas as restrições legais; (c) praticar todos os atos e operações que se relacionarem com o objeto social; (d) deliberar sobre a criação e extinção de empregos ou funções remuneradas; e) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como quaisquer sociedades de economia mista e entidades parastatais; (f) resolver sobre a criação, extinção, alteração e modificação de cargos, empregos ou funções remuneradas; (g) aprovar e alterar o estatuto da Companhia. **Parágrafo 1º** - Observado o disposto no parágrafo 5º deste artigo, as escrituras de qualquer natureza, cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia, serão obrigatoriamente assinados: a) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional); b) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); c) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); d) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); e) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); f) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); g) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); h) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); i) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); j) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); k) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); l) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); m) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); n) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); o) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); p) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); q) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); r) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); s) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); t) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); u) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); v) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); w) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); x) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); y) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); z) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços). **Parágrafo 2º** - A representação da Companhia perante a Repartição Fiscalizadora de suas operações caberá a qualquer dos Diretores ou Procuradores devidamente credenciados e autorizados, investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 3º** - A Companhia poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor ou 01 (um) Procurador, investido de específicos poderes, nos seguintes casos: a) Atas de ratos realizados fora da sede social; b) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); c) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); d) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); e) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); f) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); g) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); h) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); i) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); j) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); k) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); l) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); m) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); n) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); o) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); p) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); q) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); r) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); s) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); t) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); u) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); v) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); w) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); x) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); y) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia); z) Atas de representação em juízo (exceto aquelas que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia). **Parágrafo 4º** - Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens, bem como nos atos que envolvam interesses societários, a Companhia poderá ser representada: a) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional); b) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); c) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); d) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); e) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); f) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); g) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); h) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); i) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); j) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); k) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); l) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); m) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); n) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); o) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); p) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); q) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); r) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); s) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); t) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); u) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); v) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); w) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); x) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); y) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços); z) por 2 (dois) Diretores (Presidente ou Vice-Presidente ou Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing ou Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços). **Parágrafo 5º** - A remuneração dos membros da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral, anualmente, e observada a prescrição legal, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único** - O Conselho Fiscal não será permanente. Será instalado pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas que representem, no mínimo, um décimo (10%) do capital social, após sua instalação. **Artigo 13** - Os Membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo V - Comitê de Auditoria - I - Dos Objetivos do Comitê de Auditoria. Artigo 14** - A Companhia se utiliza do Comitê de Auditoria da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Comitê de Auditoria"), órgão de funcionamento permanente, que tem como objetivo principal fornecer suporte técnico e operacional para a administração da Companhia, bem como atuar como órgão de controle e fiscalização à transparência dos negócios aos acionistas e investidores. **II - Da Subordinação e da Composição. Artigo 15** - O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Conselho de Administração"), que definirá a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria. **Artigo 16** - A composição do Comitê de Auditoria será de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos com voto igualitário, sendo obrigatoriamente incluídos no menos um representante de cada uma das seguintes categorias: a) um representante do membro no cargo não ultrapasse 5 (cinco) anos consecutivos.

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V, 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autêntico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ***** Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br/ouConsulte/oDocumento/102272408201255714915> <https://azavedobastos.not.br/documento/102272408201255714915>

continuação
contábil, avaliando seus impactos nas demonstrações financeiras do Conglomerado Porto Seguro e submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração. **Capítulo VI - Assembleia Geral. Artigo 19 - A Assembleia Geral reunir-se-á anualmente até o dia 31 (trinta e um) de março, sob a presidência do acionista que for indicado por ela. Parágrafo Único - O presidente da Assembleia convocará um dos presentes para secretariar a Mesa. Artigo 20 - As Assembleias Extraordinárias reunir-se-ão todas as vezes que forem legais e regularmente convocadas, constituindo-se a Mesa pela forma prescrita no artigo anterior. Artigo 21 - Os atos de primeira convocação das Assembleias Gerais serão publicados pelo menos 3 (três) vezes no Diário Oficial e em um jornal de grande circulação na Sede da Companhia, com antecedência mínima de 8 (oito) dias contados do primeiro edital. Parágrafo Único - As demais convocações das Assembleias Gerais processar-se-ão pela forma prescrita neste artigo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Independentemente de prévia convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. Artigo 22 - Uma vez convocada a Assembleia Geral, ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a Assembleia ou fique sem efeito a convocação. Artigo 23 - As deliberações das Assembleias serão tomadas por maioria absoluta de votos, observadas as disposições legais quanto à exigência de quórum especial. Parágrafo Único - A cada ação corresponde um voto. Artigo 24 - Verificando-se o caso de existência de ações objeto de comunalhão, o exercício de direitos a elas referentes caberá a quem os Condôminos designarem para figurar como representante junto à Sociedade, ficando suspenso o exercício destes direitos quando não for feita a designação. Artigo 25 - Os Acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procuradores nos termos do parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76. Artigo 26 - Para que possam comparecer às Assembleias Gerais, os representantes legais e os procuradores constituídos farão a entrega dos respectivos documentos comprobatórios na Sede da Companhia com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. Capítulo VII - Exercício Social, Lucros e Distribuição de Resultados. Artigo 27 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras anuais. Parágrafo Único - A diretoria poderá determinar o levantamento de balanços semestrais, ou relativo a períodos inferiores, para quaisquer fins, inclusive para pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou distribuição de dividendos à conta de lucro do período apurado em tais balanços, observado o disposto neste estatuto social e na legislação aplicável. Artigo 28 - Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, automaticamente e independentemente de deliberação assemblear, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Do saldo de lucros remanescentes, será calculada a participação a ser atribuída aos administradores, nos termos do artigo 152 da Lei nº 6.404/1976. O lucro líquido do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções referidas nesse artigo. Artigo 29 - Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal (artigo 193 da Lei nº 6.404/76), até que atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social. A destinação à reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. Artigo 30 - O lucro líquido do exercício será, ainda, quando for o caso, diminuído das importâncias destinadas à constituição da reserva de capital, à reserva para contingências (artigo 195 da Lei nº 6.404/76) e à reserva de incentivos fiscais (artigo 195-A da Lei nº 6.404/76), de um lado,**

e, de outro lado, quando for o caso, acrescido da reversão da reserva para contingências e da reserva de lucros a realizar (artigo 202, III, da Lei nº 6.404/76) formadas em exercícios anteriores. O lucro líquido ajustado do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções e adições referidas nos artigos 29 e 30 e terá a seguinte destinação: a) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e b) o saldo remanescente será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas prevista no artigo 31 deste estatuto social ou, alternativamente, poderá ter a destinação que a assembleia geral determinar, observadas as disposições legais aplicáveis. Parágrafo Único - O dividendo mínimo obrigatório previsto neste artigo poderá deixar de ser pago no exercício social em que a Diretoria informar que seu pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos aos acionistas assim que permitir a situação financeira da Companhia. Artigo 31 - A Companhia terá uma reserva estatutária denominada "Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas", que terá como finalidade compensar eventuais perdas e prejuízos e assegurar os recursos suficientes para a expansão das atividades e investimentos da Companhia. Parágrafo 1º - Será destinada à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas o saldo do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, após efetivada a destinação prevista no artigo 31 deste estatuto social. Parágrafo 2º - O saldo da Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976. Ultrapassado esse limite, a assembleia geral deverá destinar o excesso para distribuição de dividendos aos acionistas ou aumento do capital social. Ainda que não atingido o limite estabelecido neste parágrafo, a assembleia geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a distribuição dos valores contabilizados na Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas aos acionistas, como dividendos, bem como sua capitalização. Caso a administração da Companhia considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à assembleia geral que, em determinado exercício, o valor que seria destinado a tal reserva seja integralmente ou parcialmente distribuído aos acionistas como dividendos, ou capitalizado em aumento de capital social. Artigo 32 - Sem prejuízo do dividendo mínimo obrigatório, a Companhia, por determinação da Diretoria, poderá: a) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de reservas de lucros existente no último balanço anual aprovado em assembleia geral de acionistas; b) semestralmente, distribuir dividendos à conta de lucros acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço semestral; c) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de lucro acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço levantado em periodicidade inferior a semestral, desde que, nesse caso, o montante de dividendos a ser pago no exercício não supere o saldo das reservas de capitais de que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei 6.404/1976; e d) a qualquer tempo, creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. Parágrafo Único - Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. Artigo 33 - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

renováveis

SRMN HOLDING S.A.
CNPJ/MF nº 30.656.993/0001-15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apresentação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

| Ativo | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|----------|---------------|--------------|
| | 31/12/19 | 31/12/18 | 31/12/19 | 31/12/18 |
| | não auditado | | não auditado | |
| Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 1 | 155 | 52 |
| Outros créditos | — | 2 | 3.074 | 64 |
| | 5 | 3 | 3.229 | 116 |
| Não Circulante | | | | |
| Adiantamentos para futuros aumentos de capital | 17.817 | — | — | — |
| | 17.817 | — | — | — |
| Imobilizado | — | — | 33.554 | 6.531 |
| | — | — | 33.554 | 6.531 |
| Total do ativo | 17.822 | 3 | 36.783 | 6.647 |

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO DE SETE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

| | Capital social | Prejuízos acumulados | Total |
|--|----------------|----------------------|------------|
| Saldos em 01 de janeiro de 2018 | — | — | — |
| Aumento de capital conforme AGE | 1 | — | 1 |
| Prejuízo do exercício | — | 3 | 3 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 (não auditado) | 1 | 3 | 2 |
| Prejuízo do exercício | — | 469 | 469 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 1 | 472 | 471 |

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO DE SETE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

| Fluxo de caixa das atividades operacionais | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|----------|--------------|----------|
| | 31/12/19 | 31/12/18 | 31/12/19 | 31/12/18 |
| | não auditado | | não auditado | |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | (469) | (3) | (469) | (3) |
| Resultado das participações societárias | 453 | — | — | — |
| Variação em: | 16 | 3 | 469 | 3 |
| Outros créditos | 2 | — | (3.010) | (64) |
| Fornecedores | 15 | — | 19.065 | 295 |
| Impostos a pagar | — | — | 61 | 6 |
| Outras contas a pagar | — | — | 69 | 70 |

DIRETORIA

Filipe Domingues
Diretor Presidente

Justo Valle
Gerente Financeiro

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA O PERÍODO DE SETE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|----------|--------------|----------|
| | 31/12/19 | 31/12/18 | 31/12/19 | 31/12/18 |
| | não auditado | | não auditado | |
| Resultado operacional líquido | | | | |
| Custo do serviço de energia elétrica | — | — | — | — |
| Custo com energia elétrica | — | — | — | — |
| Custo de operação | — | — | — | — |
| Despesas e receitas | 16 | — | 469 | 3 |
| Despesas gerais e administrativas | 16 | — | 469 | 3 |
| Resultado antes do resultado financeiro, tributos e participações societárias | 16 | — | 469 | 3 |
| Resultado das participações societárias | 453 | 3 | — | — |
| Resultado financeiro | — | — | — | — |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | 469 | 3 | 469 | 3 |
| Resultado líquido do exercício | 469 | 3 | 469 | 3 |

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O PERÍODO DE SETE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|--------------|------------|
| | 31/12/19 | 31/12/18 | 31/12/19 | 31/12/18 |
| | não auditado | | não auditado | |
| Resultado líquido do exercício | (469) | (3) | (469) | (3) |
| Outros resultados abrangentes | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | — | — | 2.674 | 51 |
| Resultado abrangente do exercício | 469 | 3 | 3.143 | 54 |

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|----------|---------------|--------------|
| | 31/12/19 | 31/12/18 | 31/12/19 | 31/12/18 |
| | não auditado | | não auditado | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 17.827 | — | 11.548 | 6.279 |
| Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos | 17.827 | — | 11.548 | 6.279 |
| Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa | 4 | 1 | 103 | 52 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 1 | — | 52 | — |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 5 | 1 | 155 | 52 |

CONTADORA

Liliane Mendes Leguizamón
CRC 15P279192/U-3

As Demonstrações Financeiras Auditadas na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia

| | |
|---|--|
| Enovafoods Participações S.A. CNPJ/MF nº 17.147.732/0001-01 | |
| Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais) | |
| Balanco Patrimonial 2019 2018 Ativo I Investimentos 10.276 15.280 Não Circulante 10.276 15.280 Total do Ativo 10.276 15.280 Passivo e Patrimônio Líquido I Não Circulante 43.993 42.897 Capital social 4.103 4.103 | Balanco Patrimonial 2019 2018 Ajuste de Avaliação Patrimonial 18.349 20.869 Prejuízos Acumulados (56.169) (52.589) Patrimônio Líquido 10.276 15.280 Total do Passivo e do Patrimônio Líquido 10.276 15.280 |
| Demonstração do Resultado do Exercício 2019 2018 Resultado de equivalência patrimonial (3.580) (3.243) Resultado do Período (3.580) (3.243) Nelson Paulo Scuracchio Neto – Diretor Financeiro João Artur Trama Torres Fontes – Contador CRC 15P 293.960 | |
| As Demonstrações Financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia | |



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 102272406201255714915-2
Data: 24/06/2020 18:00:43
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Sele Digital Tipo Normal C: AKC20193-C5YC;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
https://azevedobastos.net.br

De: Wálter Azevêdo de Miranda Cavalcanti
TJ-PP



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.


Roberto de Souza Santos
Diretor Presidente



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Marcelo Barroso Picanço

Diretor Geral – Seguros e Investimentos



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**CNPJ nº 61.198.164/0001-60****NIRE 35.3.0004108.9****TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Celso Damadi

Diretor Geral – Financeiro, Controladoria e Atendimento



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.


 Lene Araújo de Lima

Diretor Geral – Corporativo

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**CNPJ nº 61.198.164/0001-60****NIRE 35.3.0004108.9****TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

José Rivaldo Leite da Silva
Diretor Geral – Comercial

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Marcos Roberto Loução

Diretor Geral – Negócios Financeiros e Serviços



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

Jaime Soares Batista

Diretor de Produto – Automóvel



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

A administradora que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Fernanda Haydee Pasquarelli

Diretora de Produto – Seguros de Pessoas



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

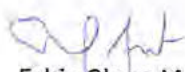
TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Fabio Ohara Morita

Diretor Técnico



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9


TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

A administradora que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.


Eva Vazquez Montenegro Miguel
Diretora de Produção



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

A administradora que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

Sônia Aparecida Belezi Rica
Diretora de Atendimento



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9


TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.


Marcos Rogério Sirelli

Diretor de Tecnologia da Informação



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Marcelo Sebastião da Silva
Diretor de Serviços



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.


Luiz Felipe Milagres Guimarães
Diretor de Marketing e Clientes

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Marcelo Zorzo
Diretor

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE

Aos vinte e um dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceram os senhores membros da Diretoria, eleitos na Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade realizada nesta data, para formalização da investidura nos respectivos cargos, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declararam, para todos os fins e efeitos de direito, que não estão incurso em nenhum dos crimes que os impeçam de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possuem amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

Os administradores que firmam o presente termo de posse declaram que possuem domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberão todas as citações e intimações relativas aos atos de suas gestões, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 21 de janeiro de 2020.


ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES

Diretora Jurídica


CAROLINA HELENA ZWARG

Diretora de Recursos Humanos


TIAGO VIOLIN

Diretor Financeiro


JARBAS DE MEDEIROS BACIANO

Diretor de Produto – Ramos Elementares


RAFAEL VENEZIANI KOZMA

Diretor de Controladoria e Riscos



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **25/06/2020 10:14:34 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 102272406201255714915-1 102272406201255714915-18

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bcac4b18582d41ef02d5394a8231bf2946d4689cf654133f0d6a85b1f01a9f28f82d537d8c0de3d6a11253d41de0e40bac0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte, às 10h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o senhor membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade realizada em 01 de outubro de 2020, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 01 de outubro de 2020.


LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA

Diretor de Marketing



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **10/03/2021 09:37:00 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 102270903216986620213-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b89fdb099183b32ee684e35d2e53b433caee135fa5f0464e7489e184b3d6f3cf7a02bb27683eada41802f365c71a7579cc0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



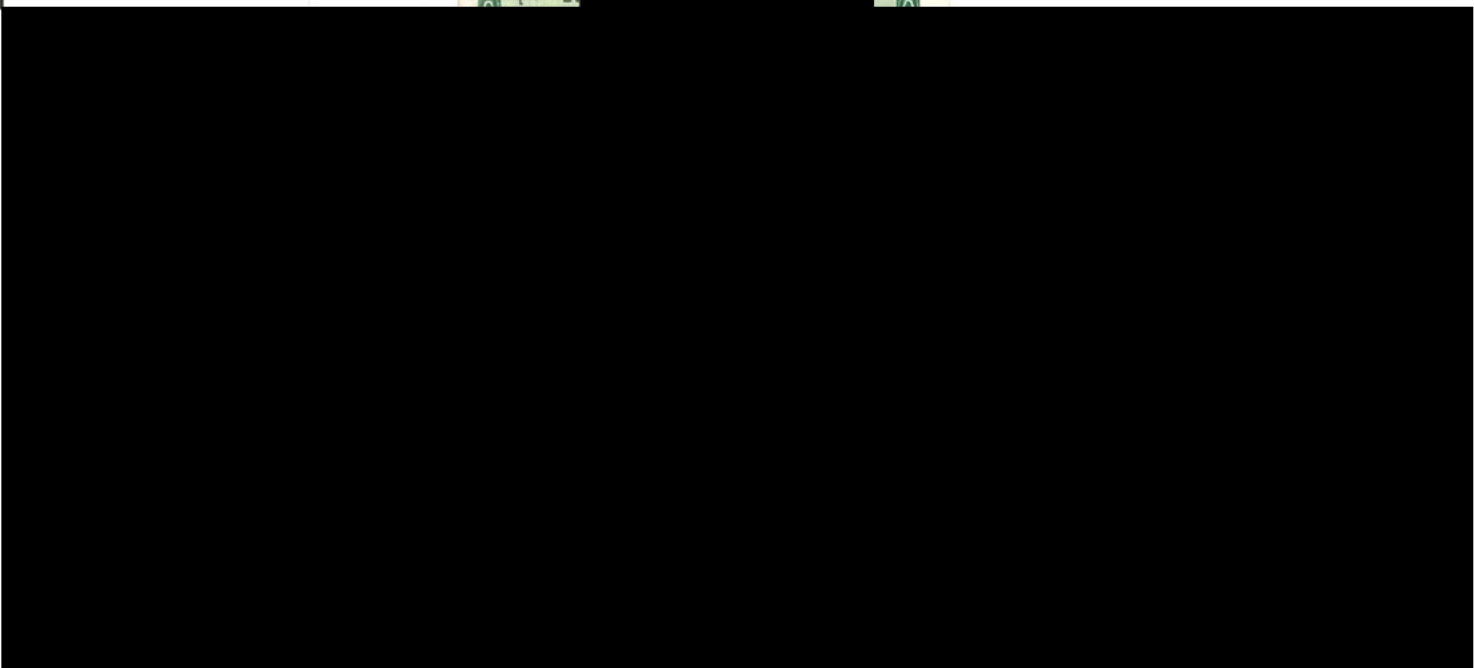
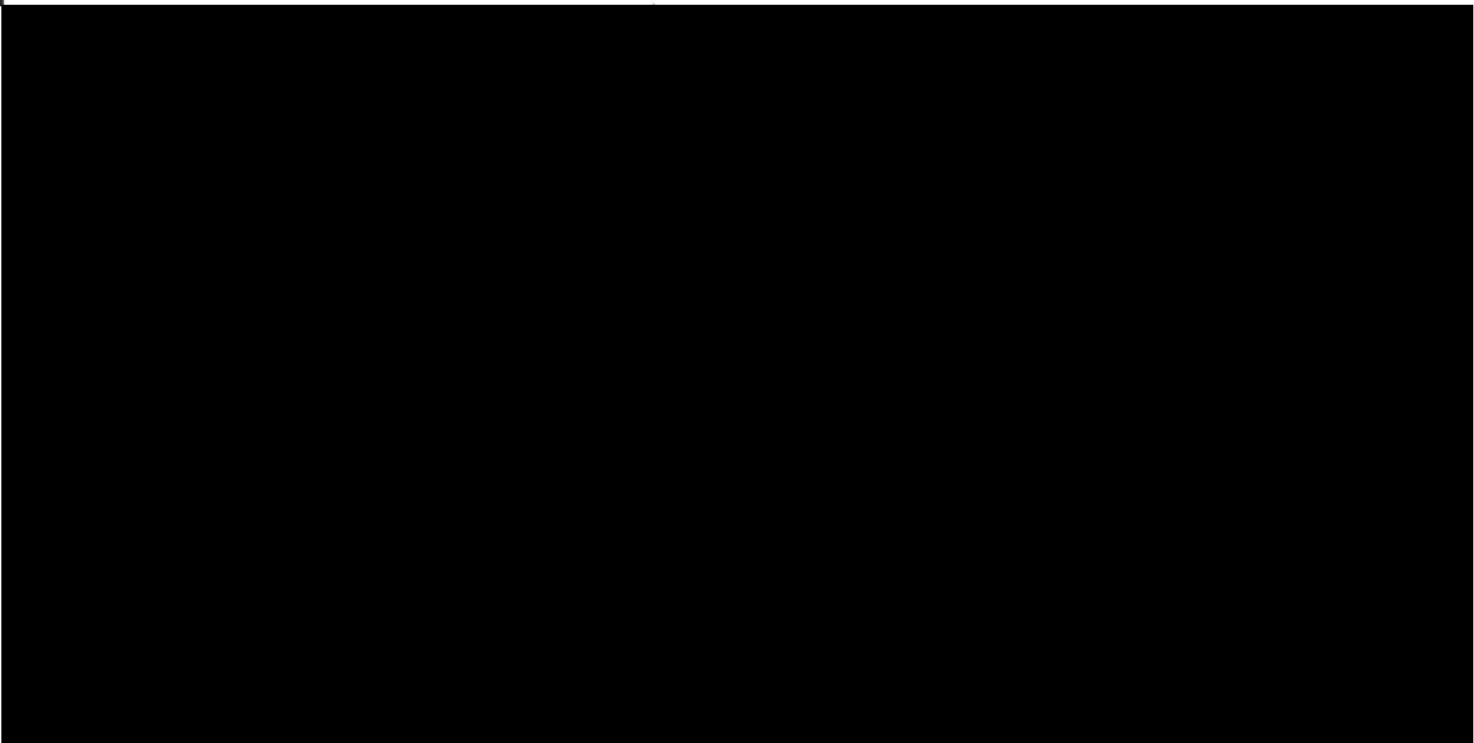
Dados Bancários

A empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob. o n.º 61.198.164/0001-60, sediada à Rua Guaianazes, 1234/38/82, Campos Elíseos, São Paulo – Capital, informa os dados bancários para depósito/transferência na conta da CIA.

Informações Bancárias:

Banco: Banco do Brasil - 001
Agência: Corporate SP (1912-7)
Endereço: Av. Paulista, 2300
Conta Corrente nº 3.401-0
Data de Abertura da Conta: 13/03/2006.

Para solicitações de prorrogação de boleto e baixas de pagamento, entrar em contato com a área de cobrança, via Chat ou telefone 11 3366- 3645.



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102271206201338323233-1
Data: 12/06/2020 19:10:15
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC82422-W9C0;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Det. Václer Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Trib.:

TJPB





CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102271206201338323233-2
Data: 12/06/2020 19:10:16
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC52423-4.8P2;

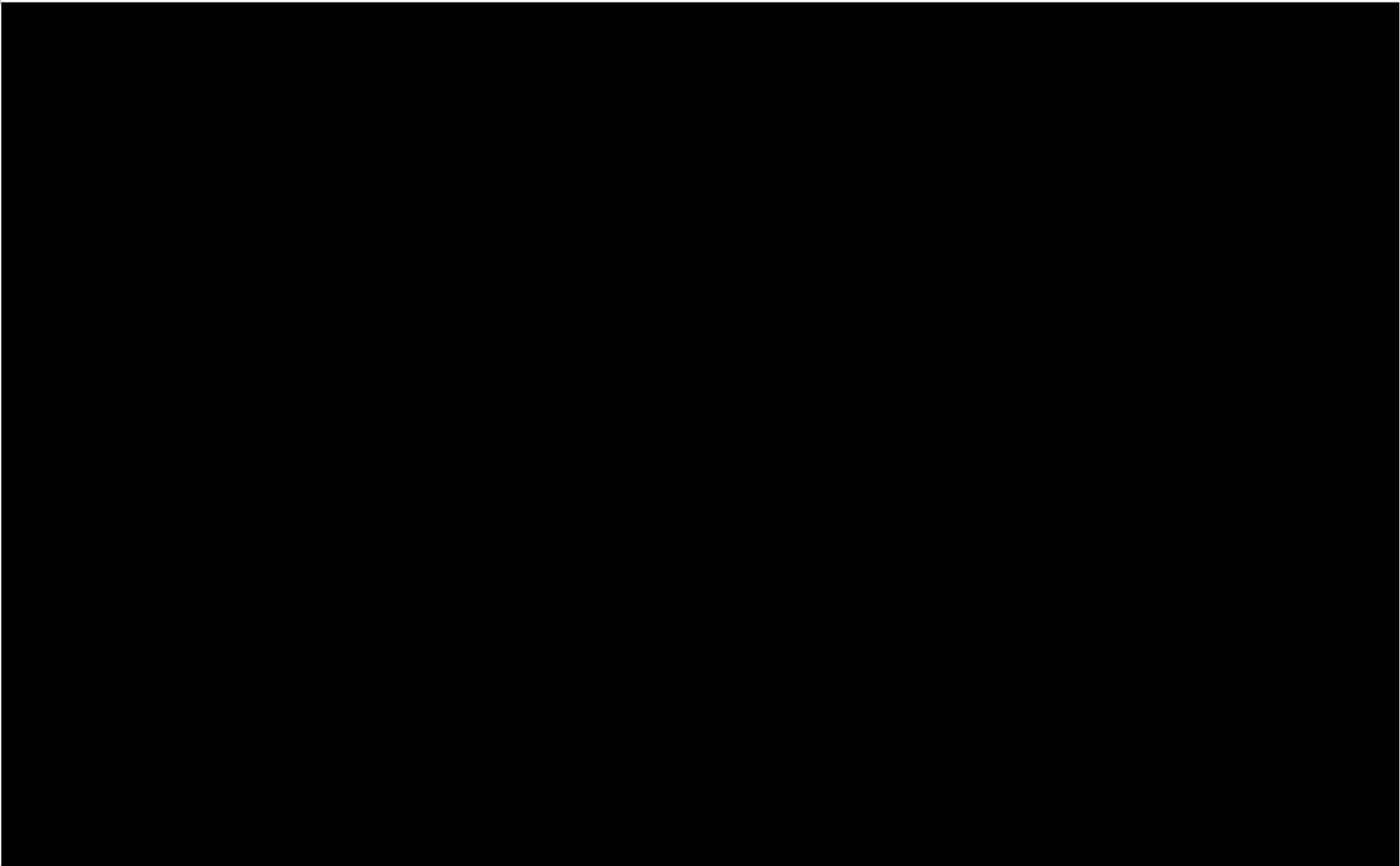


Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br/>

Pol. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB





CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 102271206201338323233-3
Data: 12/06/2020 19:10:16
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC82424-V.5.34;



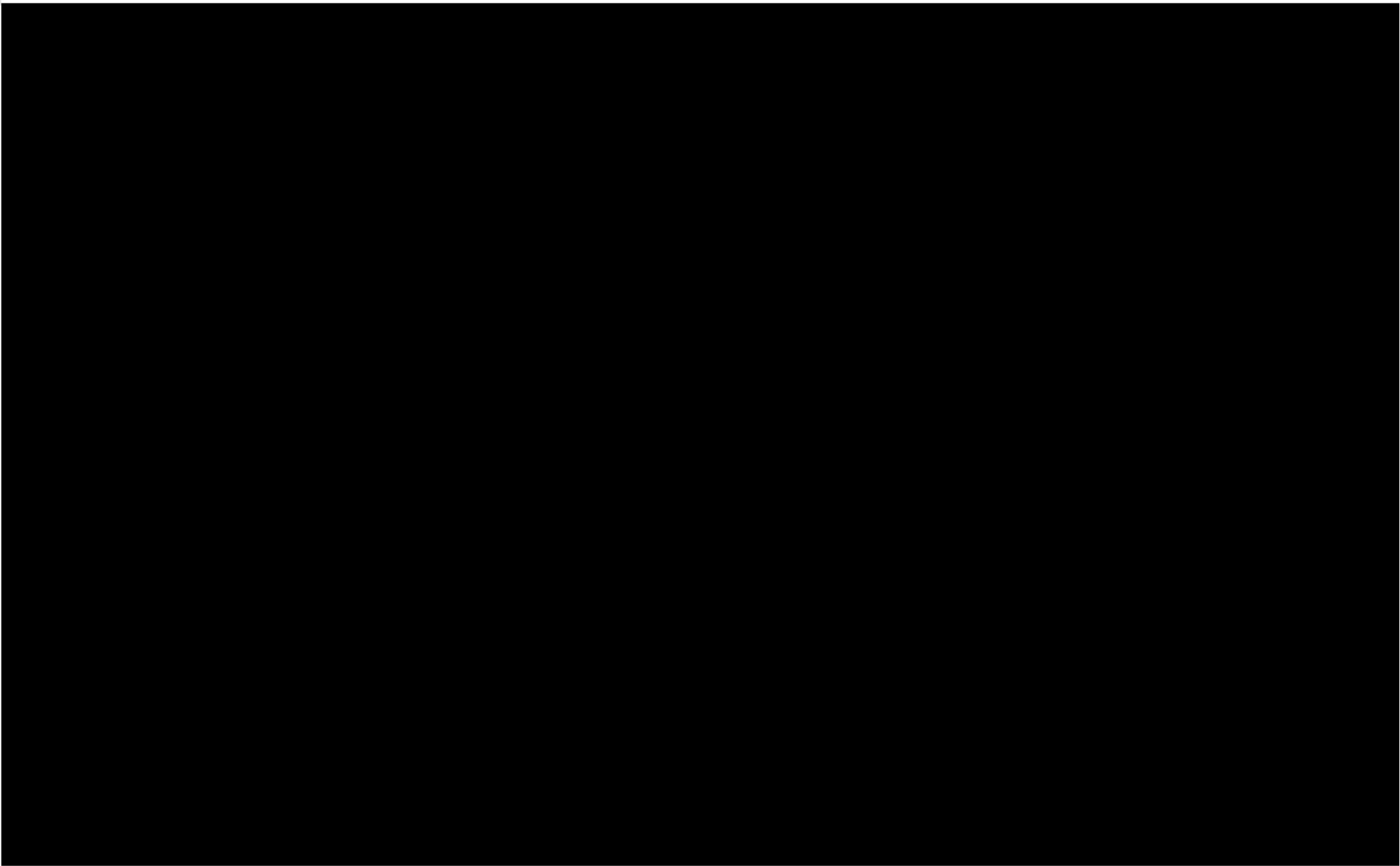
CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Pol. Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB





CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102271206201338323233-4
Data: 12/06/2020 19:10:16
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC82425-S-V77



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Rel. Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB





CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102271206201338323233-5
Data: 12/06/2020 19:10:16
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC52426-7/D/9

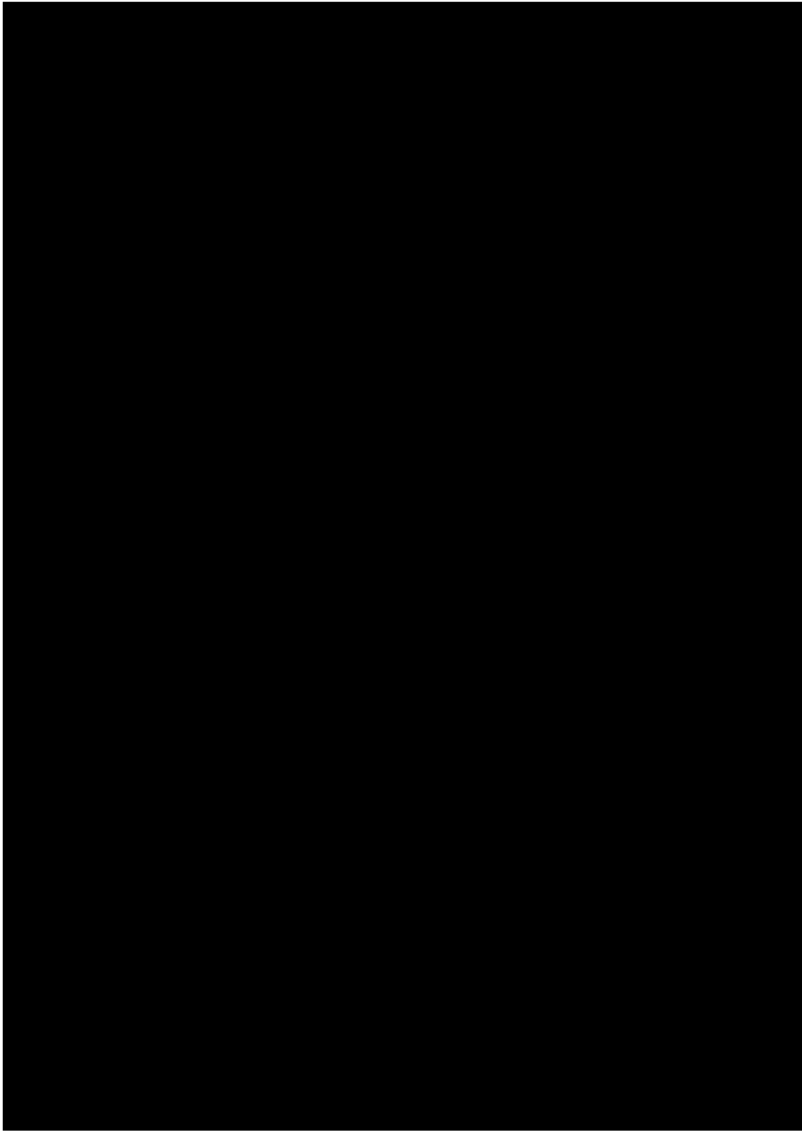


Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br/>

Pol. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB





CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 102271206201338323233-6
Data: 12/06/2020 19:10:16
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC824274700;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br/>

Rel. Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
TJPB



Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º Inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autêntico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade, Dou fé, ***** Confira os dados do ato em: <https://seodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/102271206201338323233>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102271206201338323233-7
Data: 12/06/2020 19:10:16
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC82428-4 EDPH;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br/>

Pol. Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **12/06/2020 19:17:03 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 102271206201338323233-1 102271206201338323233-7

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b114ad36d706b8bf86b026ccffa119d209b0fc7c8472ff50cc00a7ddfa44b6a2c2a4ab04c219a08d3e7e1ec5e5920
3c45c0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.





CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102272406205128422197-1
Data: 24/06/2020 17:10:35
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD20134-2YSE;



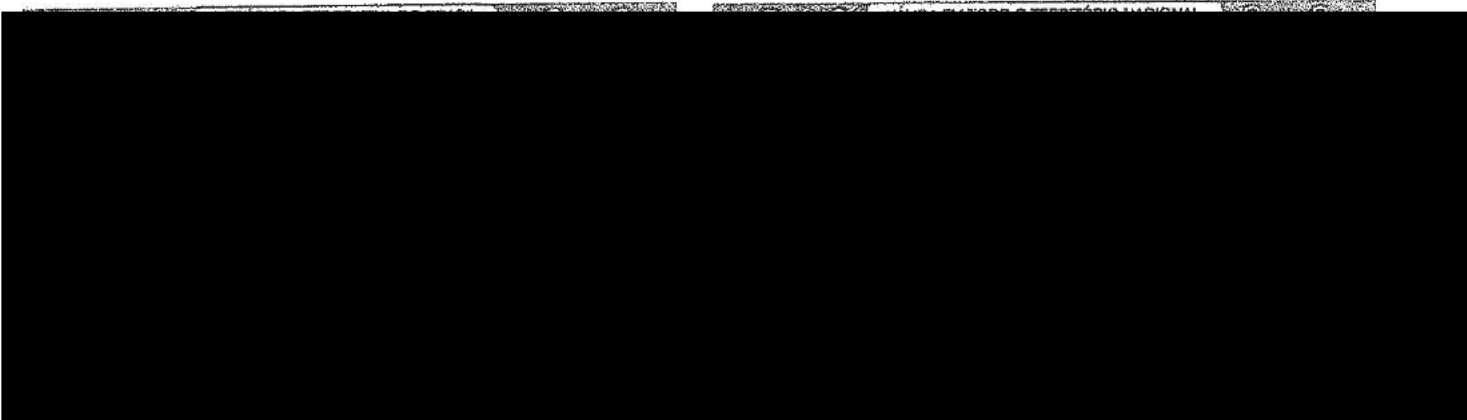
CNJ: 06.370-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Rel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB





2



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102272406205128422197-2
Data: 24/06/2020 17:10:36
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD201354U7Y;



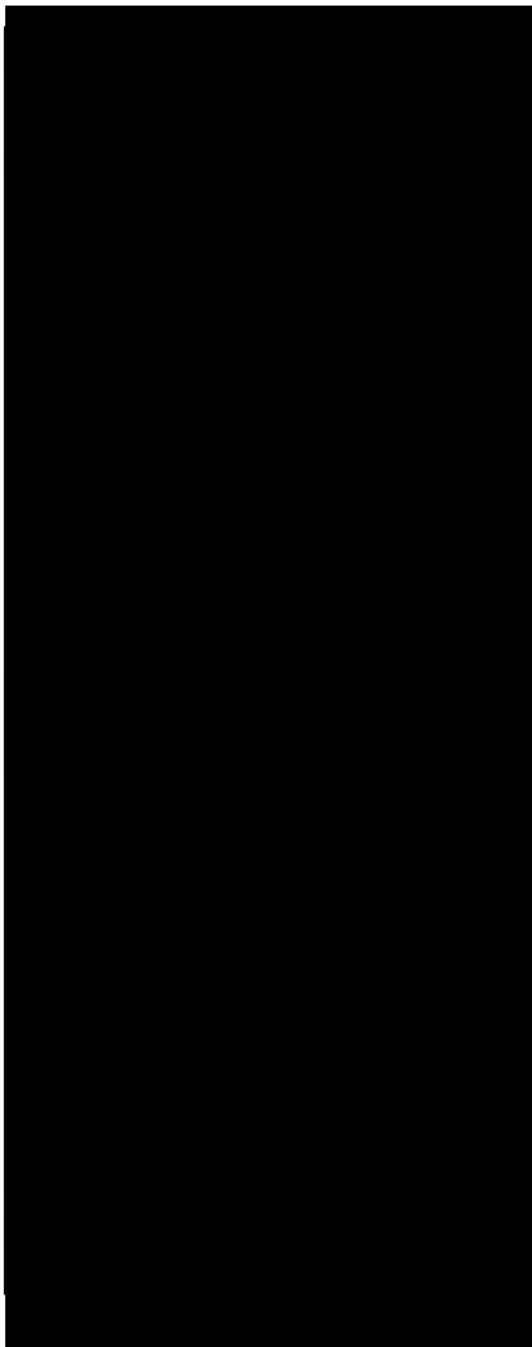
CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Rel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB





CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102272406205128422197-3
Data: 24/06/2020 17:10:36
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD20136-11XU;



CNJ: 06.370-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Rel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
TJPB





CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102272406205128422197-4
Data: 24/06/2020 17:10:36
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD20137+H3D4;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Rel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade, Dou fé, ***** Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/102272406205128422197>

CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 102272406205128422197-5
Data: 24/06/2020 17:10:36
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD70138-JCFU;



CNJ: 06.370-0

Cartório Azevêdo Bastos

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Rel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB





CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102272406205128422197-6
Data: 24/06/2020 17:10:36
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD20119-SRG-L



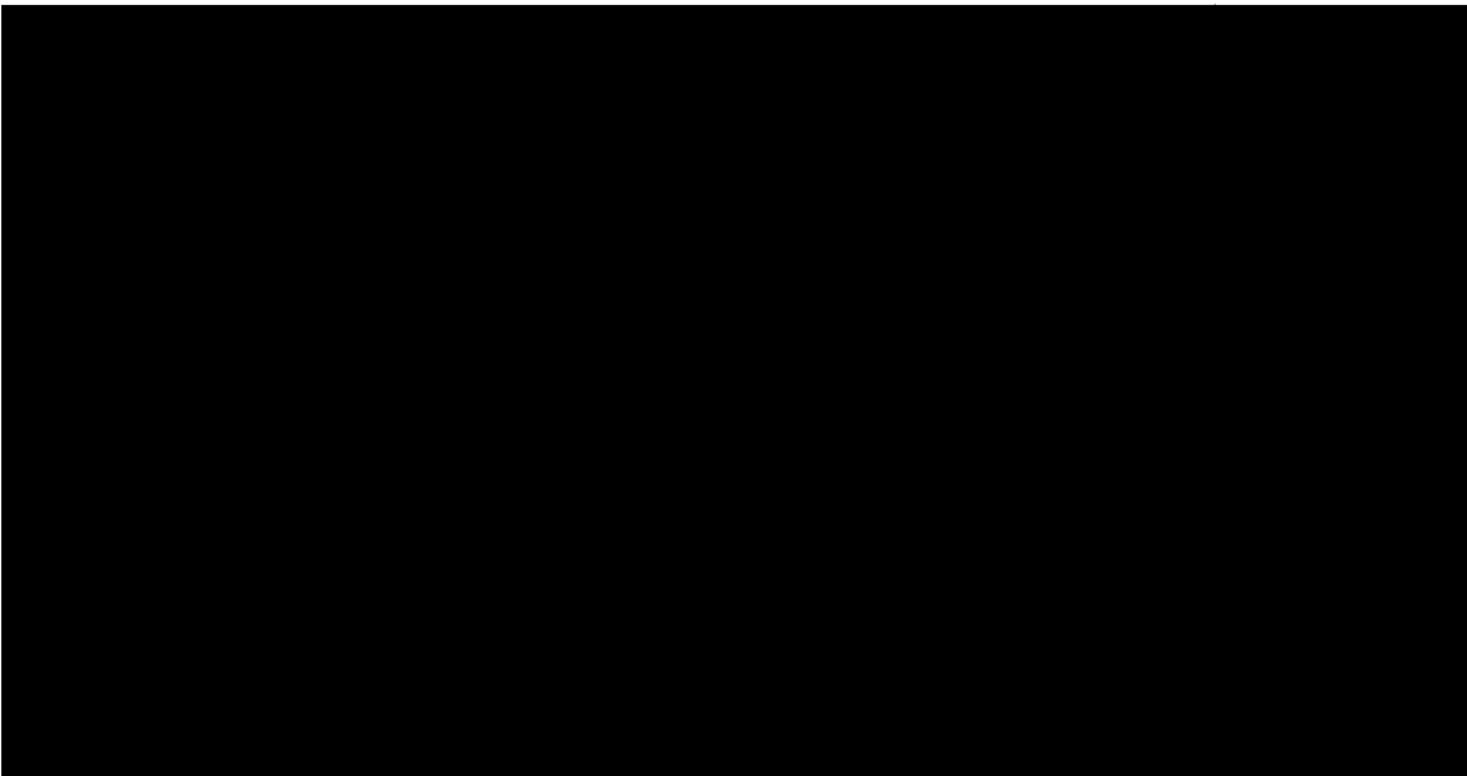
CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Rel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB





CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102272406205128422197-7
Data: 24/06/2020 17:10:36
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD70120-X321;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Rel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB





CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102272406205128422197-8
Data: 24/06/2020 17:10:36
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD70121-E2WC;



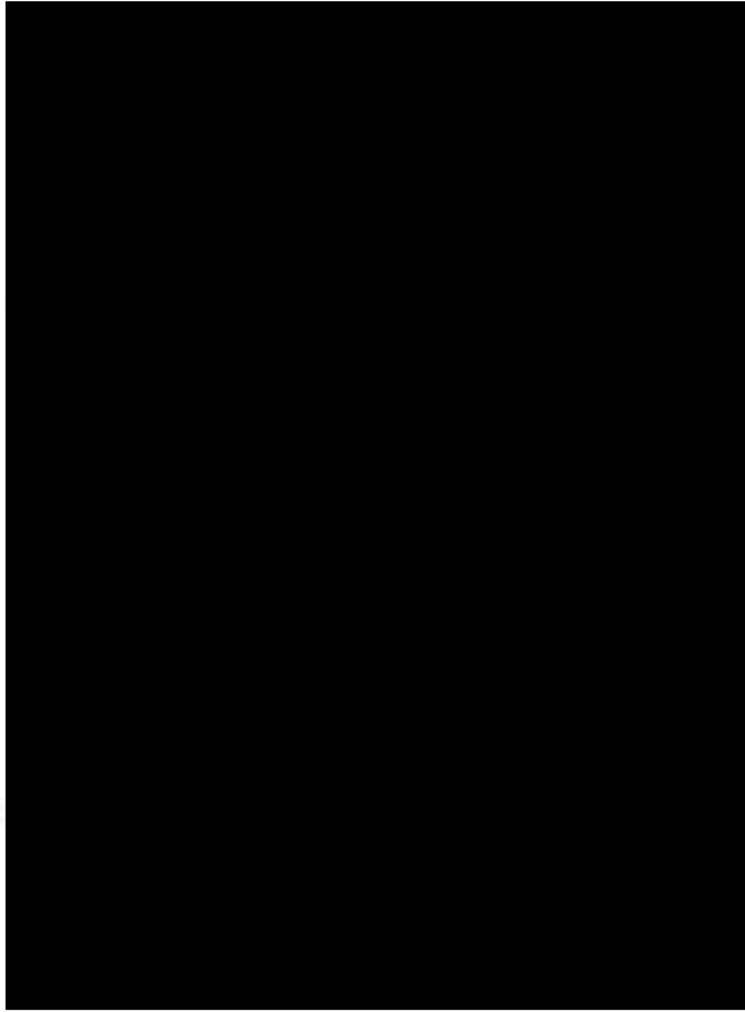
CNJ: 06.370-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Rel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB





CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102272406205128422197-9
Data: 24/06/2020 17:10:37
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD70122-ECE;



CNJ: 06.370-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Rel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
TJPB





CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102272406205128422197-10
Data: 24/06/2020 17:10:37
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD20123-F1K5V;



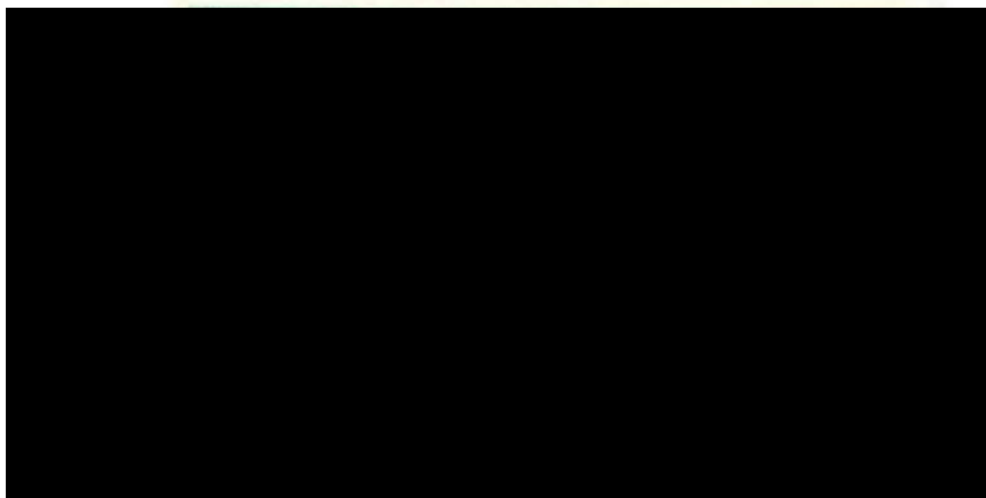
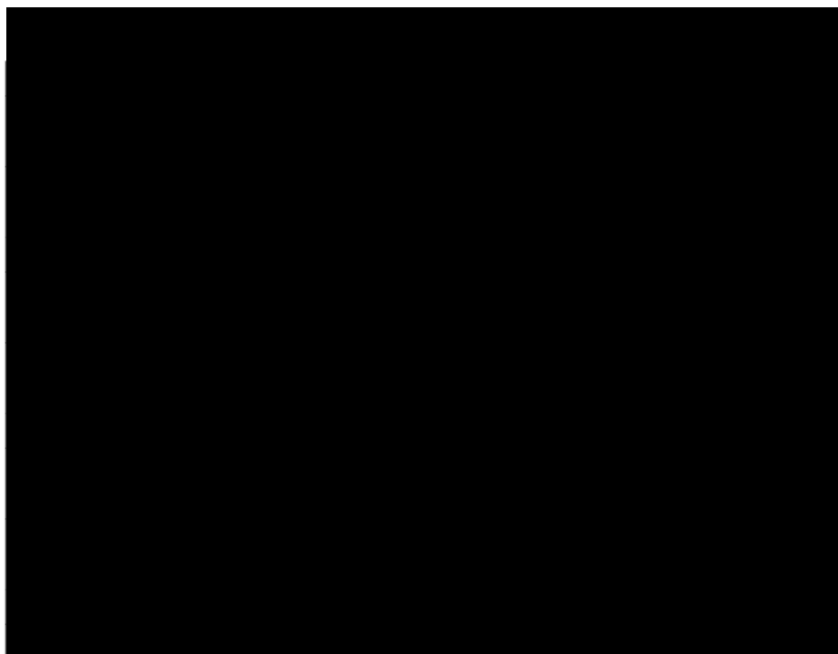
CNJ: 06.370-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Rel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB





CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102272406205128422197-11
Data: 24/06/2020 17:10:37
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD70124-4028;



CNJ: 06.370-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Rel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102272406205128422197-12
Data: 24/06/2020 17:10:37
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD70125-49HF



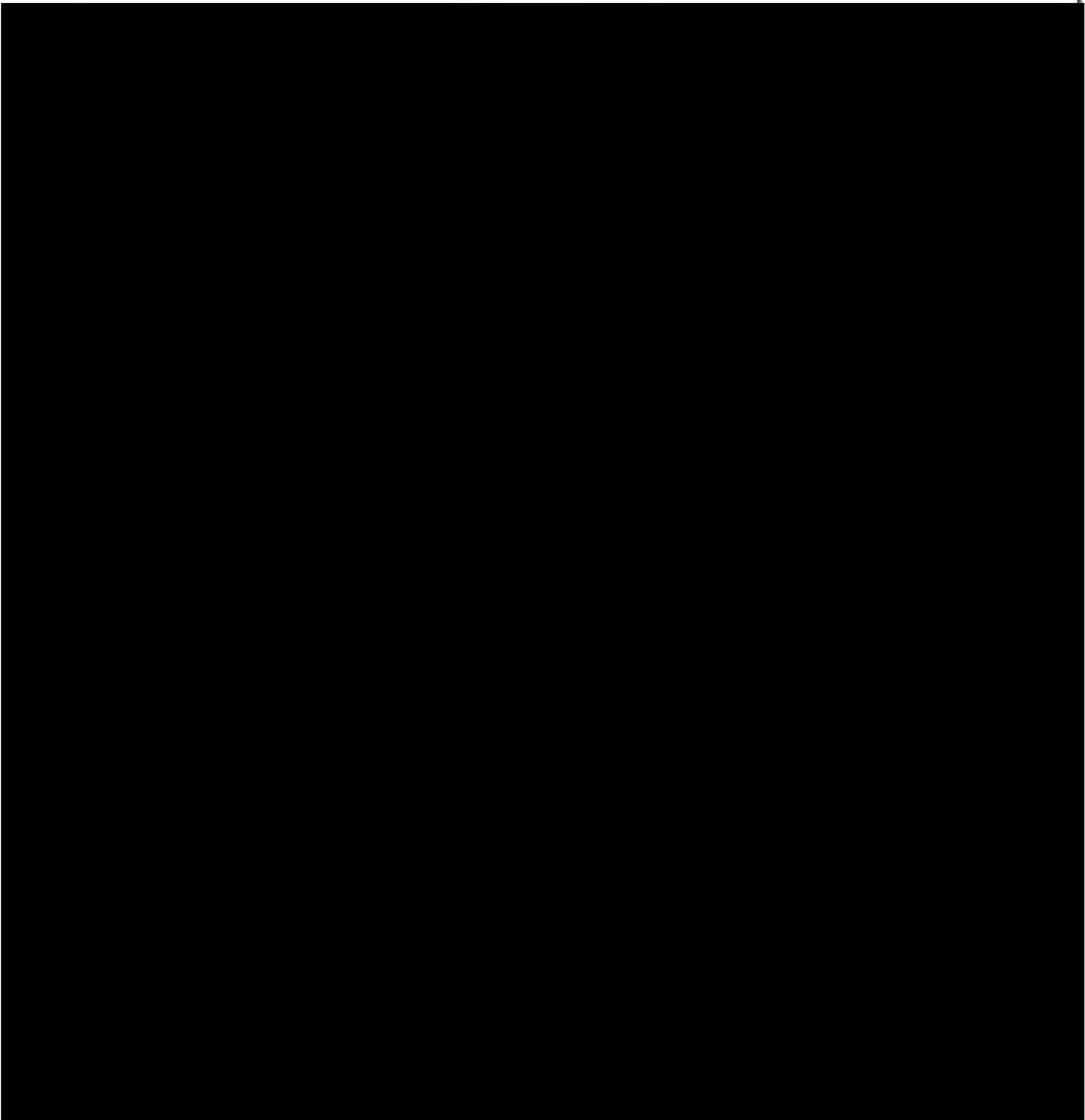
CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Rel. Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB





CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102272406205128422197-13
Data: 24/06/2020 17:10:37
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD70126-OWAS;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Rel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB





CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102272406205128422197-14
Data: 24/06/2020 17:10:37
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD20127-AC92;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Rel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
TJPB





CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102272406205128422197-15
Data: 24/06/2020 17:10:37
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD20128-Q15F



CNJ: 06.370-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Rel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB





CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 102272406205128422197-16
Data: 24/06/2020 17:10:37
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD70129-43A7



CNJ: 06.870-0

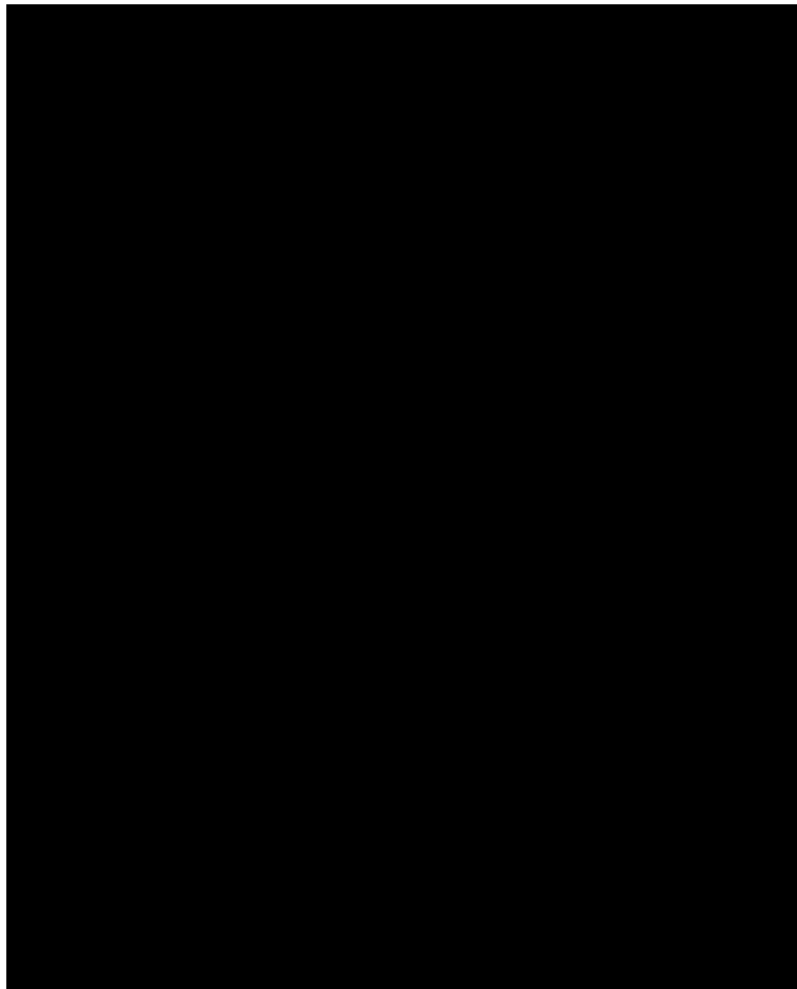
Cartório Azevêdo Bastos

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Rel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB





CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102272406205128422197-17
Data: 24/06/2020 17:10:37
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD20130-773X;



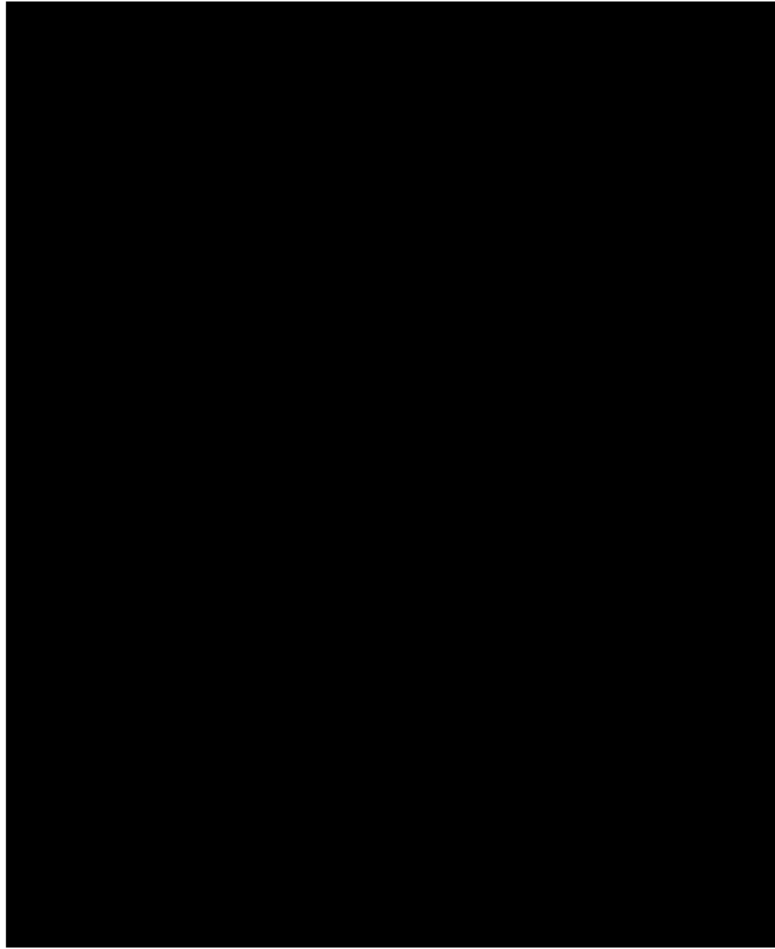
CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Rel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB





CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 102272406205128422197-18
Data: 24/06/2020 17:10:37
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD20131-RJZC;



CNJ: 06.370-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Rel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB





Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade, Dou fé, ***** Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/102272406205128422197>

**CARTÓRIO**

Autenticação Digital Código: 102272406205128422197-19
Data: 24/06/2020 17:10:37
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD70132-E338;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Rel. Valter Azevedo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102272406205128422197-20
Data: 24/06/2020 17:10:38
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD20133-JYPL;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Rel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA**

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **24/06/2020 17:21:22 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 102272406205128422197-1 102272406205128422197-20

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05be4d67db7a2188f14384eb1a5b52922e2d36c385de4829ab82dd3899a9f436b7c633cdfd2f54dd31a293754635d3398e1c0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF:



Nome: **TIAGO VIOLIN**

Data de Nascimento: **24/08/1981**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **13/09/1997**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **09:35:35** do dia **26/06/2020** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **B728.F01C.3D65.87E7**



Este documento não substitui o ["Comprovante de Inscrição no CPF"](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF:



Nome: **CAROLINA HELENA ZWARG**

Data de Nascimento: **06/07/1979**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **08/03/1999**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **09:38:44** do dia **26/06/2020** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **4E7E.C50B.7BF8.082D**



Este documento não substitui o ["Comprovante de Inscrição no CPF"](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF:



Nome: **JARBAS DE MEDEIROS BACIANO**

Data de Nascimento: **21/07/1976**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **26/08/1993**

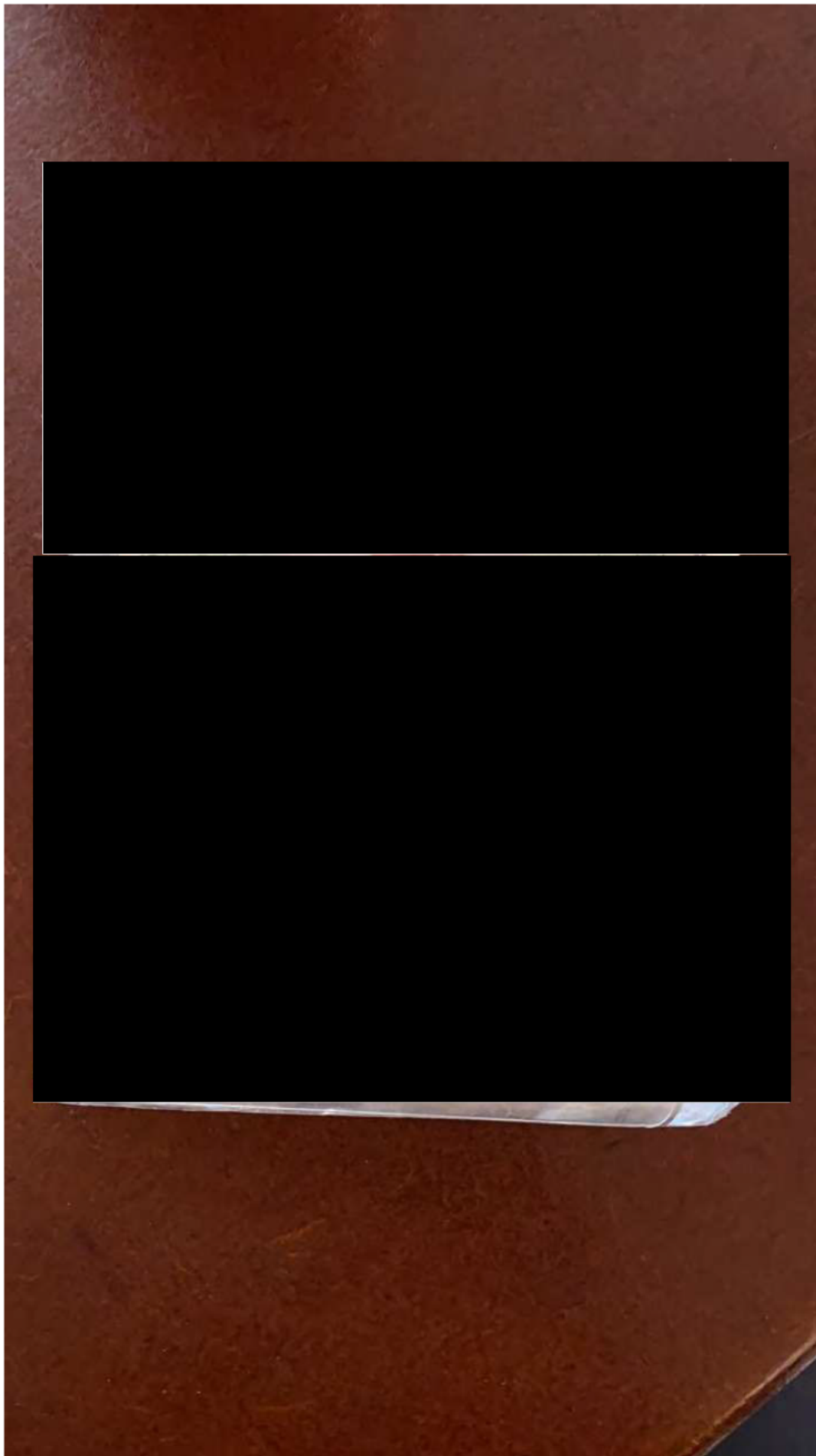
Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **09:40:49** do dia **26/06/2020** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **58A3.2059.31B5.836B**



Este documento não substitui o ["Comprovante de Inscrição no CPF"](#).


(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)




<https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/QgrcJHsBvDIbqqwRIVMRxBjfnDcqjPxxwqXG?projector=1&messagePartId=0.3>

1/1


Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/102270903214926653355>

**CARTÓRIO**


Autenticação Digital Código: 102270903214926653355-1
Data: 09/03/2021 17:17:14
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALG20016-6(SW;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

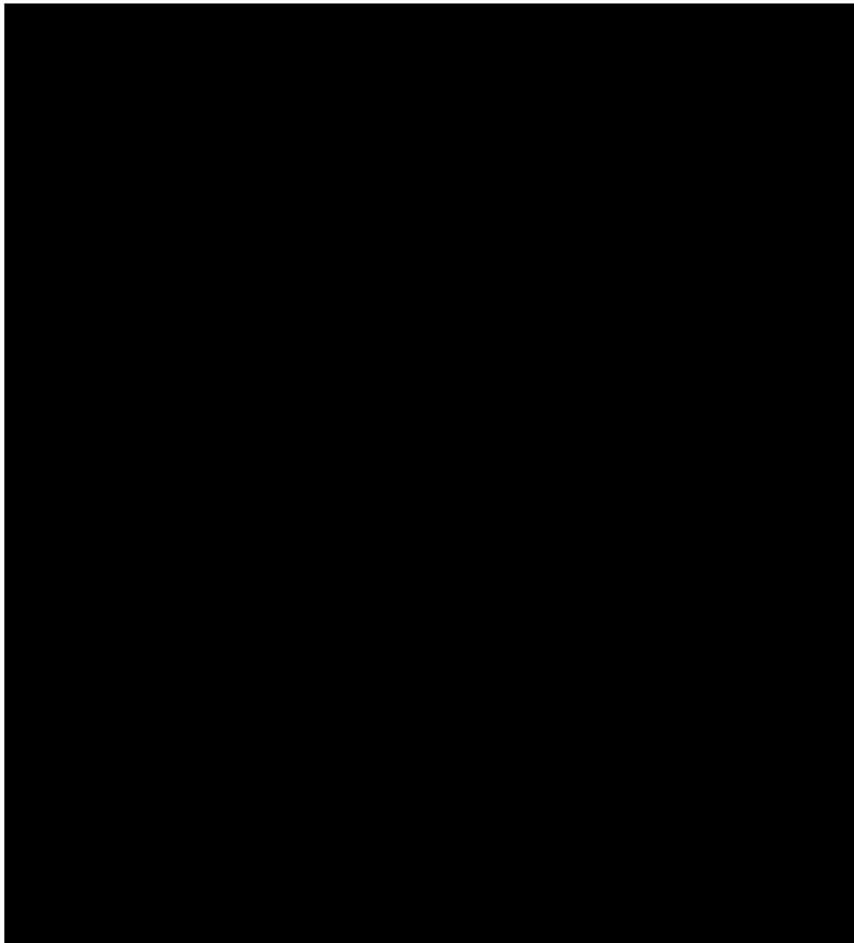


Vêber Azevêdo de M. Cavalcanti
Tribunal



TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 9 de março de 2021 17:21:52 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimto nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/102270903214926653355>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102270903214926653355-2
Data: 09/03/2021 17:17:15
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALG20037-K292;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
 Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
 Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
 (83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Váber Azevêdo do M. Cavalcanti
 Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 9 de março de 2021 17:21:52 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelaionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **10/03/2021 09:29:40 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 102270903214926653355-1 a 102270903214926653355-2

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b89fdb099183b32ee684e35d2e53b433cfbd8e9e4fe711c9793785192492c1d239ed7865866daf769a2288fbc881306e6c0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.





República Federativa do Brasil

ELIÃO DE
tidade. O

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Marcos Sanc
NOTAS DE SÃO PAULO/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 200
presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| | | |
|---|--|--|
| NUMERO DE INSCRIÇÃO 61.198.164/0001-60 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA 09/02/1966 |
| NOME EMPRESARIAL PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS | | |
| TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ***** | | PORTE DEMAIS |
| CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL 65.12-0-00 - Sociedade seguradora de seguros não vida | | |
| CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDARIAS 65.11-1-01 - Sociedade seguradora de seguros vida | | |
| CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURIDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada | | |
| LOGRADOURO AV RIO BRANCO | NUMERO 1489 | COMPLEMENTO RUA GUAIANASES, 1238 |
| CEP 01.205-001 | BAIRRO/DISTRITO CAMPOS ELISEOS | MUNICIPIO SAO PAULO |
| UF SP | | |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO ARQ.EXP@PORTOSEGURO.COM.BR | | TELEFONE (11) 2393-6762 |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ***** | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005 |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/09/2022 às 08:44:38 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CONSULTAR QSA

VOLTAR

IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

© 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **10/03/2021 09:41:41 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 102270903218702361111-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b89fdb099183b32ee684e35d2e53b433cf576ff7196ab1627e308f91c5f3417a0e64baee760f239697cf73bb7bc8fd53bc0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



RENOVA EOLICA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 11.289.590/0001-30 - NIRE 35.300.445.121
Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Realizada em 03 de Agosto de 2017
1. **Data, Hora e Local:** Realizada aos 03 dias do mês de agosto de 2017, às 09h30, na sede social da Renova Eólica Participações S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, Vila Gertrudes, CEP 04707-910. 2. **Convocação:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do §4º do Artigo 16. 3. **Ordem do Dia:** Reunir-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) alteração da denominação social da Companhia; (ii) alteração do endereço da sede da Companhia; (iii) reestruturação da administração da Companhia e consequente alteração no Estatuto Social; (iv) renúncia pelo Sr. Carlos Figueiredo Santos ao cargo de Diretor Presidente e pelo Sr. Cristiano Corrêa de Barros ao cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia; e (v) eleição dos Srs. Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho para o cargo de Diretor Presidente da Companhia e dos Srs. Anderson de Oliveira e Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino para o cargo de Diretor da Companhia. 4. **Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos, no termo do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações, § 1.º, altera a denominação social da Companhia de "Renova Eólica Participações S.A." para "AES Tietê Eólica S.A.", § 1.º em decorrência da alteração acima aprovada, a redação do Artigo 1º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar da seguinte forma: "Artigo 1º - A AES Tietê Eólica S.A. é uma sociedade por ações, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas demais disposições legais aplicáveis." 5.2 Alterar o endereço da sede da Companhia da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, Vila Gertrudes, CEP 04707-910 para cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Avenida Doutor Marcos Penteado de Uliúda Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 11, Bairro São Tamboaré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040. 5.2.1 Em decorrência da alteração acima aprovada, a redação do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar da seguinte forma: "Artigo 2º - A Companhia tem sua sede social e foro na cidade de cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Avenida Doutor Marcos Penteado de Uliúda Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 11, Bairro São Tamboaré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040." 5.3 Reestruturar a administração da Companhia, a qual passará a ser administrada apenas por uma Diretoria, excluindo-se, portanto, o Conselho de Administração. 5.3.1 Consignar que os atuais membros do Conselho de Administração, Srs. Carlos Figueiredo Santos, Paulo Heli Alves Ferreira e Gustavo Henrique Simões dos Santos, apresentaram renúncia a seus cargos na presente data, conforme cartas de renúncia anexadas ao presente documento. 5.3.2 Reformar o Capítulo IV do Estatuto Social da Companhia, refletindo as alterações dispostas no item acima, sendo excluída a Seção I - Conselho de Administração - deste capítulo e enumerados os artigos subsequentes ao Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. Ainda, o Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar da seguinte forma: "Artigo 10º - A Companhia será administrada por uma Diretoria, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e deste Estatuto Social." 5.1º - A investidura nos cargos dos órgãos da Administração da Companhia far-se-á pela assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio. 5.2º - Independentemente da data da eleição dos membros da Diretoria da Companhia, os respectivos mandatos terão duração de 12 (doze) meses. 5.3º - A Diretoria será composta por 3 (três) membros, sendo 2 (dois) membros de direito e 1 (um) membro de fato. 5.4º - A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores." 5.4.1, aceitar as renúncias ao cargo de Diretor Presidente da Companhia apresentada pelo Sr. Carlos Figueiredo Santos, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 60.046.611-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 371.403.615-68, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 4º andar, Vila Gertrudes, CEP 04707-910 e ao cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. Cristiano Corrêa de Barros, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 0185402817 DETRAN-MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 327.323.916-20, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 4º andar, Vila Gertrudes, CEP 04707-910, ambos eleitos pelo Conselho de Administração realizada em 01 de fevereiro de 2017. Os mandatos se encerram na presente data, conforme cartas de renúncia constantes do Anexo I à presente ata. 5.5. Considerando as renúncias referidas no item 5.4, acima, eleger os novos membros da Diretoria da Companhia, nos seguintes termos: 5.5.1. **Diretor Presidente:** Sr. Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.520.721 SSP/PE e inscrito no CPF/MF sob o nº 712.196.924-68, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Marcos Penteado de Uliúda Rodrigues, nº 939, 7º andar, Bairro São Tamboaré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040. 5.5.2. **Diretor Vice-Presidente:** Sr. Anderson de Oliveira, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 147.850-60 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 051.988.916-82, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Marcos Penteado de Uliúda Rodrigues, nº 939, 7º andar, Bairro São Tamboaré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040. 5.5.3. **Diretor Vice-Presidente:** Sr. Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 15.845.699-3, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 102.374.638-73, residente e domiciliado Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Uliúda Rodrigues, 939, 7º andar, Bairro São Tamboaré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040. 5.5.4. Consignar que os Diretores ora eleitos terão mandato de 2 (dois) anos a contar da presente data e tomarão posse de seu cargo mediante assinatura do respectivo Termo de Posse lavrado em livro próprio e arquivado na sede da Companhia, bem como que apresentaram à Assembleia Geral declaração afirmando que: (i) não estão impedidos por lei especial ou condenados por crime falimentar, de prevenção, pela ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenados à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos como previsto no parágrafo primeiro do artigo 147 da Lei da S.A.; e (ii) atendem ao requisito de reputação ilibada, não estando sob qualquer sanção que possa ser considerada concorrente no mercado (em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal) e não têm interesse conflitante com a Companhia, conforme estabelecido no parágrafo terceiro, artigo 147 da Lei da S.A. e, Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a palavra foi oferecida a todos que quisessem fazer uso, ninguém se manifestou, e, reunido foi suspenso pelo tempo necessário à lavatura da presente ata. Mesa: Carlos Renato Xavier Pompermaier - Presidente; Soliá Maria Ferreira da Silva Rodrigues - Secretária. **Acionista Presente:** Nova Energia Holding S.A. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 03 de agosto de 2017. Mesa: Carlos Renato Xavier Pompermaier - Presidente; Soliá Maria Ferreira da Silva Rodrigues - Secretária. JUCESP nº 520.804/17-0 em 22/11/2017. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

SF 252 Participações Societárias S.A.

(em constituição)
Extrato da Ata da Assembleia Geral de

Constituição de Sociedade por Ações
Data, Hora e Local: 09.11.2020, às 10h30, na sede social, Rua Cardiel Azevedo, nº 2.365, conjuntos 11 e 13, São Paulo/SP. **Presença:** Fundadores e subscritores representando a totalidade do capital inicial. **Mesa:** Presidente: Luis Guilherme de Souza Silva, Secretário: Lawrence Santini Echenique. **Deliberações aprovadas:** 1. A constituição da Companhia, sob a denominação SF 252 Participações Societárias S.A., bem como o projeto de estatuto social. 2. Subscrição de 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$1,00 cada uma, totalizando um valor de R\$ 400,00 e a integralização parciais de 10% do valor total dessas ações pelos acionistas fundadores. 3. A totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão são subscritas pelos acionistas fundadores com as seguintes proporções: Luis Guilherme de Souza Silva subscrevu 200 ações ordinárias de emissão, pelo valor total de R\$200,00; e Lawrence Santini Echenique subscrevu 200 ações ordinárias de emissão, pelo valor total de R\$200,00, a serem integralizadas na forma do Boletim de Subscrição. 4. O R\$200,00 será integralizado em duas parcelas de R\$ 100,00 cada uma, a contar da data de expedição da Autorização de Funcionamento Jurídico. 5. Atendidos os requisitos preliminares exigidos nos termos do artigo 80 da Lei 6.404/76 ("Lei das S/A"), declara-se constituída a Companhia. 6. Elegeram, para um mandato unificado de 1 ano, os seguintes diretores sem designação específica: Luis Guilherme de Souza Silva, brasileiro, casado, advogado, RG 30.267.600-4 SSP/SP, CPF/MF 355.147.028-63; e Lawrence Santini Echenique, brasileiro, casado, advogado, RG 43.727.670-3 SSP/SP, CPF/MF 360.198.918-28, ambos residentes em São Paulo/SP, os quais foram eleitos e declaram, que não estão impedidos, de exercer atividades mercantis. 7. A remuneração global dos diretores, para o exercício social corrente, será fixada pelo Conselho de Administração, de acordo com o disposto na legislação aplicável e no estatuto social que ora passa a reger a Companhia. 8. Aprovar o Diário Oficial do Estado de São Paulo ou o Diário Oficial da União e um outro de grande circulação para serem os jornais de grande circulação que serão utilizados para as publicações determinadas pela Lei das S/A, quando necessárias. **Exposu-se a Nada mais.** São Paulo, 09.11.2020. **Acionistas Subscritores:** Luis Guilherme de Souza Silva, e Lawrence Santini Echenique. **Advogado:** Luis Guilherme de Souza Silva - OAB/SP nº 316.225. JUCESP NIRE 5200555937-1 em 17.11.2020. **Gisela Sirmma Ceschin - Secretária Geral.** **Estatuto Social: Capítulo I: Da Denominação, Sede, Objeto e Duração:** **Artigo 1º.** A SF 252 Participações Societárias S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, Rua Cardiel Azevedo, nº 2.365, conjuntos 11 e 13, Bairro Pinheiros, CEP 05407-003, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista. **Artigo 4º.** A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II: Do Capital: Artigo 5º.** O capital social é de R\$400,00, representado por 400 ações, sendo todas ordinárias, nominativas, e sem valor nominal. **§ 1º.** Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. **§ 2º.** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **§ 3º.** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Capítulo III: Da Administração: Artigo 6º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§ 1º.** A Assembleia Geral será presidida por acionista ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o condutor dos trabalhos. **§ 2º.** As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão tomadas por maioria de votos, exceto previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não computando os votos em branco. **Capítulo IV: Da Administração: Artigo 7º.** A administração da Companhia será exercida por uma Diretoria, composta de 2 a 5 membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse de seus sucessores. **§ 1º.** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e suas remunerações serão fixadas pela Assembleia Geral que os eleger, salvo se houver disposição expressa em contrário representando a maioria absoluta dos votos. **§ 2º.** A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. **Artigo 8º.** No caso de impedimento ocasional de um diretor, seus funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição de seu sucessor. **Artigo 9º.** A Diretoria será composta por 2 (dois) membros, sendo 1 (um) membro de direito e 1 (um) membro de fato. **Artigo 10º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 1º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 2º.** Independentemente da data da eleição dos membros da Diretoria da Companhia, os respectivos mandatos terão duração de 12 (doze) meses. **§ 3º.** A Diretoria será composta por 3 (três) membros, sendo 2 (dois) membros de direito e 1 (um) membro de fato. **§ 4º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 5º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 6º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 7º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 8º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 9º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 10º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 11º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 12º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 13º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 14º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 15º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 16º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 17º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 18º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 19º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 20º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 21º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 22º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 23º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 24º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 25º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 26º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 27º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 28º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 29º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 30º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 31º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 32º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 33º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 34º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 35º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 36º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 37º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 38º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 39º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 40º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 41º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 42º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 43º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 44º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 45º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 46º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 47º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 48º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 49º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 50º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 51º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 52º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 53º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 54º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 55º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 56º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 57º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 58º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 59º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 60º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 61º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 62º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 63º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 64º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 65º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 66º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 67º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 68º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 69º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 70º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 71º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 72º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 73º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 74º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 75º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 76º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 77º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 78º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 79º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 80º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 81º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 82º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 83º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 84º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 85º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 86º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 87º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 88º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 89º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 90º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 91º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 92º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 93º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 94º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 95º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 96º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 97º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 98º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 99º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 100º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 101º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 102º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 103º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 104º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 105º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 106º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 107º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 108º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 109º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 110º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 111º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 112º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 113º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 114º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 115º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 116º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 117º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 118º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 119º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 120º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 121º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 122º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 123º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 124º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 125º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 126º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 127º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 128º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 129º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 130º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 131º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 132º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 133º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 134º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 135º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 136º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 137º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 138º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 139º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 140º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 141º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 142º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 143º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 144º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 145º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 146º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 147º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 148º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 149º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 150º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 151º.** A Diretoria terá a função de examinar as contas relativas ao último exercício de seus gestões, devendo os diretores permanecerem no exercício dos cargos até a investidura de seus sucessores. **§ 152º**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **08/01/2021 12:48:13 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Autenticação Digital*.

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 102270801219496345461-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05be0dc84c668ee26ed76c793d6e9c2815b1679b1a73acc7f053ec74f7a5d0ee70e1b180da75eb48cc5e9676196e8356837
c0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 21 de Janeiro de 2020

[illegible]

continuação
contábil, avaliando seus impactos nas demonstrações financeiras do Conglomerado Porto Seguro e submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração. **Capítulo VI - Assembleia Geral. Artigo 19 - A Assembleia Geral reunir-se-á anualmente até o dia 31 (trinta e um) de março, sob a presidência do acionista que for indicado por ela. Parágrafo Único - O presidente da Assembleia convocará um dos presentes para secretariar a Mesa. Artigo 20 - As Assembleias Extraordinárias reunir-se-ão todas as vezes que forem legais e regularmente convocadas, constituindo-se a Mesa pela forma prescrita no artigo anterior. Artigo 21 - Os atos de primeira convocação das Assembleias Gerais serão publicados pelo menos 3 (três) vezes no Diário Oficial e em um jornal de grande circulação na Sede da Companhia, com antecedência mínima de 8 (oito) dias contados do primeiro edital. Parágrafo Único - As demais convocações das Assembleias Gerais processar-se-ão pela forma prescrita neste artigo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Independentemente de prévia convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. Artigo 22 - Uma vez convocada a Assembleia Geral, ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a Assembleia ou fique sem efeito a convocação. Artigo 23 - As deliberações das Assembleias serão tomadas por maioria absoluta de votos, observadas as disposições legais quanto à exigência de quórum especial. Parágrafo Único - A cada ação corresponde um voto. Artigo 24 - Verificando-se o caso de existência de ações objeto de comunhão, o exercício de direitos a elas referentes caberá a quem os Condôminos designarem para figurar como representante junto à Sociedade, ficando suspenso o exercício destes direitos quando não for feita a designação. Artigo 25 - Os Acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procuradores nos termos do parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76. Artigo 26 - Para que possam comparecer às Assembleias Gerais, os representantes legais e os procuradores constituídos farão a entrega dos respectivos documentos comprobatórios na Sede da Companhia com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. Capítulo VII - Exercício Social, Lucros e Distribuição de Resultados. Artigo 27 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras anuais. Parágrafo Único - A diretoria poderá determinar o levantamento de balanços semestrais, ou relativo a períodos inferiores, para quaisquer fins, inclusive para pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou distribuição de dividendos à conta de lucro do período apurado em tais balanços, observado o disposto neste estatuto social e na legislação aplicável. Artigo 28 - Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, automaticamente e independentemente de deliberação assemblear, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Do saldo de lucros remanescentes, será calculada a participação a ser atribuída aos administradores, nos termos do artigo 152 da Lei nº 6.404/1976. O lucro líquido do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções referidas nesse artigo. Artigo 29 - Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal (artigo 193 da Lei nº 6.404/76), até que atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social. A destinação à reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. Artigo 30 - O lucro líquido do exercício será, ainda, quando for o caso, diminuído das importâncias destinadas à constituição da reserva de capital, à reserva para contingências (artigo 195 da Lei nº 6.404/76) e à reserva de incentivos fiscais (artigo 195-A da Lei nº 6.404/76), de um lado,**

e, de outro lado, quando for o caso, acrescido da reversão da reserva para contingências e da reserva de lucros a realizar (artigo 202, III, da Lei nº 6.404/76) formadas em exercícios anteriores. O lucro líquido ajustado do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções e adições referidas nos artigos 29 e 30 e terá a seguinte destinação: a) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e b) o saldo remanescente será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas prevista no artigo 31 deste estatuto social ou, alternativamente, poderá ter a destinação que a assembleia geral determinar, observadas as disposições legais aplicáveis. Parágrafo Único - O dividendo mínimo obrigatório previsto neste artigo poderá deixar de ser pago no exercício social em que a Diretoria informar que seu pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos aos acionistas assim que permitir a situação financeira da Companhia. Artigo 31 - A Companhia terá uma reserva estatutária denominada "Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas", que terá como finalidade compensar eventuais perdas e prejuízos e assegurar os recursos suficientes para a expansão das atividades e investimentos da Companhia. Parágrafo 1º - Será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas o saldo do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, após efetivada a destinação prevista no artigo 31 deste estatuto social. Parágrafo 2º - O saldo da Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976. Ultrapassado esse limite, a assembleia geral deverá destinar o excesso para distribuição de dividendos aos acionistas ou aumento do capital social. Ainda que não atingido o limite estabelecido neste parágrafo, a assembleia geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a distribuição dos valores contabilizados na Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas aos acionistas, como dividendos, bem como sua capitalização. Caso a administração da Companhia considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à assembleia geral que, em determinado exercício, o valor que seria destinado a tal reserva seja integralmente ou parcialmente distribuído aos acionistas como dividendos, ou capitalizado em aumento de capital social. Artigo 32 - Sem prejuízo do dividendo mínimo obrigatório, a Companhia, por determinação da Diretoria, poderá: a) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de reservas de lucros existente no último balanço anual aprovado em assembleia geral de acionistas; b) semestralmente, distribuir dividendos à conta de lucros acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço semestral; c) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de lucro acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço levantado em periodicidade inferior a semestral, desde que, nesse caso, o montante de dividendos a ser pago no exercício não supere o saldo das reservas de capitais de que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei 6.404/1976; e d) a qualquer tempo, creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. Parágrafo Único - Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. Artigo 33 - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.



renováveis

SRMN HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 30.656.993/0001-15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apresentação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

| Ativo | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|--------------|---------------|--------------|
| | 31/12/19 | 31/12/18 | 31/12/19 | 31/12/18 |
| | não auditado | não auditado | não auditado | não auditado |
| Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 1 | 155 | 52 |
| Outros créditos | — | 2 | 3.074 | 64 |
| | 5 | 3 | 3.229 | 116 |
| Não Circulante | | | | |
| Adiantamentos para futuros aumentos de capital | 17.817 | — | — | — |
| | 17.817 | — | — | — |
| Imobilizado | — | — | 33.554 | 6.531 |
| | — | — | 33.554 | 6.531 |
| Total do ativo | 17.822 | 3 | 36.783 | 6.647 |

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO DE SETE MESES FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

| | Capital social | Prejuízos acumulados | Total |
|--|----------------|----------------------|------------|
| Saldos em 01 de janeiro de 2018 | — | — | — |
| Aumento de capital conforme AGE | 1 | — | 1 |
| Prejuízo do exercício | — | 3 | 3 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 (não auditado) | 1 | 3 | 2 |
| Prejuízo do exercício | — | 469 | 469 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 1 | 472 | 471 |

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO DE SETE MESES FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

| Fluxo de caixa das atividades operacionais | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 31/12/19 | 31/12/18 | 31/12/19 | 31/12/18 |
| | não auditado | não auditado | não auditado | não auditado |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | (469) | (3) | (469) | (3) |
| Resultado das participações societárias | 453 | — | — | — |
| | 16 | 3 | 469 | 3 |
| Variação em: | | | | |
| Outros créditos | 2 | (3.010) | (64) | — |
| Fornecedores | 15 | 19.065 | 295 | — |
| Impostos a pagar | — | 61 | 6 | — |
| Outras contas a pagar | — | 69 | 70 | — |

| DIRETORIA | |
|--------------------|--------------------|
| Flápe Domingues | Justo Valle |
| Diretor Presidente | Gerente Financeiro |

As Demonstrações Financeiras Auditadas na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA O PERÍODO DE SETE MESES FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 31/12/19 | 31/12/18 | 31/12/19 | 31/12/18 |
| | não auditado | não auditado | não auditado | não auditado |
| Receita operacional líquida | | | | |
| Custo do serviço de energia elétrica | — | — | — | — |
| Custo com energia elétrica | — | — | — | — |
| Custo de operação | — | — | — | — |
| Despesas e receitas | 16 | — | 469 | 3 |
| Despesas gerais e administrativas | 16 | — | 469 | 3 |
| Resultado antes do resultado financeiro, tributos e participações societárias | 16 | — | 469 | 3 |
| Resultado das participações societárias | 453 | 3 | — | — |
| Resultado financeiro | — | — | — | — |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | 469 | 3 | 469 | 3 |
| Resultado líquido do exercício | 469 | 3 | 469 | 3 |

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O PERÍODO DE SETE MESES FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 31/12/19 | 31/12/18 | 31/12/19 | 31/12/18 |
| | não auditado | não auditado | não auditado | não auditado |
| Resultado líquido do exercício | (469) | (3) | (469) | (3) |
| Outros resultados abrangentes | — | — | 2.674 | 51 |
| Resultado abrangente do exercício | 469 | 3 | 3.143 | 54 |

| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|--------------|---------------|--------------|
| | 31/12/19 | 31/12/18 | 31/12/19 | 31/12/18 |
| | não auditado | não auditado | não auditado | não auditado |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 17.827 | — | 11.548 | 6.279 |
| Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos | 17.827 | — | 11.548 | 6.279 |
| Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 4 | 1 | 103 | 52 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 5 | 1 | 155 | 52 |

| CONTADORIA | |
|---------------------------|--|
| Liliane Mendes Leguizamón | |
| CRF 1SP279192/U-3 | |

Enovafoods Participações S.A.

CNPJ/MF nº 17.147.732/0001-01

| Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais) | | | | | |
|--|--------|---------------------|--|--|----------|
| Balanco Patrimonial | | Balanco Patrimonial | | Demonstração do Resultado do Exercício | |
| | 2019 | 2018 | | 2019 | 2018 |
| Ativo I Investimentos | 10.276 | 15.280 | Ajuste de Avaliação Patrimonial | 18.349 | 20.869 |
| Não Circulante | 10.276 | 15.280 | Prejuízos Acumulados | (56.169) | (52.569) |
| Total do Ativo | 10.276 | 15.280 | Patrimônio Líquido | 10.276 | 15.280 |
| Passivo e Patrimônio Líquido I Não Circulante | - | - | Total do Passivo e do Patrimônio Líquido | 10.276 | 15.280 |
| Capital social | 43.993 | 42.897 | | | |
| Reserva de Capital | 4.103 | 4.103 | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | </ | | |

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 102272406201255714915-2
Data: 24/06/2020 18:00:43
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD20193-C5YC; VO (0599)



CNJ: 06.970-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(33) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
https://azevedobastos.net.br

Bea Válder Azevêdo Miranda Cavalcanti
Tribunal

TJPB



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.


Roberto de Souza Santos
Diretor Presidente



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Marcelo Barroso Picanço

Diretor Geral – Seguros e Investimentos



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**CNPJ nº 61.198.164/0001-60****NIRE 35.3.0004108.9****TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Celso Damadi

Diretor Geral – Financeiro, Controladoria e Atendimento



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.


Lene Araújo de Lima

Diretor Geral – Corporativo

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

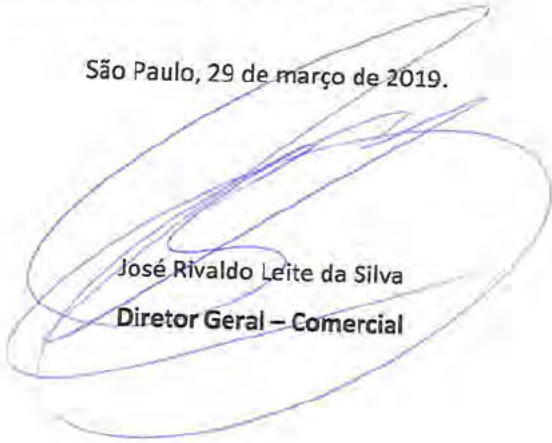
TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.


José Rivaldo Leite da Silva
Diretor Geral – Comercial



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Marcos Roberto Loução

Diretor Geral – Negócios Financeiros e Serviços



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

Jaime Soares Batista

Diretor de Produto – Automóvel



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

A administradora que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Fernanda Haydee Pasquarelli

Diretora de Produto – Seguros de Pessoas



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

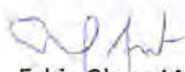
TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Fabio Ohara Morita

Diretor Técnico



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

A administradora que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.


Eva Vazquez Montenegro Miguel
Diretora de Produção



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

A administradora que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

Sônia Aparecida Belezi Rica
Diretora de Atendimento



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9


TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.


Marcos Rogério Sirelli

Diretor de Tecnologia da Informação



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Marcelo Sebastião da Silva
Diretor de Serviços



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.


Luiz Felipe Milagres Guimarães
Diretor de Marketing e Clientes



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.


Marcelo Zorzo
Diretor

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE

Aos vinte e um dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceram os senhores membros da Diretoria, eleitos na Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade realizada nesta data, para formalização da investidura nos respectivos cargos, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declararam, para todos os fins e efeitos de direito, que não estão incurso em nenhum dos crimes que os impeçam de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possuem amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

Os administradores que firmam o presente termo de posse declaram que possuem domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberão todas as citações e intimações relativas aos atos de suas gestões, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 21 de janeiro de 2020.


ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
 Diretora Jurídica


CAROLINA HELENA ZWARG
 Diretora de Recursos Humanos


TIAGO VIOLIN
 Diretor Financeiro


JARBAS DE MEDEIROS BACIANO
 Diretor de Produto – Ramos Elementares


RAFAEL VENEZIANI KOZMA
 Diretor de Controladoria e Riscos


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **25/06/2020 10:14:34 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 102272406201255714915-1 102272406201255714915-18

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bcac4b18582d41ef02d5394a8231bf2946d4689cf654133f0d6a85b1f01a9f28f82d537d8c0de3d6a11253d41de0e40bac0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte, às 10h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o senhor membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade realizada em 01 de outubro de 2020, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 01 de outubro de 2020.


LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA

Diretor de Marketing



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **10/03/2021 09:37:00 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 102270903216986620213-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b89fdb099183b32ee684e35d2e53b433caee135fa5f0464e7489e184b3d6f3cf7a02bb27683eada41802f365c71a7579cc0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



Olá,
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Apresentamos o orçamento para o seu veículo.



gen seguradora

Gente Auto

Proteção para o seu carro e economia para você. O Gente Auto é um produto de fácil contratação, que garante a proteção do seu carro em caso de imprevistos. Atende os danos causados ou sofridos em veículos, além de garantir a reposição do bem decorrente de roubo ou furto.

CALCULO SEGURO AUTOMÓVEL 38318**ORGÃO PÚBLICO:**

Nome do Segurado(a)

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DADOS DO CORRETOR

| Corretor | Telefone | Código | E-mail |
|---|---------------|--------|-----------------------------|
| AXO CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS EIRELI | (77)981130210 | | licitacoes@axocorretora.com |

VIGÊNCIA DO SEGURO:

12 MESES

| ITEM | MARCA/MODELO | ANO F. | ANO M. | PLACA | COBERTURA VEÍCULO | FRANQUIA R\$ | PRÊMIO POR ITEM |
|------|---------------------------------------|--------|--------|---------|-------------------|---------------|-----------------|
| 1 | FORD-RANGER XL CABINE DUPLA 4 22C | 2022 | 2023 | RPI1D10 | 100% FIPE | R\$ 13.574,00 | R\$ 3.750,47 |
| 2 | FORD-RANGER XL CABINE DUPLA 4 22C | 2022 | 2023 | RPI2H84 | 100% FIPE | R\$ 13.574,00 | R\$ 3.750,47 |
| 3 | FORD-RANGER XL CABINE DUPLA 4 22C | 2022 | 2023 | RPI3F07 | 100% FIPE | R\$ 13.574,00 | R\$ 3.750,47 |
| 4 | Ford-Ranger XL 2.2 4x4 CD Diesel Mec. | 2022 | 2023 | RPI4E97 | 100% FIPE | R\$ 13.574,00 | R\$ 3.750,47 |
| 5 | FORD-RANGER XL CABINE DUPLA 4 22C | 2022 | 2023 | RPI6B70 | 100% FIPE | R\$ 13.574,00 | R\$ 3.750,47 |
| 6 | RENAULT-MASTER FURGÃO | 2022 | 2022 | RPI1F52 | 100% FIPE | R\$ 16.790,00 | R\$ 3.605,03 |

DADOS DO SEGURO/COBERTURA

Coberturas Contratadas

BASICA - 01-COMPREENSIVA

RESP CIVIL DANOS MATERIAIS

RESP CIVIL DANOS CORPORAIS

DANOS MORAIS

Conforme acima

50.000,00

100.000,00

20.000,00

ASSISTÊNCIA Completa 24hs GUINCHO, TRANSPORTE ALTERNATIVO (TAXI), CHAVEIRO. – km ilimitado

VIDROS: LANTERNAS, FAROIS, RETROVISORES, PARABRISA DIANTEIRO, PARABRISA TRASEIRO, VIDROS LATERAIS.

Franquia : R\$ 500,00 para vidros, e R\$ 150,00 para retrovisores, faróis e lanternas.

DEMONSTRATIVO DE PRÊMIO

| Prêmio Líquido (R\$) | Custo de Apólice (R\$) | IOF (R\$) | Prêmio Total (R\$) |
|----------------------|------------------------|-----------|--------------------|
| R\$ 22.357,38 | 0,00 | 0,00 | R\$ 22.357,38 |

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaramos que manteremos válida do presente calculo por 60 (sessenta) dias contados da data de apresentação.

Declaramos que no valor estão compreendidos, além do lucro, encargos sociais, taxas e seguros, quaisquer despesas de responsabilidade da proponente que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste contrato.

Informamos que as condições gerais do seguro se encontram disponíveis no site: www.genteseguradora.com.br

Gente Seguradora S.A. - CNPJ 90.180.605/0001-02 - Processo SUSEP nº 15414.000055/2005-48.

ATENÇÃO: A cobertura securitária só estará garantida após a assinatura do contrato e/ou emissão da empenho, e condicionado a confirmação da seguradora.

Porto Alegre-RS 07 de Fevereiro de 2023

GENTE SEGURADORA S.A.



Relatório de Cotação: cotação DISPENSA

Pesquisa realizada entre 05/03/2023 14:48:11 e 05/03/2023 15:09:35

Relatório gerado no dia 05/03/2023 15:10:32 (IP: 177.136.33.98)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021.

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos. Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021, no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: FORD RANGER

| PREÇOS / PROPOSTAS | QUANT DADE | PREÇO EST MADO | PERCENTUAL | PREÇO EST. CALCULADO | TOTAL |
|--|---|-------------------|--|----------------------|----------------|
| 1 / 1 | 1 | R\$ 3.374,44 (un) | - | R\$ 3.374,44 | R\$ 3.374,44 |
| Preço Público | Órgão Público | | | identificação | Data Licitação |
| 1 | Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mantena/MG | | | 1222022 | 21/06/2022 |
| Valor Unitário | | | | | R\$ 3.374,44 |
| Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 3.374,44 | | | Média dos Preços Obtidos: R\$ 3.374,44 | | |

Item 2: RENAULT MASTER FURGÃO

| PREÇOS / PROPOSTAS | QUANT DADE | PREÇO EST MADO | PERCENTUAL | PREÇO EST. CALCULADO | TOTAL |
|--|---|-------------------|--|----------------------------|----------------|
| 1 / 2 | 1 | R\$ 2.550,00 (un) | - | R\$ 2.550,00 | R\$ 2.550,00 |
| Preço Compras Governamentais | Órgão Público | | | identificação | Data Licitação |
| 1 | PREFE TURA MUN C PAL DE CRUZE RO DO SUL | | | NºPregão:22023 UASG:987531 | 28/02/2023 |
| Valor Unitário | | | | | R\$ 2.550,00 |
| Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 2.550,00 | | | Média dos Preços Obtidos: R\$ 2.550,00 | | |

Valor Global: R\$ 5.924,44

Detalhamento dos Itens



Item 1: FORD RANGER

Preço Estimado: R\$ 3.374,44 (un)

Percentual: -

Preço Estimado Calculado: R\$ 3.374,44

Média dos Preços Obtidos: R\$ 3.374,44

| Quantidade | Descrição | Observação |
|------------|-------------|------------|
| 1 Unidade | FORD RANGER | |

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Finais

R\$ 3.374,44

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

| | |
|--|---|
| Órgão: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mantena/MG | Data: 21/06/2022 00:00 |
| Objeto: RENOVAÇÃO SEGURO CAM NHONETE RANGER HEF0D02. | Modalidade: Dispensa |
| Descrição: RENOVAÇÃO SEGURO VEÍCULO CAM NHONETE, RANGER XL D ESEL, PLACA HEF-0D02, V GÊNC A: 29/06/2022 a 29/06/2023. - RENOVAÇÃO SEGURO VEÍCULO CAM NHONETE, RANGER XL D ESEL, PLACA HEF-0D02, V GÊNC A: 29/06/2022 a 29/06/2023. | SRP: NÃO |
| | identificação: 1222022 |
| | Lote/ tem: 1/1 |
| | Ata: N/A |
| | Fonte: mgfportaldatransparencia.azurewebsites.net/home/index?inscricao=18503466000175 |
| | Quantidade: 1 |
| | Unidade: UN |
| | UF: MG |

CNPJ

RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR

VALOR DA PROPOSTA FINAL

61.074.175/0001 38 MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
* VENCEDOR *

R\$ 3.374,44

Marca: Marca não informada

Fabricante: Fabricante não informado

Descrição: RENOVAÇÃO SEGURO VEÍCULO CAMINHONETE, RANGER XL DIESEL, PLACA HEF 0D02, VIGÊNCIA: 29/06/2022 a 29/06/2023.

Item 2: RENAULT MASTER FURGÃO

Preço Estimado: R\$ 2.550,00 (un)

Percentual: -

Preço Estimado Calculado: R\$ 2.550,00

Média dos Preços Obtidos: R\$ 2.550,00

| Quantidade | Descrição | Observação |
|------------|----------------------------|------------|
| 1 Unidade | RENAULT MASTER FURGÃO L3H2 | |

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais

R\$ 2.550,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

| | |
|---|---|
| Órgão: PREFE TURA MUN C PAL DE CRUZE RO DO SUL | Data: 28/02/2023 09:00 |
| Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviço de seguro veicular para os veículos da prefeitura municipal e seus respectivos departamentos.. | Modalidade: Pregão Eletrônico |
| Descrição: Seguro / garantia - RENAULT - MASTER FURGAO 2.3 16VDC ANO/MODELO: 2022/2023CÓD GO F PE: 2519680Km: NãoPLACA: SDX7B62CHASS : 93YF62001PJ316290COMBUSTÍVEL: DieselCOBERTURAS: COL SÃO, NCÊND O, ROUBO E FURTOCASCO - F PE 100,00% / FRANQU A: 32.313,40DMT 1R - S 150.000,00 DCT 1R - S 300.000,00 APP C/ DMH - S 20.000,00 DMO 1R - S 50.000,00 Cls. 045 Vidros 78S / S: 25.000,00 / FRANQU AS: Laterais: 292,00Vidro Traseiro: 351,00Parabrisa: 364,00 | SRP: NÃO |
| | identificação: N°Pregão:22023 / UASG:987531 |
| | Lote/ tem: /35 |
| | Ata: Link Ata |
| | Adjudicação: 28/02/2023 14:57 |
| | Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br |
| | Quantidade: 1 |
| | Unidade: UN DADE |
| | UF: PR |

CNPJ

RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR

VALOR DA PROPOSTA FINAL

61.198.164/0001 60 PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
* VENCEDOR *

R\$ 2.400,00



Relatório gerado no dia 05/03/2023 15:10:32 (IP: 177.136.33.98)

Código Validação: DWgd32iHdLM%2fDsBcdCZvT7h5eVDXs7lwri0ldZ2IG4pXd4inpNc5Q%3d%3d

<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=DWgd32iHdLM%252fDsBcdCZvT7h5eVDXs7lwri0ldZ2IG4pXd4inpNc5Q%253d%253d>

Marca: Marca não informada

Fabricante: Fabricante não informado

Descrição: Descrição: RENAULT MASTER FURGAO 2.3 16V DCI ANO/MODELO: 2022/2023 CÓDIGO FIPE: 251968 0Km: Não PLACA: SDX7B62 CHASSI: 93YF62001PJ316290 COMBUSTÍVEL: Diesel COBERTURAS: COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO E FURTO CASCO FIPE 100,00% / FRANQUIA: 32.313,40 DMT 1R IS 150.000,00 DCT 1R IS 300.000,00 APP C/ DMH IS 20.000,00 DMO 1R IS 50.000,00 Cls. 045 Vidros 78S / IS: 25.000,00 / FRANQUIAS: Laterais: 292,00 Vidro Traseiro: 351,00 Parabrisa: 364,00

90.180.605/0001 02 GENTE SEGURADORA SA

R\$ 2.700,00

Marca: Marca não informada

Fabricante: Fabricante não informado

Descrição: Seguro / garantia RENAULT MASTER FURGAO 2.3 16V DCI ANO/MODELO: 2022/2023 CÓDIGO FIPE: 251968 0Km: Não PLACA: SDX7B62 CHASSI: 93YF62001PJ316290 COMBUSTÍVEL: Diesel COBERTURAS: COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO E FURTO CASCO FIPE 100,00% / FRANQUIA: 32.313,40 DMT 1R IS 150.000,00 DCT 1R IS 300.000,00 APP C/ DMH IS 20.000,00 DMO 1R IS 50.000,00 Cls. 045 Vidros 78S / IS: 25.000,00 / FRANQUIAS: Laterais: 292,00 Vidro Traseiro: 351,00 Parabrisa: 364,00



Preço estimado dos itens calculado pela fórmula Média Aritmética dos preços obtidos:

Item 1 FORD RANGER

1 preço de Aquisições e contratações similares de outros entes públicos homologadas/adjudicadas no dia 21/06/2022, calculado pela fórmula Mediana das Propostas Finais.

Item 2 RENAULT MASTER FURGÃO

1 preço do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas no dia 28/02/2023, calculado pela fórmula Mediana das Propostas Finais.

DESCRIPTIVO DE FÓRMULAS UTILIZADAS

Mediana das Propostas Finais

Capta os preços finais da licitação e seleciona o preço do meio (no caso de número ímpar de propostas) ou a média dos preços do meio.





ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 ComprasNet

www.comprasgovernamentais.gov.br

Data: 05/03/2023 15:09:44

Acessar a fonte [aqui](#)

2 Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mantena/MG

mgfportal.datatransparencia.azurewebsites.net/home/index?inscricao=18503466000175

Data: 03/02/2023 09:53:03

Acessar a fonte [aqui](#)



RES: Cotação - Seguro 06 veículos

Marco Scalari <marco@repseguros.com.br>

Sex, 03/03/2023 11:12

Para: Milena de Carvalho Oliveira <milena.carvalho@mpba.mp.br>

Milena

Não comercializo seguro de veículos para órgãos públicos.

Atenciosamente



REP
SEGUROS
CORPORATIVOS

Marco Scalari
Diretor de Negócios Públicos

51 98116.2326 / 51 3582.2225

repseguros.com.br



unisonsteadfast



De: Milena de Carvalho Oliveira <milena.carvalho@mpba.mp.br>

Enviada em: sexta-feira, 3 de março de 2023 11:04

Para: Marco Scalari <marco@repseguros.com.br>

Assunto: Cotação - Seguro 06 veículos

Prioridade: Alta

Prezados,

Tendo em vista que a apólice de seguro firmada com a seguradora Porto Seguro irá vencer em 31/03/2023, solicito envio de orçamentos de seguradoras visando a contratação de nova apólice pelo período de 12 meses, **através de dispensa de licitação**, no período de 24 hrs do dia 31/03/2023 a 24 hrs do dia 31/03/2024:

| ITEM | PLACA | TIPO | MARCA | MODELO | ANO/MODELO | CHASSI | COMBUSTÍVEL | BÔNUS | PRÊMIO DE SEGURO (R\$) |
|------------------------|----------|-------------|---------|--------------------------------------|------------|-------------------|-------------|-------|------------------------|
| 1 | RPI-2H84 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R1PJ294134 | DIESEL | 0 | |
| 2 | RPI-1D10 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R6PJ294162 | DIESEL | 0 | |
| 3 | RPI-4E97 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R8PJ294146 | DIESEL | 0 | |
| 4 | RPI-6B70 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R6PJ294159 | DIESEL | 0 | |
| 5 | RPI-3F07 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XLCD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R7PJ294140 | DIESEL | 0 | |
| 6 | RPI-1F52 | VAN | RENAULT | MASTER L3H2MSU FGT, 2.3 (16 lugares) | 2022/2023 | 93YF62002PJ338024 | DIESEL | 0 | |
| PRÊMIO DE SEGURO TOTAL | | | | | | | | | |

A fim de subsidiar a cotação, seguem informações adicionais:

CNPJ: 04.142.491.0001-66

OBJETO: Prestação de serviços de Seguro Ramo Automóvel/Responsabilidade Civil Facultativa de Veículo – RCF-V, com cobertura adicional para vidros, retrovisores e assistência técnica 24 horas

COBERTURAS:

1. O Serviço de Seguro Ramo Automóvel deverá compreender:

1.1 Cobertura de Casco (Compreensiva): os veículos deverão ser segurados pelo valor de mercado, observando o percentual de 100% (cem por cento) sobre o valor da tabela FIPE em vigor no período da ocorrência do sinistro;

1.2 Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V):

a) LMI – Danos Materiais por veículo segurado: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

b) LMI – Danos Corporais por veículo segurado: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

c) LMI – Danos Morais: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

1.3 Franquias:

a) Cobertura de Casco - Obrigatória Normal;

b) Franquias para Vidros e Retrovisores – Normal;

1.4 Assistência 24 horas Básica;

1.5 Bônus, conforme os percentuais indicados no **APENSO I** do Contrato;

2. A cobertura do seguro deverá garantir, no mínimo, os riscos derivados da circulação dos veículos segurados, as despesas indispensáveis ao salvamento dos ocupantes e transporte dos veículos até oficina(s) autorizada(s) pelo licitante vencedor em todo o território nacional e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme se segue:

2.1 Colisão e Roubo, bem como os danos causados a vidros e retrovisores;

2.2 Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;

2.3 Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

2.4 Danos causados por inundação.

Certa de contar com sua colaboração, aguardo retorno com a maior brevidade possível, tendo em vista a necessidade de garantir a cobertura por seguro aos veículos.

Atenciosamente,

Milena Oliveira
Apoio Técnico Administrativo
Diretoria Administrativa
Ministério Público do Estado da Bahia
Tel.: (71) 3103-0121

RE: Cotação - Seguro 06 veículos

Ingrid Caroline Brigano Cadette <icbcadette@sompo.com.br>
em nome de
Licitação - Sompo Seguros <Licitacao@sompo.com.br>
Qua, 01/03/2023 15:02
Para: Milena de Carvalho Oliveira <milena.carvalho@mpba.mp.br>
Bom dia!

Agradecemos o envio, porém não estamos atuando com estimativas de preços para automovel.

Atenciosamente,
Ingrid Cadette
Canal Licitação
Matriz Cubatão
Rua Cubatão, 320
(11) 3156 -1293/1009/1874/1210
licitacao@sompo.com.br



De: Milena de Carvalho Oliveira <milena.carvalho@mpba.mp.br>
Enviado: quarta-feira, 1 de março de 2023 14:29
Para: Licitação - Sompo Seguros <Licitacao@sompo.com.br>
Assunto: Cotação - Seguro 06 veículos

ALERTA: Esta mensagem foi originada fora da rede Sompo. TENHA CUIDADO antes de clicar em qualquer link ou anexo.

Prezados,

Tendo em vista que a apólice de seguro firmada com a seguradora Porto Seguro irá vencer em 31/03/2023, solicito envio de orçamentos de seguradoras visando a contratação de nova apólice pelo período de 12 meses, **através de dispensa de licitação**, no período de 24 hrs do dia 31/03/2023 a 24 hrs do dia 31/03/2024:

| ITEM | PLACA | TIPO | MARCA | MODELO | ANO/MODELO | CHASSI | COMBUSTÍVEL | BÔNUS | PRÊMIO DE SEGURO (R\$) |
|------------------------|----------|-------------|---------|--------------------------------------|------------|-------------------|-------------|-------|------------------------|
| 1 | RPI-2H84 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R1PJ294134 | DIESEL | 0 | |
| 2 | RPI-1D10 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R8PJ294182 | DIESEL | 0 | |
| 3 | RPI-4E97 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R8PJ294146 | DIESEL | 0 | |
| 4 | RPI-8B70 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R8PJ294159 | DIESEL | 0 | |
| 5 | RPI-3F07 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XLCD4, 4X4,2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R7PJ294140 | DIESEL | 0 | |
| 6 | RPI-1F52 | VAN | RENAULT | MASTER L3H2MSU FGT, 2.3 (16 lugares) | 2022/2023 | 93YF82002PJ338024 | DIESEL | 0 | |
| PRÊMIO DE SEGURO TOTAL | | | | | | | | | |

A fim de subsidiar a cotação, seguem informações adicionais:

CNPJ: 04.142.491.0001-66

OBJETO: Prestação de serviços de Seguro Ramo Automóvel/Responsabilidade Civil Facultativa de Veículo – RCF-V, com cobertura adicional para vidros, retrovisores e assistência técnica 24 horas

COBERTURAS:

1. O Serviço de Seguro Ramo Automóvel deverá compreender:

1.1 Cobertura de Casco (Compreensiva): os veículos deverão ser segurados pelo valor de mercado, observando o percentual de 100% (cem por cento) sobre o valor da tabela FIPE em vigor no período da ocorrência do sinistro;

1.2 Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V):

a) LMI – Danos Materiais por veículo segurado: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

b) LMI – Danos Corporais por veículo segurado: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

c) LMI – Danos Morais: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

1.3 Franquias:

a) Cobertura de Casco - Obrigatória Normal;

b) Franquias para Vidros e Retrovisores – Normal;

1.4 Assistência 24 horas Básica;

1.5 Bônus, conforme os percentuais indicados no **APENSO I** do Contrato;

2. A cobertura do seguro deverá garantir, no mínimo, os riscos derivados da circulação dos veículos segurados, as despesas indispensáveis ao salvamento dos ocupantes e transporte dos veículos até oficina(s) autorizada(s) pelo licitante vencedor em todo o território nacional e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme se segue:

2.1 Colisão e Roubo, bem como os danos causados a vidros e retrovisores;

2.2 Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;

2.3 Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

2.4 Danos causados por inundação.

Certa de contar com sua colaboração, aguardo retorno com a maior brevidade possível, tendo em vista a necessidade de garantir a cobertura por seguro aos veículos.

Atenciosamente,

Milena Oliveira

Apoio Técnico Administrativo

Diretoria Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0121

Esta mensagem pode conter informação confidencial ou privilegiada, sendo seu sigilo protegido por lei. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente ao remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-a. Agradecemos sua cooperação. This message may contain confidential or privileged information and its confidentiality is protected by law. If you are not the addressed or authorized person to receive this message, you must not use, copy, disclose or take any action based on it or any information herein. If you have received this message by mistake, please advise the sender immediately by replying the e-mail and then deleting it. Thank you for your cooperation.

RE: Cotação - Seguro 06 veículos

Milena de Carvalho Oliveira <milena.carvalho@mpba.mp.br>
Sex, 03/03/2023 11:05
Para: Thaene Capucci <licitacao2@consisus.com.br>
Thaene,

Algum retorno sobre a solicitação abaixo?

Atenciosamente,

Milena Oliveira
Apoio Técnico Administrativo
Diretoria Administrativa
Ministério Público do Estado da Bahia
Tel.: (71) 3103-0121

De: Thaene Capucci <licitacao2@consisus.com.br>
Enviado: quarta-feira, 1 de março de 2023 14:55
Para: Milena de Carvalho Oliveira <milena.carvalho@mpba.mp.br>
Assunto: RES: Cotação - Seguro 06 veículos

Boa tarde Milena,

Passei seu pedido para análise das seguradoras.

Atenciosamente,

Thaene Cristie Capucci
Negócios Públicos



De: Milena de Carvalho Oliveira <milena.carvalho@mpba.mp.br>
Enviada em: quarta-feira, 1 de março de 2023 14:38
Para: licitacao2@consisus.com.br
Assunto: Cotação - Seguro 06 veículos

Prezados,

Tendo em vista que a apólice de seguro firmada com a seguradora Porto Seguro irá vencer em 31/03/2023, solicito envio de orçamentos de seguradoras visando a contratação de nova apólice pelo período de 12 meses, **através de dispensa de licitação**, no período de 24 hrs do dia 31/03/2023 a 24 hrs do dia 31/03/2024:

| ITEM | PLACA | TIPO | MARCA | MODELO | ANO/MODELO | CHASSI | COMBUSTÍVEL | BÔNUS | PRÊMIO DE SEGURO (R\$) |
|------------------------|----------|-------------|---------|--------------------------------------|------------|-------------------|-------------|-------|------------------------|
| 1 | RPI-2H84 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R1PJ294134 | DIESEL | 0 | |
| 2 | RPI-1D10 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R6PJ294162 | DIESEL | 0 | |
| 3 | RPI-4E97 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R8PJ294146 | DIESEL | 0 | |
| 4 | RPI-6B70 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R6PJ294159 | DIESEL | 0 | |
| 5 | RPI-3F07 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XLCD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R7PJ294140 | DIESEL | 0 | |
| 6 | RPI-1F52 | VAN | RENAULT | MASTER L3H2MSU FGT, 2.3 (16 lugares) | 2022/2023 | 93YF62002PJ338024 | DIESEL | 0 | |
| PRÊMIO DE SEGURO TOTAL | | | | | | | | | |

A fim de subsidiar a cotação, seguem informações adicionais:

CNPJ: 04.142.491.0001-66

OBJETO: Prestação de serviços de Seguro Ramo Automóvel/Responsabilidade Civil Facultativa de Veículo – RCF-V, com cobertura adicional para vidros, retrovisores e assistência técnica 24 horas

COBERTURAS:

1. O Serviço de Seguro Ramo Automóvel deverá compreender:

1.1 Cobertura de Casco (Compreensiva): os veículos deverão ser segurados pelo valor de mercado, observando o percentual de 100% (cem por cento) sobre o valor da tabela FIPE em vigor no período da ocorrência do sinistro;

1.2 Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V):

a) LMI – Danos Materiais por veículo segurado: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

b) LMI – Danos Corporais por veículo segurado: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

c) LMI – Danos Morais: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

1.3 Franquias:

a) Cobertura de Casco - Obrigatória Normal;

b) Franquias para Vidros e Retrovisores – Normal;

1.4 Assistência 24 horas Básica;

1.5 Bônus, conforme os percentuais indicados no **APENSO I** do Contrato;

2. A cobertura do seguro deverá garantir, no mínimo, os riscos derivados da circulação dos veículos segurados, as despesas indispensáveis ao salvamento dos ocupantes e transporte dos veículos até oficina(s) autorizada(s) pelo licitante vencedor em todo o território nacional e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme se segue:

2.1 Colisão e Roubo, bem como os danos causados a vidros e retrovisores;

2.2 Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;

2.3 Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

2.4 Danos causados por inundação.

Certa de contar com sua colaboração, aguardo retorno com a maior brevidade possível, tendo em vista a necessidade de garantir a cobertura por seguro aos veículos.

Atenciosamente,

Milena Oliveira
Apoio Técnico Administrativo
Diretoria Administrativa
Ministério Público do Estado da Bahia
Tel.: (71) 3103-0121

Re: Cotação - Seguro 06 veículos

Comercial - GNP Corretora de Seguros Ltda <comercial3@gnpseguros.com.br>

Qui, 02/03/2023 09:14

Para: Milena de Carvalho Oliveira <milena.carvalho@mpba.mp.br>

Bom dia Milena

Em resposta a solicitação de Orçamento Estimativo foi verificada que já está presente a empresa Mapfre neste processo através de um dos consultores.

Como um dos consultores já está em atendimento a vocês, eu não tenho autorização para fornecer o orçamento neste processo.

Quando houver outros processos de seguros me envie que gostaria muito de atendê-los.

Atenciosamente.

Ricardo de Oliveira (54) 9 9110-9891 | 3226 4133

Em qua., 1 de mar. de 2023 às 15:42, Milena de Carvalho Oliveira <milena.carvalho@mpba.mp.br> escreveu:

Prezados,

Tendo em vista que a apólice de seguro firmada com a seguradora Porto Seguro irá vencer em 31/03/2023, solicito envio de orçamentos de seguradoras visando a contratação de nova apólice pelo período de 12 meses, **através de dispensa de licitação**, no período de 24 hrs do dia 31/03/2023 a 24 hrs do dia 31/03/2024:

| ITEM | PLACA | TIPO | MARCA | MODELO | ANO/MODELO | CHASSI | COMBUSTÍVEL | BÔNUS | PRÊMIO DE SEGURO (R\$) |
|------------------------|----------|-------------|---------|--------------------------------------|------------|-------------------|-------------|-------|------------------------|
| 1 | RPI-2H84 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R1PJ294134 | DIESEL | 0 | |
| 2 | RPI-1D10 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R6PJ294162 | DIESEL | 0 | |
| 3 | RPI-4E97 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R8PJ294146 | DIESEL | 0 | |
| 4 | RPI-6B70 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R6PJ294159 | DIESEL | 0 | |
| 5 | RPI-3F07 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XLCD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R7PJ294140 | DIESEL | 0 | |
| 6 | RPI-1F52 | VAN | RENAULT | MASTER L3H2MSU FGT, 2.3 (16 lugares) | 2022/2023 | 93YF62002PJ338024 | DIESEL | 0 | |
| PRÊMIO DE SEGURO TOTAL | | | | | | | | | |

A fim de subsidiar a cotação, seguem informações adicionais:

CNPJ: 04.142.491.0001-66

OBJETO: Prestação de serviços de Seguro Ramo Automóvel/Responsabilidade Civil Facultativa de Veículo – RCF-V, com cobertura adicional para vidros, retrovisores e assistência técnica 24 horas

COBERTURAS:

1. O Serviço de Seguro Ramo Automóvel deverá compreender:

1.1 Cobertura de Casco (Compreensiva): os veículos deverão ser segurados pelo valor de mercado, observando o percentual de 100% (cem por cento) sobre o valor da tabela FIPE em vigor no período da ocorrência do sinistro;

1.2 Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V):

a) LMI – Danos Materiais por veículo segurado: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

b) LMI – Danos Corporais por veículo segurado: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

c) LMI – Danos Morais: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

1.3 Franquias:

a) Cobertura de Casco - Obrigatória Normal;

b) Franquias para Vidros e Retrovisores – Normal;

1.4 Assistência 24 horas Básica;

1.5 Bônus, conforme os percentuais indicados no **APENSO I** do Contrato;

2. A cobertura do seguro deverá garantir, no mínimo, os riscos derivados da circulação dos veículos segurados, as despesas indispensáveis ao salvamento dos ocupantes e transporte dos veículos até oficina(s) autorizada(s) pelo licitante vencedor em todo o território nacional e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme se segue:

- 2.1 Colisão e Roubo, bem como os danos causados a vidros e retrovisores;
- 2.2 Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;
- 2.3 Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- 2.4 Danos causados por inundação.

Certa de contar com sua colaboração, aguardo retorno com a maior brevidade possível, tendo em vista a necessidade de garantir a cobertura por seguro aos veículos.

Atenciosamente,

Milena Oliveira
Apoio Técnico Administrativo
Diretoria Administrativa
Ministério Público do Estado da Bahia
Tel.: (71) 3103-0121



Não contém vírus. www.avast.com

RES: Cotação - Seguro 06 veículos | Ministério Público da Bahia

BAROLI | Analista Licitação <analista.licitacoes@barolicorretora.com.br>

Seg, 06/03/2023 08:51

Para: Milena de Carvalho Oliveira <milena.carvalho@mpba.mp.br>

Bom dia, Milena.

Por ser uma renovação de outro corretor pela Porto Seguro, não conseguiremos apresentar a proposta.

Estou aguardando retorno de outra seguradora. Assim que me posicionarem, retornarei a você.

Fico à disposição.

Atenciosamente,



barolicorretora.com.br

Baroli
CORRETORA

Andressa de Oliveira
analista.licitacoes@barolicorretora.com.br

11 3056-7291
11 93224-2899

Instagram Facebook TikTok YouTube LinkedIn

De: Milena de Carvalho Oliveira <milena.carvalho@mpba.mp.br>

Enviada em: segunda-feira, 6 de março de 2023 08:33

Para: BAROLI | Analista Licitação <analista.licitacoes@barolicorretora.com.br>

Assunto: RE: Cotação - Seguro 06 veículos | Ministério Público da Bahia

Bom dia, Andressa!

Algum retorno sobre a solicitação abaixo?

Atenciosamente,

Milena Oliveira

Apoio Técnico Administrativo

Diretoria Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0121

De: BAROLI | Analista Licitação <analista.licitacoes@barolicorretora.com.br>

Enviado: quinta-feira, 2 de março de 2023 08:50

Para: Milena de Carvalho Oliveira <milena.carvalho@mpba.mp.br>

Assunto: RES: Cotação - Seguro 06 veículos | Ministério Público da Bahia

Bom dia, Milena.

Dei andamento a sua solicitação. Assim que o orçamento for liberado, farei o envio à você.

Gentileza aguardar.

Atenciosamente,



barolicorretora.com.br

Baroli
CORRETORA

Andressa de Oliveira
analista.licitacoes@barolicorretora.com.br

11 3056-7291
11 93224-2899

Instagram Facebook TikTok YouTube LinkedIn

De: Milena de Carvalho Oliveira <milena.carvalho@mpba.mp.br>
Enviada em: quarta-feira, 1 de março de 2023 14:39
Para: BAROLI | Analista Licitação <analista.licitacoes@barolicorretora.com.br>
Assunto: Cotação - Seguro 06 veículos

Prezados,

Tendo em vista que a apólice de seguro firmada com a seguradora Porto Seguro irá vencer em 31/03/2023, solicito envio de orçamentos de seguradoras visando a contratação de nova apólice pelo período de 12 meses, **através de dispensa de licitação**, no período de 24 hrs do dia 31/03/2023 a 24 hrs do dia 31/03/2024:

| ITEM | PLACA | TIPO | MARCA | MODELO | ANO/MODELO | CHASSI | COMBUSTÍVEL | BÔNUS | PRÊMIO DE SEGURO (R\$) |
|------------------------|----------|-------------|---------|--------------------------------------|------------|-------------------|-------------|-------|------------------------|
| 1 | RPI-2H84 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R1PJ204134 | DIESEL | 0 | |
| 2 | RPI-1D10 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R6PJ204162 | DIESEL | 0 | |
| 3 | RPI-4E97 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R8PJ204146 | DIESEL | 0 | |
| 4 | RPI-6B70 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XL CD4, 4X4, 2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R6PJ204159 | DIESEL | 0 | |
| 5 | RPI-3F07 | CAMINHONETE | FORD | RANGER XLCD4, 4X4,2.2 | 2022/2023 | 8AFAR23R7PJ204140 | DIESEL | 0 | |
| 6 | RPI-1F52 | VAN | RENAULT | MASTER L3H2MSU FGT, 2.3 (16 lugares) | 2022/2023 | 93YF62002PJ338024 | DIESEL | 0 | |
| PRÊMIO DE SEGURO TOTAL | | | | | | | | | |

A fim de subsidiar a cotação, seguem informações adicionais:

CNPJ: 04.142.491.0001-66

OBJETO: Prestação de serviços de Seguro Ramo Automóvel/Responsabilidade Civil Facultativa de Veículo – RCF-V, com cobertura adicional para vidros, retrovisores e assistência técnica 24 horas

COBERTURAS:

1. O Serviço de Seguro Ramo Automóvel deverá compreender:

1.1 Cobertura de Casco (Compreensiva): os veículos deverão ser segurados pelo valor de mercado, observando o percentual de 100% (cem por cento) sobre o valor da tabela FIPE em vigor no período da ocorrência do sinistro;

1.2 Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V):

a) LMI – Danos Materiais por veículo segurado: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

b) LMI – Danos Corporais por veículo segurado: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

c) LMI – Danos Morais: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

1.3 Franquias:

a) Cobertura de Casco - Obrigatória Normal;

b) Franquias para Vidros e Retrovisores – Normal;

1.4 Assistência 24 horas Básica;

*1.5 Bônus, conforme os percentuais indicados no **APENSO I** do Contrato;*

2. A cobertura do seguro deverá garantir, no mínimo, os riscos derivados da circulação dos veículos segurados, as despesas indispensáveis ao salvamento dos ocupantes e transporte dos veículos até oficina(s) autorizada(s) pelo licitante vencedor em todo o território nacional e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme se segue:

2.1 Colisão e Roubo, bem como os danos causados a vidros e retrovisores;

2.2 Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;

2.3 Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

2.4 Danos causados por inundação.

Certa de contar com sua colaboração, aguardo retorno com a maior brevidade possível, tendo em vista a necessidade de garantir a cobertura por seguro aos veículos.

Atenciosamente,

Milena Oliveira
Apoio Técnico Administrativo
Diretoria Administrativa
Ministério Público do Estado da Bahia
Tel.: (71) 3103-0121



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se à Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa - CEOA, para informar o saldo orçamentário.

Milena de Carvalho Oliveira Côrtes

Assistente Técnico Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Milena de Carvalho Oliveira Côrtes** em 06/03/2023, às 09:51, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0599161** e o código CRC **4FE42508**.

Formulário de Informações Orçamentárias

Projeto / Ação / Atividade (número e nome):

2000 - Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos

Código da Unidade Orçamentária:

40101

Código da Unidade Gestora:

0003

Saldo Orçamentário:

3.190.510,07

Natureza da Despesa:

33.90.39.000

Responsável pela Informação:

MICHELA CORDEIRO DE ARAÚJO

Responsável pela Unidade Gestora:

MARIA AMALIA BORGES FRANCO

Número Sequencial da Dispensa / Inexigibilidade (Unidade Gestora):

10/2023-DADM



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 06/03/2023, às 10:06, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0600884** e o código CRC **B89B133E**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL - Coordenação de elaboração e acompanhamento de contratos e convênios,

Para análise da conformidade acerca da solicitação, bem como da existência de procedimentos desta Unidade Gestora com mesmo objeto no interstício de 60 (sessenta) dias, para contratar, por dispensa de licitação, a prestação de serviço de seguro ramo automóvel/responsabilidade civil facultativa de veículo RCF-V, com cobertura adicional para vidros, retrovisores e assistência técnica 24 (vinte e quatro) horas, para 05 veículos do tipo caminhonete e 01 veículo do tipo van, no valor de R\$ 12.450,12 (doze mil quatrocentos e cinquenta reais e doze centavos), com vigência no período de 31/03/2023 a 31/03/2024.

Conforme Comunicação Interna 19 (0466928) da Coordenação de Transportes, a contratação do serviço se justifica pela necessidade de garantir a cobertura por seguro aos veículos da frota, tendo em vista que o Contrato nº 031/2019-SGA não possui margem para inclusão por aditamento contratual, já que houve acréscimo de 23,93% decorrente de inclusões de veículos ao longo da vigência contratual.

Assim, pelos motivos expostos na Comunicação Interna 19 (0466928) da Coordenação de Transportes, bem como por haver disponibilidade orçamentária, conforme Formulário de informações orçamentárias anexo (0600884), informo que esta Diretoria está de acordo com a referida despesa.

Para fiscalização contratual, serão indicados os servidores a seguir:

- Fiscal: Ana Gabriela Reis Nogueira Gonçalves, matrícula 353.057;
- Suplente: Leonardo Borges Castellar Sampaio, matrícula 352.766.

Maria Amalia Borges Franco
Diretora Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Maria Amalia Borges Franco** em 06/03/2023, às 11:02, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0599166** e o código CRC **214C890B**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO

Certificamos, para os devidos fins, que procedemos à consulta da situação da empresa contratada, **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, CNPJ **61.198.164/0001-60**, e de seus respectivos sócios, no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública (docs anexos - 0601419), não tendo sido encontrados registros neste sentido. Ressaltamos, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, que após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Milena Mª Cardoso do Nascimento
Assistente Técnico-Administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 06/03/2023, às 14:34, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0601350** e o código CRC **06E6785B**.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 06/03/2023 14:10:49

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**
CNPJ: **61.198.164/0001-60**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **JOSE RIVALDO LEITE DA SILVA**

CPF/CNPJ: [REDAZIDO]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:11:00 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 1JWT060323141100

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ROBERTO DE SOUZA SANTOS**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:11:12 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: DW2D060323141112

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARCELO SEBASTIAO DA SILVA**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:11:24 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: TL50060323141124

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARCOS ROBERTO LOUCAO**

CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:11:36 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 7XP8060323141136

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **CELSO DAMADI**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:11:50 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: K7DO060323141150

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **LENE ARAUJO DE LIMA**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:12:02 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: TVCO060323141202

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARCELO ZORZO**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:12:18 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: C5XT060323141218

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **FABIO OHARA MORITA**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:12:33 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: GB44060323141233

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **JAIME SOARES BATISTA**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:12:51 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: JFNZ060323141251

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARCOS ROGERIO SIRELLI**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:13:08 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: UKKA060323141308

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:13:24 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: S377060323141324

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARAES**

CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:13:39 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: GOAC060323141339

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMOES**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:13:51 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: AXSW060323141351

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **JARBAS DE MEDEIROS BACIANO**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:14:04 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: JEFD060323141404

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **TIAGO VIOLIN**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:14:19 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: SC1F060323141419

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **RAFAEL VENEZIANI KOZMA**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:14:36 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 2SZJ060323141436

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **CAROLINA HELENA ZWARG**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:14:55 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: ODEP060323141455

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA**

CPF/CNPJ:



O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:15:15 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 3Y9U060323141515

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:15:33 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: T5YK060323141533

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:15:50 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: PRFV060323141550

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **IZAK RAFAEL BENADERET**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:16:10 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 4FEU060323141610

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **SAMI FOGUEL**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:16:28 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: ZXV0060323141628

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **NELSON SANTOS AGUIAR**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:16:48 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: QFW6060323141648

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

■ Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:17:06 do dia 06/03/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: TIUO060323141706

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:17) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.2026.8CA9.B046 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:17) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.2031.15F1.B057 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:17) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.203F.D99A.C071 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:18) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.204A.8135.6082 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:18) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.2054.6D00.C092 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:18) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.205C.D31E.A100 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:18) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.2066.424E.5110 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:18) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.206E.6A6B.F118 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:18) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.2078.745C.B128 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:19) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.2086.6493.7142 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:19) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.208F.C9C3.1151 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:19) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.2099.DB3F.3161 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:19) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.20A5.0E7A.F173 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:19) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.20AD.EC84.7181 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:19) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.20BD.4EC6.3197 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:20) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.20C6.D943.4206 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:20) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED].

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.20D4.1FBF.5220 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:20) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED].

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.20E2.8D93.9234 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:20) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.20EC.B8A1.D244 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:20) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.20FA.C5A8.1258 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:21) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED].

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.2109.1E2C.E273 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:21) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.2111.D5D1.F281 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:21) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED].

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.2122.D3C0.9298 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:21) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED].

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.2135.4001.4317 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/03/2023 às 14:22) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED].

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6406.213D.513D.C325 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 04733245807 64128458791 11268157805 85723991949 07493531803 11845460880 41239164068 12868032842
18246949896 24918161804

LIMPAR

Data da consulta: 06/03/2023 14:22:15
Data da última atualização: 03/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 03/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 03/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 03/2023 (Diário Oficial da União - CEAF) , 03/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

| DETALHAR | CADASTRO | CNPJ/CPF SANCIONADO | NOME SANCIONADO | UF SANCIONADO | ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA | CATEGORIA SANÇÃO | DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO | VALOR DA MULTA | QUANTIDADE |
|----------------------------|----------|---------------------|-----------------|---------------|-----------------------------|------------------|------------------------------|----------------|------------|
| Nenhum registro encontrado | | | | | | | | | |

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 06687213830 87465787734 17432089876 24678471871 28341652897 20047691816 29213583877 28655470864
05285494729 80161464068

LIMPAR

Data da consulta: 06/03/2023 14:22:15
Data da última atualização: 03/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 03/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 03/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 03/2023 (Diário Oficial da União - CEAF) , 03/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

| DETALHAR | CADASTRO | CNPJ/CPF SANCIONADO | NOME SANCIONADO | UF SANCIONADO | ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA | CATEGORIA SANÇÃO | DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO | VALOR DA MULTA | QUANTIDADE |
|----------------------------|----------|---------------------|-----------------|---------------|-----------------------------|------------------|------------------------------|----------------|------------|
| Nenhum registro encontrado | | | | | | | | | |

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 12833939809 26334475894 21804859800 96509325691

LIMPAR

Data da consulta: 06/03/2023 14:22:15
Data da última atualização: 03/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 03/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 03/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 03/2023 (Diário Oficial da União - CEAF) , 03/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

| DETALHAR | CADASTRO | CNPJ/CPF SANCIONADO | NOME SANCIONADO | UF SANCIONADO | ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA | CATEGORIA SANÇÃO | DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO | VALOR DA MULTA | QUANTIDADE |
|----------------------------|----------|---------------------|-----------------|---------------|-----------------------------|------------------|------------------------------|----------------|------------|
| Nenhum registro encontrado | | | | | | | | | |

Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica
CPF/CNPJ: 61198164000160
Tipo de Suspensao: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX
Tipo de Suspensao: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: ██████████
Tipo de Suspensao: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX
Tipo de Suspensão: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX
Tipo de Suspensao: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX
Tipo de Suspensao: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: ██████████
Tipo de Suspensão: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: [REDACTED]
Tipo de Suspensão: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX
Tipo de Suspensão: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX
Tipo de Suspensão: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX
Tipo de Suspensao: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: ██████████
Tipo de Suspensao: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX
Tipo de Suspensao: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX
Tipo de Suspensao: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX
Tipo de Suspensao: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: ██████████
Tipo de Suspensão: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX
Tipo de Suspensão: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX
Tipo de Suspensão: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX
Tipo de Suspensão: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: [REDACTED]
Tipo de Suspensão: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: [REDACTED]
Tipo de Suspensão: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: ██████████
Tipo de Suspensão: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: ██████████
Tipo de Suspensão: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX
Tipo de Suspensao: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: [REDACTED]
Tipo de Suspensão: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Trata-se de procedimento de dispensa de licitação, encaminhado pela **Coordenação de Transportes**, para prestação de serviços de seguro ramo automóvel/responsabilidade civil facultativa de veículo RCFV, com cobertura adicional para vidros, retrovisores e assistência técnica 24 (vinte e quatro) horas, para 05 veículos do tipo caminhonete e 01 veículo do tipo van pertencentes a frota do Ministério Público do Estado da Bahia.

De acordo com os documentos constantes nos autos, fora realizada pesquisa de mercado entre os fornecedores da localidade, sendo obtidas 02 (duas) propostas de preço, conforme justificado através da Comunicação Interna 0599151.

De acordo com os documentos constantes nos autos, fora realizada pesquisa de mercado entre os fornecedores da localidade, sendo obtidas apenas 02 (duas) propostas de preço. Na Comunicação Interna (0599151) de lavra da gerente da Coordenação de Transportes, consta que foram realizadas cotações com outras empresas do ramo e que houve envio somente de 02 (duas) propostas, em virtude de algumas corretoras consultadas informaram que as seguradoras parceiras não trabalham com órgãos públicos ou com seguro veicular. Deste modo, indicou-se como Contratada a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, pelo preço proposto de **R\$ 12.450,12 (doze mil quatrocentos e cinquenta reais e doze centavos)**, conforme proposta 0599152.

Registra-se que após análise da instrução do processo em epígrafe, o mesmo está em conformidade e que não haverá celebração de contrato. A formalização se dará apenas com a emissão de empenho. Neste sentido, esclarecemos que em que pese as especificidades observadas na execução do objeto contratado, o instrumento formal de contrato não é obrigatório, conforme disposto no artigo 132 da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005, de modo que a opção pela contratação sem tal meio de formalização coube à Unidade Gestora dos recursos.

Diante do exposto, encaminhe-se o presente expediente à Superintendência de Gestão Administrativa para análise e deliberação.

Milena Mª Cardoso do Nascimento
Assistente Técnico-Administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 06/03/2023, às 14:37, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0601354** e o código CRC **05AE3584**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando a instrução processual, bem como as informações prestadas pela DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações, autorizo a dispensa de licitação em favor da empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, no valor de R\$ 12.450,12 (doze mil quatrocentos e cinquenta reais e doze centavos), para prestação dos serviços de seguro ramo automóvel/responsabilidade civil facultativa de veículo RCFV, com cobertura adicional para vidros, retrovisores e assistência técnica 24 (vinte e quatro) horas, para 05 veículos do tipo caminhonete e 01 veículo do tipo van pertencentes a frota do Ministério Público do Estado da Bahia.

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações para providências pertinentes.

Frederico Wellington Silveira Soares
SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Wellington Silveira Soares** em 06/03/2023, às 21:30, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0601867** e o código CRC **818145FD**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à **DADM - Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa** para providências cabíveis, tendo em vista autorização da despesa referente à prestação de serviços de seguro ramo automóvel/responsabilidade civil facultativa de veículo RCFV, com cobertura adicional para vidros, retrovisores e assistência técnica 24 (vinte e quatro) horas, para 05 veículos do tipo caminhonete e 01 veículo do tipo van pertencentes a frota do Ministério Público do Estado da Bahia pelo Superintendente de Gestão Administrativa (doc 0601867) em 06/03/2023.

No ensejo, ressaltamos a necessidade de, **ANTES DE SER EMITIDO O EMPENHO**, que seja verificada a validade do orçamento e certidões da empresa selecionada, a fim de evitar a emissão de empenhos para empresa que não esteja em situação regular.

Milena M^a Cardoso do Nascimento
Assistente Técnico-Administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 07/03/2023, às 09:05, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0602161** e o código CRC **0577DD6D**.



| | | |
|--|---|---|
| SRD | Solicitação de Reserva de Dotação | 40101.0003.23.0000027-6 |
| Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa | | |
| Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público | | |
| Tipo de Instrumento: Contratos e assemelhados | Modalidade Licitação: Dispensa - art. 59 | Objeto: Prestação de serviços de seguro ramo automóvel/responsabilidade civil facultativa de veículo, Dispensa nº 10/2023-DADM, SEIn. 19.09.00857.0005250/2023-02 |
| Data do Cadastro: 08/03/2023 | Situação: Incluída | Integração Simpas: Não |
| Responsável da Unidade: MARIA AMALIA BORGES FRANCO | E-mail Responsável pela Unidade: AMALIA@MPBA.MP.BR | Telefone do Responsável pela Unidade: 713103-0118 |
| Valor da SRD (R\$) *** 12.450,12 | DOZE MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS E DOZE CENTAVOS *** *** ** | |
| Justificativa: | Usuário de Alteração: | Data/Hora de Alteração: |

| DEMONSTRATIVO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR EXERCÍCIO | | |
|--|--|---------------------------|
| Exercício: | Dotação: | Valor Anual (R\$): |
| 2023 | 40101.0003.03.122.503.2000.9900.339039000.15000100000000000000.1 | 12.450,12 |

| DEMONSTRATIVO DE RESERVA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO | | | | |
|--|--|---|--|---|
| Exercício: | Dotação: | Saldo para Reserva anterior à SRD (R\$): | SRD - Exercício Corrente (R\$): | Saldo para Reserva após a SRD (R\$): |
| 2023 | 40101.0003.03.122.503.2000.9900.339039000.15000100000000000000.1 | -7.993.679,81 | 12.450,12 | -8.006.129,93 |



| | | | | | |
|--|--|---|--|---|--|
| INT | | Instrumento Contratual | | 40101.0003.23.0000024-7 | |
| Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa | | | | | |
| Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público | | | | | |
| Tipo de Despesa: Compras e Serviços | | | | | |
| Tipo Instrumento: Autorização de Compra | | Número da LID: 40101.0003.23.0000023-0 | | Modalidade Licitação: Dispensa - art. 59 | |
| Objeto: Prestação de serviços de seguro ramo automóvel/responsabilidade civil facultativa de veículo, Dispensa nº 10/2023-DADM, SEIn. 19.09.00857.0005250/2023-02 | | | | | |
| Data Celebração: 06/03/2023 | | Data Publicação no DOE: | | Nº do Instrumento no SIGAP: | |
| Data Início: 08/03/2023 | | Data Término: 31/12/2023 | | Nº SRD: 40101.0003.23.0000027-6 | |
| Número do Contrato/Convênio: Situação: Ativo | | | | | |
| Nome da Unidade Administrativa (UA): DADM | | | | | |
| Responsável pela UA: MARIA AMÁLIA BORGES FRANCO | | | | | |
| Email do Responsável pela UA: AMALIA@MPBA.MP.BR | | | | Telefone do Responsável pela UA: 713103-0118 | |
| Valor total do Instrumento (R\$) *** 12.450,12 | | | | DOZE MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS E DOZE CENTAVOS *** ** | |

| LOTES | | | | | | |
|-----------------|----------------|------------------|-----------------------------|----------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| Número do Lote: | Valor do Lote: | Lei Anticalote?: | Retenção da Lei Anticalote: | Tipo de Documento AFM/APS: | Número do Documento AFM/APS: | Valor do Documento AFM/APS: |
| 1 | 12.450,12 | Não | | | | 0,00 |

| | | | |
|------------------------|------------------------------------|---------------------|---|
| DADOS CREDOR | | | |
| Código: | 2013001279 | | |
| Nome: | PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS | | |
| CPF/ CNPJ: | 61.198.164/0001-60 | Insc. Estadual: | 0 |
| Responsável no Credor: | PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS | E-mail Responsável: | |

| DEMONSTRATIVO POR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | | |
|--|--|----------------|--------------|
| Exercício: | Dotação Orçamentária: | Tipo de Gasto: | Valor (R\$): |
| 2023 | 40101.0003.03.122.503.2000.9900.339039000.15000100000000000000.1 | GERAL | 12.450,12 |

| CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO | | |
|--|------------------|--------------|
| Dotação Orçamentária: 40101.0003.03.122.503.2000.9900.339039000.15000100000000000000.1 | | |
| Parcela: | Data Vencimento: | Valor (R\$): |
| 1 | 31/12/2023 | 12.450,12 |



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se à DICOFIN - Diretoria de Contabilidade e Finanças o processo de Dispensa de Licitação para conhecimento, ressalvando que já foi feito por essa Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa o lançamento do Instrumento no **FIPLAN**.

Sem mais, concluímos este processo.

Jessica Siqueira Souza

Unidade de Execução Orçamentária
Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa - DADM



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Siqueira Souza** em 09/03/2023, às 08:59, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0604751** e o código CRC **DDEE7ED2**.